

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ÉTICA E POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O HOMEM MORAL E A BUSCA PELA FELICIDADE NA FILOSOFIA  
PRÁTICA DE IMMANUEL KANT**

CATHIANI MARA BELLÉ

CURITIBA  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ÉTICA E POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CATHIANI MARA BELLÉ

**O HOMEM MORAL E A BUSCA PELA FELICIDADE NA FILOSOFIA  
PRÁTICA DE IMMANUEL KANT**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre do Curso de  
Mestrado em Filosofia do Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. Vinicius Berlins de  
Figueiredo.

CURITIBA  
2015



Universidade Federal do Paraná  
Setor de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 139 de 2015

Ata da Sessão Pública de Exame de Dissertação para  
Obtenção do Grau de MESTRE em FILOSOFIA, área de  
concentração: **FILOSOFIA**.

Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, as quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, composta pelos Professores: Prof. Dr. Olivier Feron (PUC-PR), Prof. Dr. Paulo Vieira Neto (UFPR), sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo, com a finalidade de julgar a dissertação da candidata Cathiani Mara Bellé "**O homem moral e a busca pela felicidade na filosofia prática de Immanuel Kant.**", para obtenção do grau de mestre em Filosofia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo Professor Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da banca examinadora deliberaram pela "APROVAÇÃO" da mesma HABILITANDO-A ao título de Mestre em FILOSOFIA, na área de concentração FILOSOFIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação no prazo de sessenta (60) dias, conforme Res.65/09-CEPE-Art.67 e Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. E, para constar, eu Aurea Junglos, Secretária Administrativa do Programa, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros da banca.

Curitiba, 30 de junho de 2015.

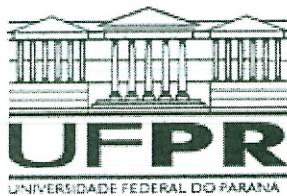
Aurea Junglos  
Secretaria Administrativa PGFILOS/UFPR

Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo  
Orientador e Presidente da banca examinadora  
UFPR

Prof. Dr. Olivier Feron  
Primeiro examinador  
PUC-PR

Prof. Dr. Paulo Vieira Neto  
Segundo examinador  
UFPR





**AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**  
Defesa nº 139 de 30/06/2015

**Mestrando: Cathiani Mara Bellé**


**Titulo da Dissertação: "O homem moral e a busca pela felicidade na filosofia prática de Immanuel Kant."**


Integrantes da banca examinadora	Notas
Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo (UFPR) Orientador e Presidente da banca examinadora	9.3
Prof. Dr. Olivier Feron (PUC-PR) Primeiro examinador	9.3
Prof. Dr. Paulo Vieira Neto (UFPR) Segundo examinador	9.3
<b>Média final</b>	9.3
<b>Conceito</b>	A

Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final, a média aritmética superior a 7 (sete). No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.

Os examinadores registraram no corpo da dissertação as correções sugeridas.

  
Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo  
Orientador e Presidente da banca examinadora  
UFPR

  
Prof. Dr. Olivier Feron  
Primeiro Examinador  
PUC-PR

  
Prof. Dr. Paulo Vieira Neto  
Segundo Examinador  
UFPR

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9

Prof. Dr. André de Macedo Duarte  
Coordenador do PGFILOS

À memória da minha mãe, Cirlei Aparecida Padilha; à minha avó materna, Eloir Aparecida Padilha; ao meu marido, Emerson Czachorowski e ao meu filho, Eduardo Bellé Czachorowski.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer aos três professores que colaboraram e/ou estiveram presentes na elaboração dessa pesquisa: Ruth Rieth Leonhardt, Marco Antonio Valentim e Giorgia Cecchinato. Professores que acredito serem exemplos de competência, dedicação e atenção, representando com louvor a profissão de docente.

Ao professor Vinicius Berlendis de Figueiredo, que me orientou durante o mestrado. Agradeço a sua paciência e atenção, as suas correções e observações sempre pertinentes para que eu pudesse aprimorar os meus estudos. Quero também agradecer aos professores que estiveram presentes na banca de qualificação, Rodrigo Brandão e Paulo Vieira Neto, pelas valiosas críticas e sugestões. À CAPES que financiou essa pesquisa.

Agradeço também aos amigos que estiveram presentes ao longo dos anos de curso. Ana Luisa Toledo Alves e Paulo Gustavo Moreira Romam pelo apoio durante a elaboração do projeto de pesquisa. A Ana Paula Dias da Silva Rigoti e Luciana Gabriel Casagrande que moram comigo no início dos estudos e tiveram paciência para ouvir horas do discurso a respeito da filosofia kantiana. Aos amigos Willian Polli e Letícia Portugal por estarem sempre presentes e trazerem alegria aos momentos de descontração. Ao amigo Rafael Chiesorin por se dispor a ler os meus textos e a ouvir as minhas divagações filosóficas.

Agradeço aos meus sogros Amauri Czachorowski e Izabel Czachorowski por estarem presentes sempre que necessário, por me auxiliarem e permitirem que eu pudesse dedicar um tempo precioso aos meus estudos.

Quero expressar o meu agradecimento especial ao meu marido, Emerson Czachorowski, e ao meu filho, Eduardo Bellé Czachorowski, pelo apoio imensurável em todos os momentos e motivação para superar as dificuldades e querer melhorar sempre. A minha avó materna, Eloir Aparecida Padilha, pela dedicação incondicional. E a memória da minha mãe, Cirlei Aparecida Padilha, pelo exemplo de vida.

*“Respeito é um tributo que não podemos recusar o mérito, quer o queiramos ou não; podemos, quando muito, abster-nos dele exteriormente mas não podemos evitar de senti-lo interiormente” Immanuel Kant<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> KANT. KpV p.269.



## Resumo

A presente investigação tem como objetivo demonstrar a importância de uma relação entre a moral e a felicidade na filosofia prática de Immanuel Kant (1724 – 1804). Com base nos argumentos apresentados pelo filósofo a partir da razão, buscamos evidenciar como ela é a precursora de toda a conexão entre a ação moral e a vida feliz. Partindo de uma análise específica da articulação entre o princípio da moralidade e o princípio da felicidade para convergir na demonstração de uma coerência entre eles é que a pesquisa pretende reconhecer os fundamentos kantianos de sua filosofia prática. Para tanto, é necessário questionar a efetividade das formulações dispostas ao longo da obra de Kant ao justificar o vínculo entre moral e felicidade. A partir de então, analisar as hipóteses apresentadas pelo filósofo na transição dos três principais livros trabalhados nessa pesquisa, a saber: *Crítica da Razão Pura* (1781), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e *Crítica da Razão Prática* (1788). E, por fim, explicar o ponto de destaque que a razão assume perante as leis morais e a possibilidade do homem tornar-se digno de encontrar a felicidade na argumentação que compreende a tese do sumo bem e o sentimento de respeito.

Palavras-chave: Moral, felicidade, razão, sumo bem, sentimento de respeito.



## **Abstract**

The present investigation objective is to demonstrate the importance of a relation between moral and happiness in Immanuel Kant's (1724 – 1804) practical philosophy. Based on the philosopher's arguments from reason, we intended on showing how it is the predecessor of all connection between moral action and the happy life. Starting from a specific analysis of the articulation between the morality principle and the happiness principle to converge into the demonstration of coherence between them is the present research path to recognize the Kantian's practical philosophy fundamentals. For that, it is necessary to question the formulations effectiveness displayed on Kant's work to justify the link between moral and happiness. From this point on, to analyze the presented hypotheses presented by the philosopher in the transition of the three main books worked in this research, to be known: *The Pure Reason Critic* (1781), *The Metaphysical Behaviors Grounding* (1785) and *The Practical Reason Critic* (1788). Finally, to explain the featured point that reason assumes in front of the moral laws and the man's possibility to become worthy of finding happiness on the argumentation that comprehends the supreme good and the respect feeling.

Key words: Moral, happiness, reason, supreme good, respect feeling.

## LISTA DE ABREVIATURAS

As obras de Immanuel Kant utilizadas nessa pesquisa são citadas conforme as edições disponíveis em português e de acordo com a edição da academia. Deste modo, as citações obedecerão ao seguinte modelo: KANT, KpV, p.269, ou seja, primeiramente aparece o nome do autor, seguido da abreviação do nome da obra em alemão e o número da página da edição na língua portuguesa. A única exceção é a obra Crítica da Razão Pura (KrV) que obedecerá a sua forma convencional de referência correspondente à primeira “A” e segunda “B” edição.

As abreviaturas das obras kantianas utilizadas no trabalho são as seguintes:

**KrV** - Kritik der reinen Vernunft (1781) (Crítica da Razão Pura).

**GMS** - Grundlegung zur Metaphysik der Sitten (1785) (Fundamentação da Metafísica dos Costumes).

**KpV** - Kritik der praktischen Vernunft (1788) (Crítica da Razão Prática).

xxx

[ ] Utilizamos colchete para complementação e/ou esclarecimento de um ponto específico que está sendo associado à análise.

## Sumário

Introdução.....	11
1. O domínio prático: a relação entre moral e felicidade.....	17
1.1. O conceito de felicidade e a instabilidade humana: a soma das inclinações .....	21
1.2. O princípio da felicidade reprovável: o homem feliz e o homem bom.....	25
1.3. O dever: um comprometimento puramente racional .....	29
1.4. A liberdade: a mediadora entre moral e felicidade.....	34
2. Terreno doutrinário: o conflito dos princípios morais e materiais.....	38
2.1. O desejo de uma vida feliz: um problema para a moral.....	44
2.2. Os fundamentos de uma lei moral universal.....	48
2.2.1. A boa vontade.....	51
2.2.2. A autonomia da vontade.....	54
2.2.3. O imperativo categórico.....	60
2.2.4. O Factum da Razão.....	62
3. A articulação kantiana entre moral e felicidade: o sumo bem e o sentimento de respeito .....	65
3.1. A aspiração à felicidade em uma natureza finita.....	74
3.2. A moralidade indica como tornar-se digno da felicidade.....	77
3.2.1. A distinção entre lei moral e lei pragmática.....	80
3.3. A existência de um sábio criador e de uma vida futura.....	83
3.3.1. A condição fantasiosa da moral.....	86
3.4. A lei moral: uma lei racional.....	88
4. Considerações finais.....	99
5. Bibliografia.....	104

## Introdução

A presente dissertação objetiva encontrar uma resposta para a relação entre o homem moral e a busca por uma vida feliz descritos na teoria prática do filósofo Immanuel Kant. Pretensão que destaca a necessidade de conhecer o que é a moral e o que é a felicidade na filosofia kantiana. Para tanto, o estudo utiliza como principais fontes de pesquisa o texto *O Cânone da Razão Pura* da obra *Crítica da Razão Pura* (1781), a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e a *Crítica da Razão Prática* (1788).

Questionar o vínculo entre a ação moral e a busca pela felicidade está atrelado ao fato de que o homem descrito na filosofia prática kantiana só pode pensar a possibilidade de desfrutar de uma vida feliz a partir do momento em que se reconhece como um ser pensante e capaz de agir conforme a uma lei da razão. Segundo Kant, a moralidade é válida para todo ser racional<sup>2</sup> e só pode ser assumida por um ser provido desta faculdade. Sendo assim, quando pensamos no homem racional, pensamos no homem moral, naquele ser que direciona a sua ação segundo as máximas do dever. Desse modo, a pesquisa analisa aquele homem que não é determinado exclusivamente pela satisfação das inclinações sensíveis, mas aquele ser de razão que consegue superá-las por meio da sua própria racionalidade. Portanto, a investigação procura responder à questão: como é possível para o homem moral encontrar a felicidade?

A análise pontua a possibilidade de existir uma harmonia entre um princípio da razão prática pura e um princípio prático material. Para tanto, é preciso considerar que existem momentos ao longo dos textos da obra kantiana que indicam uma aproximação e/ou uma negação desses dois princípios, por isso é necessário cautela antes de assumir uma postura definitiva perante a relação em que estão inseridos. Assim, para trabalhar a hipótese de uma conformidade entre eles é necessário justificar qual a importância do homem moral ser feliz e do homem feliz ser moral na filosofia kantiana e quais as contradições que impossibilitam essa relação. Com isso é importante observar que “*na terminologia kantiana, agimos em vista de imperativos, isto é, mandamentos que se fundam na razão. Estes são a expressão de um dever. Isso não significa que fatores emocionais e empíricos não possam interferir na determinação da vontade*”<sup>3</sup>. Dessa

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Kant: “a moralidade nos serve de lei somente enquanto somos seres racionais, tem ela que valer também para todos os seres racionais” (KANT.GMS. BA100,101).

<sup>3</sup> WEBER, Thadeu. Ética e filosofia política: Hegel e o formalismo kantiano. p.31.

forma, é possível observar que o fato de o homem moral prescrever para si imperativos<sup>4</sup> definidos pela razão não exclui o aspecto da sua natureza humana na busca por satisfazer a sensibilidade. Essa contradição é descrita, por exemplo, na definição de uma lei universal e inquestionável, mas que está sujeita a tornar-se uma quimera a partir da refutação das suas determinações, ou seja, se a razão prescreve imperativos para ação humana é necessário também que ela possa realizá-los. Contudo, se a própria natureza do homem é considerada um empecilho para o cumprimento moral, como a razão é capaz de prevalecer sob um desejo próprio a todo homem? De maneira similar, existe uma dificuldade em pensar a felicidade atrelada às inclinações sensíveis e inconstantes, mas que deve ser passível de realização em um mundo futuro, isto é, mesmo que a busca por uma vida feliz pareça ser um problema para o homem moral, ainda assim ela é destaque de vislumbre no mundo kantiano.

A *KrV* apresenta o início da argumentação a respeito da existência de uma lei moral independente de qualquer aspecto sensível e fundada somente no uso prático da razão pura. Com base nessa lei o *Cânone da razão Pura*<sup>5</sup> parece indicar o início da explicação kantiana para a elaboração do que ele compreende como uma possível relação entre moral e felicidade. Para Kant, na *KrV*, a felicidade está vinculada com a satisfação humana, mas também com a necessidade de uma lei que a oriente. Sendo assim, a moral é a responsável por permitir que o homem possa esperar desfrutar de uma vida feliz em um mundo futuro. Por outro lado, partindo da perspectiva da moralidade, observa-se que existe uma lei universal fundada exclusivamente no uso da razão e que deve determinar o agir humano com vistas a um objetivo puramente moral, mas que não pode tornar a obrigação um simples meio para determinar a ação em função de um objetivo futuro. Com isso, deve-se ponderar em que medida a relação entre uma vida feliz e uma vida moral não acaba por anular a teoria a qual a pesquisa pretende chegar, a saber: a realização de uma harmonia entre moral e felicidade.

Um dos destaques para a compreensão da filosofia moral kantiana ao investigar a conformidade entre uma lei da razão e uma satisfação sensível é a diferença abordada pelo filósofo na *Segunda Secção* da *GMS* – intitulada *Transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes* – na qual ele coloca a questão do valor moral a partir da distinção entre o agir em conformidade com o dever e o agir por dever. Na verdade, toda esta obra remonta a um objetivo central para Kant, isto é, conseguir

---

<sup>4</sup> Conceito kantiano explorado detalhadamente em 2.2.3.

<sup>5</sup> *KrV*.

determinar os princípios fundamentais da moralidade<sup>6</sup>. Para isso, o filósofo destaca a importância de uma investigação minuciosa da vontade, como descreve o próprio Kant ao apontar para a *“relação de uma vontade consigo mesma enquanto essa vontade se determina só pela razão”*<sup>7</sup> - assinalando, neste momento, a necessidade da razão atuar sobre a vontade. Nesse contexto, a razão é a responsável por determinar a vontade, o que permite a Kant apresentar uma nova perspectiva para o seu sistema moral.

Dessa forma, a investigação objetiva, em um segundo momento, analisar a existência de uma alteração argumentativa no decorrer da própria formulação de Kant ao elaborar a sua filosofia prática. Essa análise faz referência à hipótese de que o filósofo coloca o cumprimento da lei moral sobre a dependência de uma espécie de querer, pois o próprio Kant parece assumir que *“não temos que determinar os princípios do que acontece mas sim as leis do que deve acontecer, mesmo que nunca aconteça, quer dizer leis objectivas-práticas”*<sup>8</sup>. Sendo assim, existe uma diferença entre definir um princípio moral que orienta o que deve acontecer e a efetivação desse mesmo princípio, pois enquanto uma lei objetiva prática a moralidade kantiana está vinculada a um dever imposto à ação humana e não a uma validação empiricamente condicionada. Assim, quando o filósofo alemão coloca em pauta a credibilidade da lei moral e a conjectura de uma união entre ela e a felicidade, recorre a uma analogia necessária entre elas a partir da assimilação de um ser racional atuante sobre suas próprias inclinações sensíveis. Para isso, ele assume várias saídas na busca de justificar a sua filosofia prática, a saber: a autonomia da vontade, o imperativo categórico, o *factum* da razão, o sentimento de respeito e o sumo bem.

É interessante notar que a tese do sumo bem é trabalhada na *KrV* e na *KpV* e ambas as obras auxiliam para uma saída harmoniosa entre a moralidade e a felicidade em um mundo futuro. A partir da conjectura de uma harmonia entre um princípio prático material proporcionar ao homem a busca por uma vida feliz quando esse age em conformidade com as regras daquele princípio universal da razão, possibilitando, assim, a realização da totalidade moral descrita no arranjo argumentativo kantiano. A autonomia da vontade é caracterizada na *GMS* através da legitimidade moral, ou seja, com base na condição racional humana de se autorregular e se colocar à disposição dessa mesma lei que a razão prescreveu. O *factum* da razão assume, na *KpV*, o papel da

---

<sup>6</sup> KANT. *GMS*. BA XV, XVI.

<sup>7</sup> KANT. *GMS*. BA62,63.

<sup>8</sup> Idem.

própria consciência da lei moral, uma vez que assinala uma vontade pura que compreende em si a validade das máximas morais, ou seja, como “*a consciência de que a fórmula vigora porque a razão age em nós*”<sup>9</sup>. O imperativo categórico é apresentado por Kant na *Segunda Secção* da *GMS* quando estabelece os fundamentos da lei e é a partir dele que a moral assume a sua forma universal. Por fim, na *GMS* e na *KpV*, o sentimento de respeito aparece para auxiliar a assimilação de uma conexão necessária entre a conformidade moral e a vontade diante das incoerências do mundo sensível.

Nesse contexto de justificações apresentadas por Kant ao longo da sua obra é possível destacar a argumentação teleológica como um dos pontos fundamentais para a compreensão da sua filosofia prática. É a partir da possibilidade de uma relação harmoniosa entre o cumprimento da lei moral e a conquista da felicidade em um mundo futuro que iremos apresentar a questão da existência de uma totalidade presente na leitura da teoria moral kantiana. Esse momento caracteriza uma dificuldade para a interpretação da filosofia de Kant, pois quando se fala da possibilidade de uma lei moral que determina a ação humana segundo imperativos (mandamentos), o filósofo alemão não parece afirmar que a lei é uma regra cristã ou descrever a existência de um ser superior que articula toda a ação humana. Pelo contrário, o filósofo está abrindo caminho para a possibilidade de conhecer a natureza humana a partir de regras aceitas pelo próprio homem racional, uma vez que é o uso moral da razão que funda os conceitos de Deus, liberdade e imortalidade<sup>10</sup>.

Na *KpV* é descrito que a razão pura é por si só prática e fornece ao homem uma lei universal que se denomina lei moral<sup>11</sup>. Portanto é na razão que o filósofo alemão funda as bases argumentativas ao estabelecer a validade da sua lei. É a razão que permite ao homem sair do seu estado de natureza condicionado para a livre escolha, por meio de uma lei que lhe permite pensar a sua própria condição de ser racional. Assim, no segundo parágrafo da *KpV*, Kant relata a possibilidade da existência de uma lei prática a partir da aceitação de fundamentos fornecidos pela razão em acordo com a vontade, consequentemente, “*se se admite que a razão pura possa conter um fundamento praticamente suficiente para a determinação da vontade, então existem leis práticas*”

<sup>12</sup>. Esta vontade, que satisfaz a razão, é analisada juntamente com a ideia de um sentimento de respeito despertado no homem através da sua própria capacidade de ser

---

<sup>9</sup> LOPARIC, Zeljko. O fato da razão – uma interpretação semântica. p. 36.

<sup>10</sup> KANT. *KpV* 13.

<sup>11</sup> KANT. *KpV* 107.

<sup>12</sup> KANT. *KpV* 67.



pensante<sup>13</sup>. Disposição esta que permite ao homem se reconhecer como um ser moral. Portanto, como demonstração do efeito da lei moral na sensibilidade humana é o sentimento de respeito que se mostra “*porque é o único que pode, de alguma maneira, ser conhecido a priori*”<sup>14</sup>. Sendo assim, é no conceito do sentimento de respeito que a pesquisa utiliza para apresentar a argumentação da tese do sumo bem. Esta que parece compreender a única forma de responder a questão da possibilidade de o homem moral encontrar a felicidade. Entretanto, o sentimento de respeito é apontado como um artifício argumentativo que reafirma a relação entre a lei moral e a felicidade e não deve causar problemas ao arranjo kantiano. Contrariamente a isso, a pesquisa objetiva mostrar a pertinência da existência de um sentimento conhecido *a priori* pela razão para a realização do ideal do sumo bem, ou seja, para a coexistência entre a moral e a felicidade.

\*\*\*

No primeiro capítulo será apresentado o conflito entre moral e felicidade, destacando como a ideia de uma vida feliz parece anular o esplendor de uma vida virtuosa e, de maneira similar, mostrar como a própria moral parece indicar os problemas que a felicidade causa para o cumprimento da sua efetivação. Dessa forma, vamos mostrar como o contexto de um mundo sensível é prejudicial para a realização de uma coexistência entre moral e felicidade. Em um segundo momento, vamos delinear a possibilidade desses dois princípios heterogêneos – moralidade e felicidade – convergirem para uma articulação de ideias que colaboram para a existência de um esclarecimento entre eles com base na argumentação defendida por Kant na *KrV* e na *GMS*.

O segundo capítulo desenvolverá precisamente os pontos que inquietam o filósofo alemão na caracterização de um princípio prático puro e um princípio prático material, evidenciando como cada um deles é requerido pela filosofia prática kantiana para a efetivação de sua teoria moral. A partir disso, serão investigadas as diferentes propostas argumentativas apresentadas pelo filósofo na busca de uma validação satisfatória para as questões que cercam a relação entre moral e a felicidade em sua filosofia prática e a forma como essa relação é trabalhada no interior humano. Para isso serão apresentados

---

<sup>13</sup> “Quando submete sua vontade à lei moral, ele o faz, de um lado, por respeito, e, por outro, por obrigação”. PIMENTA, Pedro P. G. Reflexão e Moral em Kant. Azougue Editorial. Rio de Janeiro, 2004.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. *Analytica*, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999. p.73.

os fundamentos que justificam a lei moral, a saber: a boa vontade, a autonomia da vontade, o imperativo categórico e o *factum* da razão. Trabalhando, nesse momento, a articulação do filósofo entre as definições apresentadas nas obras da *GMS* e da *KpV*.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, será apresentado de forma precisa à hipótese que sustenta a possibilidade de afirmar a realização de um encontro entre moral e felicidade. A tese do sumo bem é destaque para justificar uma possível assimilação entre esses dois princípios heterogêneos, uma vez que Kant demonstra como ela necessita que eles coexistam harmoniosamente. Essa referência será argumentada a partir da condição racional humana, com base no papel de destaque que o próprio Kant delega à razão na estruturação da sua filosofia prática e na forma como ele aponta para o sentimento de respeito como um forma de efeito da lei moral. Esse capítulo destaca principalmente a transição proposta por Kant da obra *KrV* para a *KpV*.

## 1. O domínio prático: a relação entre moral e felicidade.

A filosofia prática kantiana institui a relação entre moralidade (*Sittlichkeit*) e felicidade (*Glückseligkeit*) a partir da análise do comportamento humano. Um exemplo claro das dificuldades que envolvem essa discussão é o questionamento a respeito do fato de ser possível que o homem bom desfrute plenamente de uma vida feliz, ou ainda, que o homem feliz atue de acordo com uma bondade que possa ser assumida como uma lei universal. A partir dessas observações o filósofo alemão buscou fundamentar uma doutrina que pudesse auxiliar a relação entre moral e felicidade com base no aspecto puramente racional humano. Para tanto estabeleceu distinções para o próprio trabalho da razão e arquitetou diferentes formulações na descrição de princípios que não podem ser abordados sob o mesmo domínio, tais como: o princípio da razão prática pura e o princípio prático material. Nesse contexto, Kant apresenta os problemas que a busca por uma vida feliz pode ocasionar ao compromisso com uma lei racional. Portanto, é necessário analisar por que o filósofo apresenta o mundo sensível como um empecilho à moral a partir da prerrogativa de um vínculo com a felicidade.

Na obra *GMS* Kant demonstra uma aversão à conformidade entre moralidade e felicidade. O filósofo assume que existe uma grande diferença entre promover uma vida feliz e trilhar uma vida virtuosa. É evidente nessa obra que a felicidade não colabora para a realização da conduta moral e ao contrário de auxiliá-la incita a sua destruição. Nesse contexto, o filósofo argumenta contra a felicidade porque além de ser falsa e contrária a ideia de que ser feliz conduz à benevolência, também não sustenta a reciprocidade entre a vida feliz e a vida virtuosa, pois, ser feliz não compreende o agir moral e vice versa. Mas, além disso, existe um agravante que faz com que Kant descarte a possibilidade de um vínculo nesses termos, é o fato de que a felicidade erroneamente faz com que a moralidade torne-se somente um meio de validação para os motivos que levam à virtude ou ao vício. Dessa forma, a felicidade anula todo o trabalho moral quando demonstra que ela é válida apenas para fazer melhor o cálculo entre as inclinações que afetam a sensibilidade humana<sup>15</sup>.

O princípio mais condenável, porém, é o princípio da felicidade própria, não só porque é falso e porque a existência contradiz a suposição de que o bem-estar se rege sempre pelo bem-obrar; não só ainda porque não contribui em nada para o fundamento da moralidade, uma vez que é totalmente diferente fazer um homem feliz ou fazê-lo bom, e fazê-lo prudente e finório em atenção ao seu interesse ou fazê-lo virtuoso; mas sim

---

<sup>15</sup> Questão retomada em 3.2.1.

porque atribui à moralidade móveis que antes a minam e destroem toda a sua sublimidade, juntando na mesma classe os motivos que levam à virtude e os que levam ao vício, e ensinando somente a fazer melhor o cálculo, mas apagando totalmente a diferença específica entre virtude e vício<sup>16</sup>.

Contudo, mesmo ao nos depararmos com uma declaração negativa para a posição da felicidade em confronto com a moralidade na filosofia kantiana, devemos ser cautelosos ao analisar a postura de reprovação apontada pelo filósofo na obra de 1785. Nesse texto é possível observar que a reprovação do autor está descrevendo uma felicidade particular, que depende da análise dos desejos e impulsos de um único ser, em um sentido em que é possível retomar a caracterização de felicidade descrita na *KrV*, na qual o filósofo trabalha um conceito que a descreve como a soma de todas as inclinações, ou seja, como uma ideia de felicidade determinada pela busca da satisfação sensível de um ser particular. Mas na *KpV* Kant apresenta uma outra descrição para o que é a felicidade e passa a analisá-la como a consciência que compreende o homem enquanto um ser capaz de distinguir entre aquilo que lhe proporciona agrado ou desagrado no decorrer de toda a sua existência<sup>17</sup>. Nessa obra, o filósofo delineia uma nova forma de abordagem para o papel da felicidade, segundo o qual se o sentimento de agrado ou desagrado é responsável por determinar a vontade humana, não parece interessar ao homem se esta representação é gerada pelo entendimento ou pelos sentidos desde que possa ser esperada em algum momento da vida.

Se a determinação da vontade depende do sentimento de agrado ou desagrado que ele [o homem] por algum motivo espera, então lhe é inteiramente indiferente através de que modo de representação é afetado<sup>18</sup>.

Sendo verdade que o homem coloca o fundamento da lei universal em uma vontade que é movida pelo desejo do agrado da vida, mas é inteiramente indiferente ao que motiva essa vontade; então, parece que ele está caminhando para a aniquilação da própria possibilidade de efetivação do princípio da moralidade, uma vez que ela não pode ser meio para a realização de nenhum fim. Com isso, parece complicado concluir que o homem considera o apetite pela felicidade amplamente aceito e que coloca esta satisfação como prerrogativa para legitimar a sua máxima, na qual cada um deposita nas suas inclinações a base determinante da vontade. Portanto, é possível observar que é

---

<sup>16</sup> KANT. GMS. BA 91, 92.

<sup>17</sup> KANT. *KpV* 75.

<sup>18</sup> KANT. *KpV* 75.

extremamente conturbada a relação que coloca na determinação da vontade a busca pela conformidade entre o dever de uma vida virtuosa e a realização de uma vida feliz, pois não parece haver uma coexistência harmoniosa entre elas.

Ora, aquilo cuja realização escapa à vontade do agente não poderia fornecer um objeto para a moralidade, visto que não está em seu poder alcançá-la. Como resultado, a felicidade não pode ser o objetivo da vida moral, visto que é dependente de bens contingentes, o que a torna um campo instável e frágil para fundamentar a moralidade<sup>19</sup>.

Tendo em vista que fundamentos empíricos da vontade não podem ser considerados determinantes para nenhuma legislação universal, como o homem pode ser virtuoso e feliz mutuamente? Observando que cada homem busca oferecer às suas inclinações uma satisfação distinta, como uma vontade particular pode servir de base para uma lei universal? Essas questões mostram o problema que Kant encontra quando o homem passa a colocar a satisfação das inclinações como predominante em sua vida e transforma a moral em meio para a realização desses fins sensíveis. Consequentemente, isso reflete o porquê de não ser possível pensar em uma lei universal fundada no aspecto puramente animalesco do homem, ou seja, em uma vontade que é movida pela simples realização de uma vida agradável. Nesse contexto, a razão não parece trabalhar em nenhum patamar diferente da dos instintos nos animais, uma vez que ela assume somente a função de regular a vontade de acordo com aquilo que o homem espera satisfazer na sensibilidade. Dessa forma, ela cumpre o mesmo papel que os instintos na determinação da vontade nos animais, pois, não conduz o homem a superar os impulsos da sua natureza sensível. Sendo assim, a razão perde todo o seu valor na tentativa de elevar o homem a superar as suas inclinações e cumprir com o agir moral.

Pois o fato de ele [homem] ter uma razão não eleva, absolutamente, o valor sobre a simples animalidade, se a razão dever servir-lhe somente para o fim daquilo que o instinto executa nos animais<sup>20</sup>.

É importante explicar a superação humana das inclinações sensíveis sem excluir o desejo efetivo da busca pela felicidade, mas respaldando na razão essa relação. Desse modo, é possível observar, aos moldes kantianos, uma conexão entre virtude e felicidade como o comprometimento virtuoso e o anseio por uma vida feliz através de

<sup>19</sup> BORGES, Maria de Lourdes. Felicidade e beneficência em Kant. Síntese, Belo Horizonte, v.30, n.97, 2003. p. 207.

<sup>20</sup> KANT. KpV 211.

argumentos que incidem na razão e podem justificar uma saída harmoniosa. Para que moralidade e felicidade possam ser assimiladas como possíveis em detrimento do próprio cumprimento da lei moral é importante pontuar quais são as condições que permitem essa aproximação na filosofia kantiana, já que não é permitido colocar como fundamento da virtude nenhuma condição que confronte diretamente o desejo pela felicidade, uma vez que o filósofo assume que a busca por uma vida feliz é uma aspiração própria a todo o ser humano.

Assim sendo, seria plausível apontar para uma conexão entre moralidade e felicidade que assenta sobre a hipótese da virtude ser a causa da felicidade, ou seja, que esta seria o fruto da assimilação da consciência moral em acordo com o cumprimento da ação conforme a lei. Portanto, poderíamos pensar no fato de a felicidade ser o efeito atribuído a uma vida virtuosa, mas com isso caímos no problema discutido por Kant na *KpV*. Nessa obra, o filósofo é claro ao pontuar duas aparentes possibilidades para fundamentar uma saída que justifique a reunião da vida feliz e da ação moral, a saber: [i] “*ou o apetite de felicidade tem que ser a causa motriz de máximas da virtude*”<sup>21</sup> ; [ii] “*ou a máxima da virtude tem que ser a causa eficiente da felicidade*”<sup>22</sup>. Sendo assim, ou a felicidade é a responsável por mover a ação devido a uma subordinação moral àquilo que se espera ou a moralidade é a causa de toda a felicidade.

No primeiro caso, o vislumbre de desfrutar uma vida cheia de realizações levaria o homem a querer cumprir com a lei moral, mas somente devido a um intuito pré-estabelecido para chegar à felicidade. Por outro lado, na segunda possibilidade, a moral colocaria a felicidade como a consequência da ação moral, o que delegaria à moral não o compromisso com o dever e sim como a garantia para atingir a vida feliz. Portanto, nenhum desses pontos parece satisfazer verdadeiramente a pretensão kantiana de trabalhar a vida virtuosa em harmonia com a vida feliz, uma vez que ambos parecem aniquilar a legitimidade moral ao tratá-la como artifício para chegar à felicidade. Sendo assim, para investigar a resposta de Kant a sua própria inquietação moral é necessário pontuar qual foi a análise feita por ele para concluir que a felicidade assume um papel de destaque na articulação da sua filosofia prática. Para tanto, vamos iniciar a pesquisa trabalhando o sentido de felicidade descrito no texto *O Cânone da Razão Pura*<sup>23</sup>, o qual

---

<sup>21</sup> KANT. *KpV* 403.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> *KrV*.

apresenta uma caracterização do aspecto sensível que afeta o homem na busca por uma vida feliz.

### **1.1. O conceito de felicidade e a instabilidade humana: a soma das inclinações.**

Na filosofia prática kantiana existem diferentes formas de abordagem para tentar determinar o conceito de felicidade. Ele é caracterizado como a soma de todas as inclinações humanas, mas também como um objeto de desejo e esperança. É a partir da ideia de poder desfrutar de uma vida feliz que se justificam muitas das formulações do filósofo na estruturação da sua teoria moral. Na *Segunda Secção* do texto *O Cânone da Razão Pura* Kant afirma que “*toda a esperança tende para a felicidade*”<sup>24</sup>, é nessa ideia que ele permite a abertura para o homem almejar a vida feliz. Mas o conflito existente é anterior à questão da esperança, ou seja, ele tem início com a determinação de um conceito que possa satisfazer a ideia de felicidade. É no fato de ela representar o desejo de realizar todas as aspirações humanas que o filósofo caracteriza seu conceito como indeterminado.

Encontrar um termo que corresponda à pretensão de definir o que é a felicidade resulta em uma afirmação bastante complexa segundo o que nos apresenta Kant, a saber: a “*felicidade é a satisfação de todas as nossas inclinações*”<sup>25</sup>. Se a felicidade está atrelada à realização de desejos que dependem exclusivamente da satisfação sensível, como podemos afirmar com exatidão o que satisfaz empiricamente o homem? Considerando que a sensibilidade é extremamente inconstante e mutável, ela não pode sustentar um conceito que depende da análise do homem, porque este enquanto ser sensível compreende as mesmas características variáveis descritas na sensibilidade. Nesse sentido, a felicidade não é suficiente para um vínculo com a moral, uma vez que ao voltar-se para a realização provinda dos sentidos acaba colocando no deleite de uma vida sensível o que deveria ser despertado através do compromisso racional. Dessa forma, Kant mostra porque um desejo provindo do sentimento de prazer não pode ser fundamento para uma lei universal, uma vez que a lei exige objetividade. Portanto, mesmo que a felicidade seja um desejo próprio a todo ser humano, ainda assim é um princípio contingente.

---

<sup>24</sup> KANT. KrV A805 B833.

<sup>25</sup> KANT. KrV A806 B834.



Aquilo em que cada um costuma colocar a sua felicidade tem a ver com seu sentimento particular de prazer e desprazer e, até num e mesmo sujeito, com a carência diversa de mudanças desse sentimento; portanto uma lei subjetivamente necessária (enquanto lei natural) é objetivamente um princípio prático muito contingente, que em sujeitos diversos pode e tem que variar muito, por conseguinte jamais pode fornecer uma lei, porque o apetite de felicidade não tem a ver com a conformidade à lei, mas unicamente com a matéria, ou seja, se e com quanto deleite posso contar na observância da lei <sup>26</sup>.

Para Kant é evidente que o homem nutre o desejo de realizar as suas inclinações sensíveis, mas existe uma forte inconstância no conjunto das tendências que ele considera como podendo ser atribuídas à ideia de felicidade e a maneira como o homem se comporta perante a moral na busca por essa bem-aventurança. Segundo o que o filósofo pontua, na *GMS*, a felicidade é requerida pelo homem devido ao fato de que permite reunir as diversas ideias almejadas por ele durante toda a sua existência em um único conceito e, por isso, ela é descrita como a soma de todas as inclinações e, conseqüentemente, torna-se um desejo legítimo a todo o ser humano. Sendo assim, quando o filósofo afirma na *KrV* que a felicidade é a soma de todas as inclinações ele está pontuando um conceito que não retrata propriamente o que é a felicidade, pois não é possível concluir o que dentre as inúmeras satisfações empíricas requeridas pelo homem prevalece para resumir em uma palavra o que é ser feliz, mas descrevendo o que ela representa enquanto objeto de desejo para o homem.

Todos os homens têm já por si mesmos a mais forte e íntima inclinação para a felicidade, porque é exactamente nesta ideia que se reúnem numa soma todas as inclinações. Mas o que prescreve a felicidade é geralmente constituído de tal maneira que vai causar grande dano a algumas inclinações, de forma que o homem não pode fazer ideia precisa e segura da soma de satisfação de todas elas a que chama felicidade<sup>27</sup>.

O problema que aparece nesse momento e permanece insolúvel quando pensamos a felicidade é o fato de que realmente não parece haver um consenso para determinar o que ela é, ou seja, quando a felicidade é descrita por meio de um vínculo com a experiência ela não pode ser efetivamente determinada e conhecida. Portanto, é possível afirmar, como fez o próprio Kant, que o conceito de felicidade é indeterminado. Essa indeterminação caracteriza a inconstância própria do homem perante ao que ele realmente deseja e quer satisfazer durante a sua vida. Enquanto um ser sensível e finito

---

<sup>26</sup> KANT. *KpV* 87.

<sup>27</sup> KANT. *GMS*. BA 12.

não é possível ao homem atingir um máximo de bem estar que compreenda toda a sua existência, desse modo, não é possível determinar o que caracteriza a felicidade plena.

Mas infelizmente o conceito de felicidade é tão indeterminado que, se bem que todo o homem a deseje alcançar, ele nunca pode dizer ao certo e de acordo consigo mesmo o que é que propriamente deseja e quer. A causa disto é que todos os elementos que pertencem ao conceito de felicidade são na sua totalidade empíricos, quer dizer têm que ser tirados da experiência, e que portanto para a ideia de felicidade é necessário um todo absoluto, um máximo de bem-estar, no meu estado presente e em todo o futuro <sup>28</sup>.

Dessa forma, como o conceito de felicidade é proveniente da experiência e se mantém sempre mutável e inconstante, não existe uma maneira de definir o que ele é. Sendo assim, quando o homem busca satisfazer essa caracterização de uma vida feliz está caminhando no sentido oposto ao que orienta a moral. Mas, mesmo ao colocar o conceito de felicidade em termos tão escusos, ainda assim Kant parece indicar uma saída para a possibilidade da sua realização a partir da ideia de uma totalidade. Na *KrV* o filósofo apresenta uma postura cuidadosa e assume a necessidade de o homem desfrutar de uma vida feliz. Entretanto, este bem-estar não pode ser observado somente no deleite de uma vida sensível, pois, como existe um vínculo tênue entre moralidade e felicidade, se a justificação desta estiver exclusivamente no mundo sensível, pode acabar aniquilando a efetividade daquela. Em decorrência disso, a perspectiva de uma vida agradável para o homem muda seu horizonte de atribuições e busca orientação na razão. É na possibilidade de uma nova caracterização de felicidade que Kant pensa a realização da ideia de uma vida feliz na posteridade. Dessa forma, para o homem poder encontrar a felicidade, ele deve tornar-se digno de ser feliz por meio do cumprimento das prescrições morais.

A descrição de felicidade apresentada até o momento revela um conceito indeterminado que não pode ser vinculado a uma lei universal, pois, como foi possível observar, é diagnosticado como um princípio necessário, mas contingente. Contudo, passando para a investigação de uma outra interpretação da leitura da obra kantiana é possível observar que ainda na *KrV* o filósofo apresenta uma nova definição de felicidade. Kant mostra que a partir do momento em que ela estiver vinculada com a moralidade – na exata proporção em que o homem torna-se digno de desfrutar dela pelo compromisso que assumiu com a lei – ela pode ser definida como o bem supremo. Nesse sentido, a felicidade é caracterizada como o fim último ao qual todo o homem

---

<sup>28</sup> KANT. GMS. BA45, 46/ BA47.

almeja, mas que só poderá ser vislumbrada em um mundo futuro, uma vez que o mundo sensível não é capaz de favorecer o cumprimento exigido pela lei moral.

A felicidade, na sua exacta proporção com a moralidade dos seres racionais, pela qual este se tornam dignos dela, constitui sozinha o bem supremo de um mundo onde nos devemos colocar totalmente de acordo com as prescrições da razão pura, mas prática, e que evidentemente é apenas um mundo inteligível <sup>29</sup>.

Mas se Kant assume que a felicidade possui uma efetivação em um mundo inteligível, garantido através da conformidade com as leis morais, o que suscita no homem o impulso para agir de acordo com a moralidade? O que leva o homem a se desprender dos vínculos sensíveis para simplesmente pensar no deslumbre de uma vida feliz em um mundo futuro? Portanto, o que induz o homem a agir moralmente? Nesse momento, o filósofo apresenta um argumento que repercute de várias maneiras, uma vez que pode acarretar em uma má interpretação do alcance da felicidade no sistema moral. O que permite, também, aos críticos da teoria kantiana<sup>30</sup> apontarem para uma similaridade entre a moral e a teleologia, devido a necessidade de depositar na esperança a ideia de realização da felicidade. A hipótese de esperar encontrar a felicidade em um mundo futuro, que não apresenta efetivamente nenhuma garantia de que possa realizar o máximo de bem-estar desejado pelo homem é alvo de inúmeras questões, mas representa o início da argumentação kantiana para responder o conflito entre moralidade e felicidade.

Desta forma, podemos assinalar o ponto que investiga qual é o papel que Kant delega à ideia da esperança em sua filosofia moral. Para o filósofo o homem moral busca ser digno de encontrar a felicidade em um mundo futuro porque se torna digno de esperar uma vida feliz, ou seja, aquela felicidade última que compreende nela todas as aspirações humanas. Sendo assim, o filósofo argumenta que a esperança está fundada na perspectiva da realização de um objeto futuro, em consequência disso é possível observar que existe uma causa suprema agindo para que algo possa efetivamente realizar-se.

---

<sup>29</sup> KANT. KrV A814 B842.

<sup>30</sup> Como, por exemplo, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) que caracteriza a moral kantiana como uma moral cristã, como uma moral do não. NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia: ou helenismo ou pessimismo, §5.

A esperança leva, por fim, à conclusão que alguma coisa é (que determina o fim último possível), porque alguma coisa deve acontecer; a saber, à conclusão que alguma coisa é (que age como causa suprema) porque alguma coisa acontece <sup>31</sup>.

Portanto, é sugerido que a esperança satisfaz as pretensões kantianas ao compreender em si mesma a possibilidade de assimilação entre a ideia da felicidade e a sua realização em um mundo futuro. A esperança demonstra a própria necessidade de objetivar um fim último e que, efetivamente, exista a confirmação de que ela sustenta um desejo legítimo de cada ser humano, ou seja, o de encontrar a felicidade. Desse modo, a felicidade não parece promover a sua consumação a partir de uma rendição exclusiva ao mundo sensível, já que ela aparentemente não deposita na satisfação empírica todas as suas esperanças de realização. Sendo assim, quando Kant apresenta na *KrV* o argumento que incide em um mundo moral – mundo futuro – ele começa a fundar os pilares que justificam a possibilidade de uma união entre moral e felicidade. Dessa forma, o filósofo vai apresentar os argumentos que reforçam a sua afirmação de o por que da sua teoria moral não estar fundada na experiência, mas sim na conjectura da existência de uma vida futura, pois, “*princípios empíricos não servem de modo algum para fundar as leis morais sobre eles*” <sup>32</sup>. Portanto, Kant afirma que mesmo existindo um vínculo entre moral e felicidade, ele não pode ser estruturado em um mundo sensível.

Como Kant está apresentando as bases que explicam a sua teoria moral, é importante investigar como vai ser caracterizado o vínculo entre moral e felicidade, uma vez que já é possível pensar na possibilidade dela não ter uma única caracterização. Sendo assim, para compreender a forma como o filósofo passa a trabalhar o argumento que incide na justificação de um mundo futuro é necessário observar como ele descreve a motivação moral agindo sobre o homem sensível. Nesse sentido, é imprescindível entender o que representa o homem moral kantiano e de que forma a busca pela realização de uma vida feliz pode afetar o compromisso assumido por ele perante a lei.

## **1.2. O princípio da felicidade reprovável: o homem feliz e o homem bom.**

A felicidade é descrita na filosofia kantiana como algo a que todo homem almeja, porém esta necessidade não garante que a vida feliz tenha qualquer vínculo com a vida

---

<sup>31</sup> KANT. *KrV* A806 B834.

<sup>32</sup> KANT. *GMS*. p.291. Trad. Guido Antônio de Almeida.

virtuosa, pelo contrário, a busca pela felicidade pode acarretar na dissolução da própria moralidade. Sendo assim, é importante analisar o problema que a felicidade causa à moral quando a coloca em uma posição que resulta na ofuscação de todo o seu valor. Dificuldade apresentada por Kant na *Segunda Secção*<sup>33</sup> da obra *GMS*, quando ele caracteriza a felicidade como aquele princípio empírico que delega à moral um papel que a torna um meio para avaliar a ação humana na oscilação entre a virtude e o vício. Dessa forma, quando o filósofo elabora a sua teoria moral, ele percebe a importância da lei ser a precursora da ação humana e não o desejo de encontrar a felicidade o impulso que move à ação. Para isso, exige-se que a lei moral determine os horizontes para o homem atuar no mundo, o que permite a Kant pensar na possibilidade do homem tornar-se digno de alcançar a vida feliz. Consequentemente, ele só pode esperar a felicidade<sup>34</sup> a partir do momento em que assume a lei moral como um dever incondicional na execução da ação. Portanto, é o cumprimento da lei que permite ao homem esperar ser digno da felicidade e não a busca por uma vida feliz que orienta a ação moral.

A disposição moral é a condição que, antes de mais, torna possível a participação na felicidade e não, ao contrário, a perspectiva da felicidade que torna possível a disposição moral<sup>35</sup>.

Mas, é necessário cautela ao analisar a felicidade juntamente com o princípio da moralidade, uma vez que não queremos acabar no mesmo problema que Kant critica na filosofia epicurista e estoíca<sup>36</sup> quando descreve que elas acabaram analisando a lei moral sob o mesmo parâmetro da lei pragmática<sup>37</sup>, ou seja, como uma lei que tem por motivo a felicidade. Em decorrência disso, a filosofia kantiana assume uma posição que coloca o próprio caráter da moralidade em contestação, uma vez que ela estabelece que agir por bondade não é suficiente para satisfazer a lei moral. Sendo assim, o homem deve agir por amor a lei, isto é, *“aquilo que deve ser moralmente bom não basta que seja*

---

<sup>33</sup> Transição da filosofia moral popular à metafísica dos costumes. Texto, Divisão de todos os princípios possíveis da moralidade a partir da suposição do conceito fundamental da heteronomia. Tradução Guido Antônio de Almeida.

<sup>34</sup> É importante destacar que nesse ponto é trabalhado o conceito de felicidade descrito como o bem supremo – KrV, ou seja, aquele conceito de felicidade que permite a realização do sumo bem – KpV. Com isso, vamos finalizar a análise do conceito desenvolvido em 1.1..

<sup>35</sup> KANT. KrV A813 B841.

<sup>36</sup> KANT. KpV 451.

<sup>37</sup> Tema desenvolvido em 3.2.1.

*conforme á lei moral, mas tem também que cumprir-se por amor dessa mesma lei”*<sup>38</sup>. Portanto, para que a lei moral possa ser cumprida é necessário que o homem mova a sua ação por amor a lei. Com isso, Kant destaca a ideia da benevolência atribuída às inclinações da vontade, na medida em que a vontade pode ser determinada pela razão em conformidade com a obrigação moral. É a vontade que deve se desprender de qualquer inclinação sensível para buscar na razão a conformidade com as prerrogativas que direcionam a ação conforme a lei. Dessa forma, o amor pela lei caracteriza a capacidade de fazer de uma regra da razão a causa motivadora para a ação humana, na qual a vontade pode assimilar uma orientação puramente racional. Portanto, o que pode ser adotado para classificar a ideia de bondade tem que estar acessível à compreensão de todo ser racional, ou seja, o homem assume uma postura racional e cumpre com a orientação da lei por sua própria vontade. Assim, a vontade deve estar voltada para a conformidade da ação humana com a efetividade da razão ao prescrever a lei moral.

O nosso bem e mal certamente tem muita importância no ajuizamento de nossa razão prática e, no que concerne a nossa natureza como entes sensíveis, tudo depende de nossa felicidade, se esta é ajuizada, como sobretudo a razão exige, não segundo a sensação passageira mas segundo a influência que esta contingência tem sobre toda nossa existência e o contentamento com ela<sup>39</sup>.

É evidente a importância que a felicidade assume diante da razão prática, uma vez que mesmo deixando de lado a influência das sensações produzidas pela sensibilidade, ainda assim a razão a reconhece como um princípio contingente que possui influência sobre toda a vida humana. Nesse contexto, é necessário considerar que o homem possui um fim mais elevado do que a simples apreciação do agrado da vida. A razão possui a capacidade de trabalhar o homem como um fim em si mesmo e, com isso, permitir a reflexão sobre o que ele mesmo é capaz de classificar como verdadeiramente bom. Entretanto, para distinguir esse compromisso racional perante qualquer obstáculo sensível e torná-lo condição para o cumprimento efetivo das prescrições morais é necessário que a lei moral seja a responsável por determinar a própria qualificação do que é bom.

Não é o conceito de bom enquanto objeto que determina e torna possível a lei moral, mas que inversamente é a lei moral que antes de tudo determina e torna possível o conceito de bom, na medida em que este merece absolutamente esse nome<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> KANT. GMS. BA X.

<sup>39</sup> KANT. KpV 209.

<sup>40</sup> KANT. KpV 219.

Assim sendo, somente a lei moral - enquanto uma lei da razão – pode caracterizar uma regra que prescreve a si mesma a sua própria forma legislativa. Desse modo, torna-se condição suficiente para a determinação das inclinações sensíveis, podendo ser assumida como o verdadeiro fundamento da ação humana enquanto superação do empiricamente condicionado. Mas, o que é moralmente bom é investigado a partir de um parâmetro de comparação com relação à caracterização de uma vida feliz, na qual parece não ser possível encontrar nada que corresponda a satisfação humana fora do contexto sensível. Com isso, é por meio da capacidade de julgar, em detrimento de uma conformidade com a lei da razão, que parece ser possível justificar a validade de uma vontade humana segundo os requisitos da moralidade – ponderando que as ações efetuadas com base na lei moral devem compreender em si mesmas a qualidade de um ser racional que pode aplicar a sua ação a perspectiva de desempenhar satisfatoriamente a própria característica exigida pela moralidade perante as inclinações do mundo sensível.

Portanto, com os pontos apresentados até o momento não é plausível afirmar que há uma negação na filosofia kantiana para a relação entre a vida virtuosa e a vida feliz, pelo contrário, é possível compreender que Kant aponta já na *KrV* a existência de uma ligação entre moral e felicidade, mas o problema principal é determinar qual felicidade o filósofo utiliza para entrelaçar os pontos da sua teoria. O fato de ele afirmar na *KpV* que não existe na lei moral o mínimo fundamento para uma conexão necessária entre a moralidade e a felicidade, mesmo que esta procure se adequar às prescrições daquela <sup>41</sup>, resulta em inúmeras interrogações a respeito da veracidade de uma união entre dois princípios heterogêneos. Então, temos que observar o homem na sua mais simples forma, ou seja, como um ser pertencente ao mundo sensível e por isso dependente dele. Um ser cuja condição não permite assumir frente a sua própria vontade a responsabilidade pelo eficiente cumprimento moral, devido a sua incapacidade de relacionar a qualidade de bom com a representação de feliz. De tal modo que, mesmo buscando equiparar as duas condições em sua vida, ainda assim, o homem encontra-se em uma posição que corrobora a insatisfação do compromisso exigido pela lei moral devido ao desejo de realizar a plenitude de uma vida feliz. Sendo assim, é necessário

---

<sup>41</sup> KANT. *KpV* 443.



investigar como Kant resolve a delicada questão que caracteriza a ação movida pela lei moral ou pela busca da felicidade.

### 1.3. O dever: um comprometimento puramente racional.

A filosofia prática kantiana exige que a ação humana cumpra com a determinação da lei moral e para fazer com que essa ideia seja obedecida pelo homem existe o dever (*Pflicht*) imposto por ela. Sendo assim, não há somente regras fornecidas pela razão para a ação humana, mas também a necessidade delas serem cumpridas e é o dever que executa as normas que caracterizam a ação moral. Dessa forma, o dever assinala o compromisso do agir humano com a forma puramente racional da lei. Mas, existe uma grande diferença entre as ações praticadas conforme ao dever e as ações praticadas por dever e esta distinção é fundamental quando pensamos na relação entre moralidade e felicidade. Segundo o que Kant afirma “*os homens conservam a sua vida conforme ao dever, sem dúvida, mas não por dever*”<sup>42</sup>. Desse modo, é necessário observar que esta distinção faz referência a um ponto importante na valorização da intenção humana e na forma como o próprio valor da ação moral não pode estar fundado na pretensão de nenhum resultado esperado. O valor do agir moral não é condição para nenhuma ação que precise requerer para si uma consequência, ou seja, ele não assume a postura de mover qualquer tipo de ação com vistas a um fim determinado. Assim sendo, quando o homem executa uma ação há agregada nela um valor, que pode ser analisado como moralmente válido ou não.

Para o valor da ação ser caracterizado como moralmente correto é extremamente importante agir por puro dever, mesmo que esta conformidade pareça ser sempre questionável. Ao que tudo indica o próprio Kant pontua a ambigüidade que compreende a efetivação do valor da ação moral, pois, embora “*muitas das coisas que o dever ordena possam acontecer em conformidade com ele, é contudo ainda duvidoso que elas aconteçam verdadeiramente por dever e que tenham portanto valor moral*”<sup>43</sup>. Sendo assim, mesmo que uma ação seja executada de acordo com a moral ela não pode ser avaliada como consequência do puro dever e, por isso, não é capaz de caracterizar o valor exigido pela lei. Dessa forma, em que sentido o filósofo apresenta a importância da ação ser executada por puro dever?

---

<sup>42</sup> KANT. GMS. BA9, 10.

<sup>43</sup> KANT. GMS. BA25.

O que Kant quer mostrar é a sutil diferença entre aquilo que realmente motiva a ação humana a atuar segundo o dever ou segundo uma intenção obscura, ou seja, o filósofo pretende expor como é possível caracterizar o agir humano de acordo com a obrigação moral ou como consequência de uma motivação particular. Desse modo, como seria possível saber o que motiva a ação humana? Para a filosofia kantiana parece nítido que a resposta encontra-se em um caminho insolúvel, uma vez que não é possível conhecer verdadeiramente o íntimo de cada ser humano. Logo, ninguém é capaz de avaliar a realidade das intenções humanas e, conseqüentemente, o valor intrínseco à ação. Portanto, não parece ser possível distinguir se uma ação foi movida pelo dever ou por uma espécie de amor- próprio:

Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma acção, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever. Acontece por vezes na verdade que, apesar do mais agudo exame de consciência, não possamos encontrar nada, fora do motivo moral do dever, que pudesse ser suficientemente forte a tal ou tal boa acção ou tal grande sacrifício. Mas daqui não pode concluir com segurança que não tenha sido um impulso secreto do amor-próprio, oculto sob a simples capa daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade <sup>44</sup>.

Entretanto, mesmo ressaltando a importância do puro dever como inspiração para a realização da ação moral, Kant apresenta na *Segunda Secção* da *GMS* um ponto que caracteriza um incômodo para a moral, ou seja, o fato de que o que move a intenção é a felicidade. Nesse momento, o que impulsionaria o homem a agir por dever é a possibilidade de encontrar a felicidade. Sendo assim, o objetivo humano de conquistar a vida feliz corresponde a uma necessidade natural que compreende a sua essência última.

Há no entanto uma finalidade da qual se pode dizer que todos os seres racionais a perseguem realmente (enquanto lhes convêm imperativos, isto é como seres dependentes), e portanto uma intenção que não só eles podem ter, mas de que se deve admitir que a têm na generalidade por uma necessidade natural. Esta finalidade é a felicidade <sup>45</sup>

Assim, o filósofo parece assumir que o homem possui uma finalidade legítima para a sua ação, entretanto, a maneira como o ser humano vai mover a ação em vista daquele fim é um problema a ser investigado pela lei do dever moral. Considerando que o princípio da moralidade está amparado na validade de uma ação humana se

---

<sup>44</sup> KANT. *GMS*. BA26, 27.

<sup>45</sup> KANT. *GMS*. BA41, 42/ BA43.

transformar em uma lei que compreenda em si todas as ações a partir do dever, parece que, para as prescrições morais terem legitimidade universal, é preciso que o homem seja ativo sobre o seu próprio querer. Desse modo, se a lei moral e a razão caminham juntas, mas por diversos motivos o homem coloca a sua racionalidade em um segundo plano e deixa o querer sensível prevalecer sobre a sua condição racional, então é preciso observar de que forma Kant justifica o princípio da moralidade em relação à busca pela felicidade. Caso contrário, a legitimidade da lei moral perde seu respaldo de obrigação conforme ao dever no próprio querer humano, uma vez que Kant afirma que temos que poder querer que uma máxima da nossa ação se transforme em uma lei universal<sup>46</sup>. Sendo assim, para solucionar este problema de a ação ser movida em detrimento do querer é necessário distinguir entre a vontade conforme a razão e a vontade conforme as inclinações, pois, não é possível determinar um princípio da razão com base em contradições da vontade.

Se considerássemos tudo partindo de um só ponto de vista, o da razão, encontraríamos uma contradição na própria vontade, a saber: que um certo princípio seja objetivamente necessário como lei universal e que subjetivamente não deva valer universalmente, mas permita exceções<sup>47</sup>.

O que Kant apresenta como referência à vontade é o fato de que o homem é um ser racional, mas também é um ser sensível e por isso não é condicionado a agir exclusivamente segundo as prescrições da razão. Sendo assim, a lei moral é reconhecida como objetivamente válida pela condição racional e exerce influência na vontade para a ação cumprir-se de acordo com o dever. Contudo, a lei é subjetivamente adotada devido à vontade sofrer com as inclinações sensíveis. Sendo assim, a própria legitimidade da razão, ao prescrever as leis do dever, está inserida em um contexto que coloca à prova a validade desse mesmo dever, uma vez que não é capaz de impulsionar a vontade somente a partir dos seus parâmetros. Mas, para desenvolver a análise do dever e do papel que a razão desempenha para o seu cumprimento efetivo é necessário considerar o que seria o dever nos termos kantianos. O filósofo caracteriza o dever como o compromisso consciente assumido pelo homem e que orienta a vontade na execução da ação.

---

<sup>46</sup> KANT. GMS. BA57.

<sup>47</sup> KANT. GMS. BA58, 59.

O dever deve ser a necessidade prática-incondicionada da acção; tem de valer portanto para todos os seres racionais (os únicos aos quais se pode aplicar sempre um imperativo), e só por isso pode ser lei também para toda a vontade humana <sup>48</sup>.

Como o dever condiciona a acção do homem enquanto um ser racional, é possível abordar essa necessidade com base na tese de Mario Ariel González Porta, que caracteriza o dever a partir de um questionamento fundamental para a compreensão do papel que a razão ocupa na efetivação desse mesmo dever, a saber: *'por que devo?'*. Porta aponta como resposta kantiana à questão justamente a condição racional humana que sustenta a legitimidade da obrigação moral.

Devo, porque sou um ser racional. Eu não preciso perguntar a ninguém o que devo nem por que devo, mas unicamente a mim mesmo enquanto ser racional. A fonte última do Dever não é outra coisa que a Razão; a moralidade, a autolegislação de um ser racional. A Razão, enquanto Razão prática, dita a sua própria lei <sup>49</sup>.

Sendo assim, o dever é caracterizado pela capacidade humana de se auto legislar enquanto ser racional e capaz de fornecer e reconhecer regras da razão. Mas ao apontar para efetivação do dever pela razão, devemos ser minuciosos para assinalar no que implica esse dever, uma vez que ele não pode estar atrelado a nenhuma necessidade contingente, mas na pura condição racional humana de adotar para si mesma as obrigações fornecidas pela razão.

A necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos ou inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como legisladora, porque de outra forma não poderia pensar-se como fim em si mesmo. A razão relaciona pois cada máxima da vontade concebida como legisladora universal como todas as outras vontades e com todas as acções para conosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia de dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá <sup>50</sup>

Para Kant, a afinidade existente entre a vontade e a lei moral é caracterizada como uma dependência, porque essa relação expressa uma necessidade da própria razão perante o querer humano. Assim, ainda que pela razão se anuncie uma lei do dever, é pela acção humana que essa lei se concretiza como o comprometimento efetivo do homem com a lei. Entretanto, o dever possui por prerrogativa cultivar o sentimento

---

<sup>48</sup> KANT. GMS. BA60.

<sup>49</sup> PORTA, Mario Ariel González. A filosofia a partir de seus problemas. p.121.

<sup>50</sup> KANT. GMS. BA77.

moral, por meio deste é que a vontade humana pode ser pensada como imediatamente determinada pela lei. Desse modo, o dever assume o caráter objetivo na determinação da ação em acordo com a lei moral, ou seja, ele orienta a vontade segundo a obrigação exigida pela lei. Por conseguinte, um dos pontos principais que releva o valor da ação moral depende do fato da lei determinar a vontade em conformidade com a obrigação requerida pelo dever.

Portanto o conceito de dever exige na ação, objetivamente, concordância com a lei, mas sua máxima, subjetivamente, respeito pela lei, como o único modo de determinação da vontade pela lei. E disso depende a diferença entre a consciência de ter agido conformemente ao dever e a de ter agido por dever, isto é, por respeito à lei, cuja primeira forma de consciência (a legalidade) é possível mesmo que apenas as inclinações tivessem sido os fundamentos determinantes da vontade, enquanto a segunda forma (a moralidade), o valor moral, tem que ser posta unicamente em que a ação ocorra por dever, isto é, simplesmente por causa da lei <sup>51</sup>.

Segundo o filósofo para a vontade de todo ser racional finito a lei moral é uma lei do dever. Desse modo, a moral determina as ações mediante ao sentimento de respeito incitado pela lei e pelo próprio compromisso com o dever reconhecido pela vontade. Essa obrigação é a única exigência que todo homem tem que considerar com relação à lei moral e com o próprio dever. A reverência ao dever não faz menção alguma ao deleite de uma vida feliz, pelo contrário, ela possui somente a autenticidade da aplicação da lei. Assim, por mais que o deleite de uma vida feliz seja ambicionado pelo homem, o preceito de uma vida moral requer para si o legítimo comprometimento com a obrigação exigida pela lei. Portanto, *“promover a sua felicidade jamais pode ser imediatamente um dever, menos ainda um princípio de todo o dever”* <sup>52</sup>.

Contudo, é importante considerar que mesmo não incitando o comprometimento conforme o dever na busca pela felicidade, ainda assim, uma inclinação que parece ser conforme a ele pode contribuir para a eficácia da aplicação da máxima moral. Entretanto, não pode de forma alguma ser fundamento para produzir uma lei, uma vez que a lei não coloca qualquer objeto como fim. Sendo assim, na lei moral a ação não deve conter somente a prescrição da razão, mas a efetividade do comprometimento com o dever imposto moralmente. Portanto, tudo deve ser adequado à representação da obrigatoriedade da lei e estar fundado no compromisso com essa mesma lei. Ao dever fica assegurado, por conseguinte, a obrigação de realizar a moralidade no mundo, cuja

---

<sup>51</sup> KANT. KpV 283.

<sup>52</sup> KANT. KpV 329.

possibilidade pode ser observada somente a partir do exercício da razão sobre a ação humana.

#### 1.4. A liberdade: a mediadora entre a moral e a felicidade.

Na obra *KrV* é proposto um vínculo necessário entre o uso prático da razão e a ideia da liberdade (*Freiheit*), pois, segundo o que é descrito “*prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade*”<sup>53</sup>. Contudo, Kant destaca que as condições de exercício do livre arbítrio são empíricas<sup>54</sup>. Sendo assim, a razão assume o papel de reguladora entre a ideia da liberdade e o próprio exercício da vontade – desempenhando a posição que tornará possível atingir uma unidade para as leis empíricas. Desse modo, a liberdade prática poderá ser demonstrada por experiência<sup>55</sup>, uma vez que “*conhecemos, pois, por experiência, a liberdade prática como umas das causas naturais, a saber, como uma causalidade da razão na determinação da vontade*”<sup>56</sup>. Entretanto, não devemos considerar esse vínculo entre liberdade e experiência como definitivo, porque não é possível colocar na experiência a única causa para as determinações da liberdade, uma vez que é a razão que desempenha a função de representar a independência dela perante a sensibilidade.

Não é apenas aquilo que estimula, isto é, que afecta imediatamente os sentidos, que determina a vontade humana; também possuímos um poder de ultrapassar as impressões exercidas sobre a nossa faculdade sensível de desejar, mediante representações do que é, mesmo longinquamente, útil ou nocivo<sup>57</sup>.

Com isso, Kant descreve como o homem é capaz de direcionar a sua vontade para além das determinações sensíveis e representar aquilo que ele avalia como apropriado para sua vida. Contudo, é necessário investigar qual é o papel que a liberdade ocupa nessa caracterização no momento em que compreende uma vontade que atua a partir da razão. Sendo assim, como o filósofo descreve um sistema em que a liberdade possa estar vinculada com o comprometimento moral e com a aspiração a felicidade? Se é possível observar que a filosofia kantiana apresenta uma possível relação entre o princípio da moralidade e o da felicidade através da liberdade, uma vez que “*em parte*

---

<sup>53</sup> KANT. *KrV* A800 B828.

<sup>54</sup> *Idem*.

<sup>55</sup> KANT. *KrV* A802 B830.

<sup>56</sup> KANT. *KrV* A803 B831.

<sup>57</sup> KANT. *KrV* A802 B830.

*movida e em parte restringida pelas leis morais, seria ela [liberdade] mesma a causa da felicidade”*<sup>58</sup>, então, como é possível afirmar que a liberdade é a responsável pela felicidade e, também, pela ação moral?

Esse acordo parece não ser confirmado devido à própria condição humana, já que a realização da conduta moral depende do homem enquanto animal racional atuante sobre a sua própria vontade. Contudo, a razão não consegue legitimar uma atuação universal da liberdade para cada ser em sua individualidade. Dessa forma, é importante que o homem seja regido por uma vontade universal, ou seja, é preciso que cada ser racional em particular possa mover a sua vontade em concordância com a obrigação universal. Entretanto, se um ser incitar a sua liberdade para um fim conforme aquilo que a sua vontade particular exige, nunca poderá ser verificado um consenso entre a liberdade e a vontade, pois, a vontade humana nunca é movida da mesma maneira.

É verdade que mesmo passando para a argumentação da existência de uma vontade suprema – para solucionar a inquietude da vontade humana perante a superação da sensibilidade e a necessidade da conformidade moral – ainda assim, a filosofia kantiana não exclui totalmente o vínculo com a experiência na busca de justificar uma conformidade entre vontade e moralidade. No *Prefácio* da *GMS* Kant aponta para uma contribuição da experiência para a aplicação e eficácia da moralidade, uma vez que ela pode auxiliar como parâmetro de análise para a determinação da vontade. Sendo assim, a experiência serve como ponto de partida para a investigação e legitimidade da lei, ou seja, ela permite avaliar a necessidade moral e promover a sua ação.

É verdade que estas [leis a priori] exigem ainda uma faculdade de julgar apurada pela experiência, para por um lado, distinguir em que caso elas têm aplicação, e, por outro, assegurar-lhe entrada na vontade do homem e eficácia na sua prática<sup>59</sup>.

Ao argumentar sobre o papel da experiência perante a vontade e o que ela representa para a moral, é importante pontuar que o homem é considerado um fim em si mesmo na filosofia kantiana. Dessa forma, o homem não é uma marionete solta no meio das oscilações da vontade – enquanto esta pode estar sujeita as inclinações sensíveis ou as representações da razão – como um ser incapaz de atuar sobre ele mesmo. Nesse sentido, Kant apresenta a necessidade de o homem ser avaliado como um fim em si

---

<sup>58</sup> KANT. KrV A809 B837.

<sup>59</sup> KANT. GMS. BA IX.



mesmo, porque enquanto um sujeito de vontade ele tem que ser capaz de colocar-se para além de qualquer determinação imposta.

O homem, e, de uma maneira geral, todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como as que se dirigem a outros seres racionais ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim <sup>60</sup>.

Dessa forma, o princípio da vontade aponta para a necessidade da ação humana ser investigada a partir de uma natureza puramente racional, contribuindo para a caracterização do homem como um fim em si mesmo. Assim sendo, o fato de pensar a ideia da liberdade depende da assimilação do consenso entre razão e vontade, na qual todo ser racional coloca-se ao requerer para si mesmo a propriedade de se autodeterminar a agir. Portanto, é a capacidade do homem de reconhecer as diversas possibilidades que o cercam e não permitir que a sua vontade predomine sobre elas que caracteriza a atuação da razão sobre o exercício da liberdade.

A liberdade é apenas uma ideia da razão cuja realidade objectiva é em si duvida; a natureza, porém, é um conceito do entendimento que demonstra, e tem necessariamente de demonstrar, a sua realidade por exemplos da experiência <sup>61</sup>.

O homem tem a consciência de si mesmo como um ser que é afetado pelas inclinações dos sentidos, mas, também, a consciência de si enquanto um ser que é capaz de agir por meio de uma inteligência racional e superar as afecções da sensibilidade. Todavia, a pretensão que o homem sustenta para atingir a liberdade da vontade está diretamente vinculada à razão e a consciência da própria condição humana, esta que permite uma independência das inclinações impostas pela natureza empírica. Desse modo, o homem que se admite como independente dessa condição natural reporta-se a uma condição mais elevada de si mesmo, pois, a partir do momento em que ele coloca a razão como predominante em relação a sua natureza está superando o condicionamento animal para mover uma vontade livre. Com isso, é possível afirmar a posição de Valério Rohden, na qual a *“liberdade universal e racional torna-se a condição permanente, sob a qual o homem pela primeira vez se conhece a si mesmo”* <sup>62</sup>. Consequentemente, o homem é atuante perante a si mesmo e capaz de causar um

---

<sup>60</sup> KANT. GMS. BA65.

<sup>61</sup> KANT. GMS. BA114, 115.

<sup>62</sup> ROHDEN, Valério. Interesse da Razão e Liberdade, p.49.

movimento de superação das determinações naturais através de uma ruptura com a sensibilidade. Logo, é possível caracterizar a liberdade como uma ideia aplicada à condição de superação humana, uma vez que ela requer a própria atuação do homem como um ser racional perante a si mesmo.

Ora a liberdade é uma mera ideia cuja realidade objetiva não pode ser de modo algum exposta segundo leis naturais e, portanto, em nenhuma experiência também, que, por conseqüência, uma vez que nunca se lhe pode subpor exemplo por nenhuma analogia, nunca pode ser concebida nem sequer conhecida. Ela vale somente como pressuposto necessário da razão num ser que julga ter consciência de uma vontade, isto é duma faculdade bem diferente da simples faculdade de desejar (a saber a faculdade de se determinar a agir como inteligência, por conseguinte segundo leis da razão independentemente de instintos naturais) <sup>63</sup>.

É possível observar na argumentação kantiana a respeito da liberdade que a lei moral assume o papel do conhecimento que torna o homem capaz de uma independência com relação à simples vontade, na medida em que a razão apresenta como fundamento determinante da vontade livre a condição da superação sensível. Assim, a vontade se assume como autônoma perante as determinações da natureza e pode admitir um vínculo com o conceito de liberdade. Esse conceito, então, surge em um ser racional que reconhece a determinação da sua própria vontade através da lei e atua sobre si mesmo para promover a realização da conduta moral. Assim sendo, “*a condição para a razão determinar-nos deste modo é de que nós, justamente por termos razão e vontade, nos damos conta da liberdade*” <sup>64</sup>. Portanto, mesmo que a liberdade não possa promover diretamente a realização da felicidade, ela é a ferramenta que coloca o homem na posição de maior proximidade para a conquista dessa vida feliz – por meio da ruptura com a disposição sensível e de forma atuante através da vontade que é movida pela razão <sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> KANT. GMS. BA121.

<sup>64</sup> ROHDEN, Valério. Interesse da Razão e Liberdade, p.36.

<sup>65</sup> KANT. KpV 421.

## 2. Terreno doutrinário: o conflito dos princípios morais e materiais.

A investigação proposta no primeiro capítulo dessa pesquisa desenvolve a análise da relação entre moralidade e felicidade a partir do modo como o mundo sensível afeta o homem. Nesse momento, deixamos de lado aquele contexto e nos direcionamos para a investigação do que o acordo entre o princípio moral e o princípio material pode despertar no homem. Para tanto, é necessário trabalhar o aspecto doutrinário da filosofia kantiana e analisar os pontos que compreendem a maneira como a lei moral está presente no comportamento humano e o que isso significa para a teoria prática de Immanuel Kant. Como base inicial para a investigação desse tema é importante destacar que ao pontuar o conflito entre os dois princípios trabalhados nessa pesquisa é imprescindível considerar o fato de que o filósofo admite – na *Primeira Secção* da *GMS* – a necessidade de o homem ter por dever a busca pela sua felicidade<sup>66</sup>. Isso posto, agora afirmamos que a indiferença àquela satisfação poderia acarretar em uma constante intransigência humana para com seus próprios deveres, pois “*assegurar cada qual a sua própria felicidade é um dever*”<sup>67</sup>. Portanto, mesmo observando os problemas que a felicidade aparentemente causa ao cumprimento da lei moral, ainda assim ela é admitida como uma necessidade intrínseca a todo ser humano. Contudo, esta obrigação não ameniza a relação conturbada entre o princípio moral e o princípio material, ou seja, a influência sensível mantém-se como um enigma para as prescrições da razão e, especialmente, em uma relação que busca definir o lugar da felicidade perante a moralidade. Dessa forma, o homem permanece estagnado frente às ameaças que cercam a lei racional, uma vez que é natural a ele buscar a realização de uma vida feliz.

O homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe apresenta como tão dignos de respeito: são as suas necessidades e inclinações, cuja total satisfação ele resume sob o nome de felicidade<sup>68</sup>.

Portanto, a felicidade é a responsável pela inconstância na ação humana no cumprimento da lei moral porque ela caracteriza a realização das inclinações que permitem ao homem suprir as suas necessidades e desejos. Com isso, ela defronta-se

---

<sup>66</sup> Colocamos a necessidade dessa afirmação devida à postura que Kant assume no texto da *Análítica da Razão Prática Pura* – obra KpV – quando demonstra no §2 *Teorema I* que os princípios práticos não podem fornecer nenhuma lei prática e descreve no §3 *Teorema II* que a felicidade é um princípio prático material.

<sup>67</sup> KANT. *GMS*. BA12.

<sup>68</sup> KANT. *GMS*. BA23.

com as determinações da razão, uma vez que satisfaz aquilo que o homem requer para si no contexto material. Mas, mesmo ela sendo um princípio material<sup>69</sup> e, por isso, relacionada com a satisfação sensível, ainda assim é requerida pelo homem e não pode ser ignorada pela razão. Assim sendo, como é possível que Kant afirme que a busca pela felicidade é um dever? Como um princípio que causa dano à efetivação da lei moral pode ser requerido como necessário? É a partir dessa discussão apresentada pelo filósofo de Königsberg ao longo das três obras analisadas nessa pesquisa que pretendemos investigar qual o papel da razão perante a inquietação humana na busca pela felicidade. Para tanto, é imprescindível voltar-se para a análise do que a consciência da lei moral desperta no homem e qual a implicação disso para a realização de uma vida feliz.

Na obra *GMS* e na *Analítica da razão prática pura*<sup>70</sup> Kant afirma que nunca será possível utilizar de princípios empíricos para qualificar a ação em conformidade com as leis morais<sup>71</sup>, porque uma lei da razão não pode depender de elementos fornecidos pela sensibilidade. Então, se a felicidade é requerida pelo homem, mesmo que pareça distanciá-lo da moralidade, o que realmente levaria ele a agir em conformidade com a lei moral, ou seja, “*porque é que devo eu submeter-se a este princípio, e isso como ser racional em geral, e portanto todos os outros seres dotados de razão?*”<sup>72</sup>. Dessa forma, como é possível a adequação de um ser racional a uma lei necessária a ele, mas que sugere a aniquilação de um desejo lícito da sua própria natureza? Sendo assim, porque o homem deve agir moralmente? Segundo a crítica de Friedrich Nietzsche<sup>73</sup> à Kant, o dever moral assinala uma ruptura com a natureza do homem, uma vez que ele objetiva superar, por meio da razão, o conflito característico do impulso humano e, nesse sentido, caracteriza uma usurpação da própria liberdade. Ora, se a lei moral pode ser interpretada nesses termos, qual é o propósito de Kant ao querer defender um princípio que vai contra a natureza humana e causa dificuldades para a felicidade? Aliás, porque o filósofo iria querer unir princípios tão divergentes?

Na *KpV* esses dois princípios de naturezas distintas ocupam uma posição que comprova o tumulto em que estão inseridos. Ao requerer da razão um trabalho árduo

<sup>69</sup> Descrição kantiana feita no § 3. Teorema II da obra *KpV*, no qual apresenta a felicidade própria como um princípio prático material.

<sup>70</sup> *KpV*.

<sup>71</sup> KANT. *GMS*. p. 291. Tradução Guido Antonio de Almeida. KANT. *KpV* 73.

<sup>72</sup> KANT. *GMS*. BA103.

<sup>73</sup> “*Toda moral é, em contraposição ao *laissez aller* [“deixar ir”], um pouco de tirania contra a ‘natureza’*”. NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. Cap. V, §188.

para delinear os fundamentos da sua filosofia prática, Kant analisa o que representam esses dois princípios para sua teoria moral e como é possível equipara-los em um mesmo contexto. Nessa obra, a lei moral é avaliada como objetiva e necessária devido a sua validade estender-se a todo ser dotado de razão e vontade<sup>74</sup>. Com isso, é possível compreender porque a filosofia kantiana resalta o fato de que nenhum homem deveria colocar diante da moralidade a ideia de confronto, pois é a partir da condição racional e da própria vontade que essa lei se assume como legítima. Sendo assim, o filósofo afirma a necessidade da lei moral a partir da própria condição humana de um ser racional e capaz de agir por uma vontade que não é determinada pela simples inclinação sensível. Portanto, nesse contexto, são observados os pontos que serão fixados para compreender a teoria prática kantiana, uma vez que ela não está analisando o homem como um ser guiado pelos impulsos, mas como um ser capaz de agir segundo o que a sua razão determina. Entretanto, o que Kant apresenta como um problema para sua filosofia prática é o questionamento da validade da própria consciência da lei moral e, por consequência, da conformidade da ação com a obrigação imposta pelo dever. Considerando que o que torna o homem consciente da lei é a maneira como a razão avalia a objetividade desta norma em conformidade com as solicitações da vontade, então, é necessário investigar a influência da razão sobre a vontade e determinar o que representa esse domínio para a realização da ação moral.

Em decorrência disso, o texto da *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>75</sup> pontua a necessidade de separar dois princípios de naturezas distintas e caracterizar o que corresponde a cada um deles. Nesse ponto, Kant admite que o exato oposto do princípio da moralidade é assumir o princípio da felicidade como o fundamento motivador da vontade<sup>76</sup>, ou seja, considerar que a vontade humana caminha somente em conformidade com a realização de uma vida feliz é excluir qualquer autonomia do homem perante a si mesmo para considerar somente um benefício proveniente de uma inclinação particular. Sendo assim, o filósofo classifica os princípios práticos materiais como a felicidade e o amor de si<sup>77</sup> e são caracterizados pela motivação que exercem no arbítrio humano em direção ao agrado da vida e perante a possibilidade de atingir, a partir da existência de um objeto desejado, a sua satisfação. Portanto, eles estão estruturados na capacidade humana de buscar a realização das suas inclinações

---

<sup>74</sup> KANT. KpV 123.

<sup>75</sup> KpV.

<sup>76</sup> KANT. KpV 117.

<sup>77</sup> KANT. KpV 75.

sensíveis, o que evidencia a oposição com o princípio moral. Este que é descrito como princípio da razão prática pura e assinala uma ação exercida pelo puro dever, ou seja, demonstra a efetividade da obrigação exigida pela razão através de uma lei inquestionável e universal.

Contudo, Kant assume ao longo da sua argumentação uma posição que permite ao princípio da felicidade apresentar máximas<sup>78</sup> para a vontade, mas nunca uma lei que exija obrigatoriedade na ação<sup>79</sup>. Dessa forma, como a felicidade é um desejo legítimo do homem, o filósofo descreve máximas que compreendem a ação humana enquanto objetivam esse resultado de atingir uma inclinação particular, mas não em conformidade com a lei moral. Enquanto ser finito, o homem é direcionado para o encontro da felicidade de acordo com aquilo que lhe proporciona satisfação. Assim, a ideia de uma vida feliz está fixada em um terreno empírico e este não pode sustentar uma lei moral, uma vez que só é capaz de estabelecer parâmetros para a vontade a partir de inclinações oriundas da experiência e, nesse sentido, somente a satisfação sensível particular. Portanto, não cumpre com a objetividade exigida pela lei moral de determinar a vontade de acordo com fundamentos universais.

Justamente porque esse fundamento determinante material [felicidade] pode ser conhecido pelo sujeito apenas de modo empírico, é impossível considerar essa tarefa uma lei, porque esta enquanto objetiva teria de conter, em todos os casos e para todos os entes racionais, exatamente o mesmo fundamento determinante da vontade<sup>80</sup>.

Considerando que os princípios práticos materiais são completamente inadequados para sustentar uma lei universal, pois dependem da satisfação que a busca pela felicidade despertada no homem, Kant apresenta sua ideia moral como o princípio prático da razão pura. Este princípio trabalha o lugar que a razão assume perante a criação e determinação de uma obrigação universal e descreve, portanto, um conjunto de leis possíveis através da máxima obrigatoriedade que a razão confia ao dever na determinação da vontade. Sendo assim, a razão é a única capaz de fornecer imperativos categóricos para ação humana, ou seja, determinar leis práticas que colocam o agir sobre a sua vigília e, assim, promover o princípio da moralidade. Por conseguinte, este princípio permite avaliar as ações praticadas pelo homem segundo as prescrições da razão e direcionar a vontade humana em conformidade com a lei moral.

---

<sup>78</sup> As máximas da felicidade serão trabalhadas no capítulo 3 em 3.2.1. a partir da distinção entre lei moral e lei pragmática.

<sup>79</sup> KANT. KpV 121.

<sup>80</sup> KANT. KpV 85.

A moral é uma lei que ultrapassa os alicerces empíricos de determinação da vontade e estende-se para além de todas as condições do mundo sensível. Ela avalia a vontade segundo o modo como esta é capaz de atender às suas obrigações<sup>81</sup>. Nesse ponto, depois de analisar o problema que o princípio da felicidade causa ao princípio moral, é necessário observar o momento que Kant os separa, como é o caso do texto da *Analítica da Razão Prática Pura*. Esse *Primeiro Livro* da *KpV* mostra a posição que o filósofo assume ao afastar novamente os dois princípios - assim como fez na *GMS*<sup>82</sup> - e justifica essa escolha através da constatação de que a felicidade é constituída por motivações empíricas e estas não podem contribuir como fundamentos para a lei moral.

Portanto, o que é apresentado nesse momento por Kant não é somente a exclusão da felicidade como um princípio oriundo da satisfação sensível, mas a advertência em relação a ela a partir da constatação de que ela pode acabar colocando as suas reivindicações sensíveis como um dever, o que caracteriza o seu dano à moralidade. Nesse contexto é preciso considerar duas argumentações kantianas distintas: primeiro, quando Kant afirma que a felicidade é um dever, ele está mostrando que como um objeto de desejo natural a todo ser humano ela torna-se um elemento de aspiração legítimo para o homem. Contudo, isso não quer dizer que o homem tenha que colocar as inclinações sensíveis como o fundamento que move à ação. Sendo assim, é importante observar, em um segundo ponto, que o filósofo mantém a ideia de que a felicidade é necessária para a moralidade, mas como um atributo do próprio cumprimento do dever e não como fim último para a orientação da ação. Dessa forma, é importante observar que Kant afirma uma ligação necessária entre moral e felicidade porque esta pode caracterizar um elemento para a realização daquela.

Mas essa distinção do princípio da felicidade e do princípio da moralidade nem por isso é imediata **oposição** entre ambos, e a razão prática pura não quer que se abandonem as reivindicações de felicidade mas somente que, tão logo se trate do dever, ela não seja de modo algum tomada em consideração. Sob certo aspecto pode ser até dever cuidar da felicidade: em parte, porque ela (e a isso pertencem habilidade, saúde, riqueza) contém meios para o cumprimento do próprio dever e, em parte, porque sua falta (por exemplo, pobreza) envolve tentações à transgressão de seu dever<sup>83</sup>.

Dessa posição kantiana perante as atribuições do princípio moral e do material segue-se, pois, a possibilidade de existir uma superação do conflito em que estão

---

<sup>81</sup> O problema que compreende a questão da determinação da vontade será desenvolvido detalhadamente em 2.2.1 e 2.2.2 no capítulo 2.

<sup>82</sup> KANT.GMS. BA 91, 92.

<sup>83</sup> KANT. KpV 327.

inseridos. Com isso, como Kant assume que não existe uma oposição insuperável entre o princípio da moralidade e o da felicidade, pelo contrário, que esta pode ser um artifício necessário para o cumprimento da lei moral. Sendo assim, ao que tudo indica, a razão aponta para o fato de que as proposições fundamentais práticas consideram como imaginável um vínculo entre a consciência moral e a felicidade, uma vez que esta pode ser descrita como um auxílio para a moralidade. Dessa forma, quando a ideia de conquistar uma vida feliz pode motivar a ação humana conforme ao dever, a felicidade passa a ser considerada como um princípio que trabalha em conjunto com a moralidade para fazer com que as leis do dever sejam cumpridas. Por outro lado, se existir o infortúnio na vida humana é possível que o homem desvirtue-se da obrigação moral e busque uma solução para aliviar as suas aflições e esse caminho pode levar ao oposto do que orienta a lei moral. Nesse sentido, a felicidade pode ser considerada um conforto para o homem que objetiva direcionar a sua ação conforme as prescrições da razão. Dessa forma, ela pode ser avaliada como a expectativa decorrente da moralidade, ou seja, a vida feliz está fixada no próprio cumprimento moral e pode ser reconhecida como contribuição para as atribuições morais. Contudo, essa felicidade compreende um novo sentido para Kant, ela passa daquela ideia descrita no primeiro capítulo dessa pesquisa para uma noção que abrange todos os homens. Nesse sentido, supera a realização de uma inclinação sensível particular e afirma-se como um dever que pode ser atribuído a todo ser racional.

A única felicidade que deve ser perseguida como dever é a felicidade dos outros. A tematização kantiana da felicidade passa, então, do plano do egoísmo e do amor de si ao plano da interação intersubjetiva<sup>84</sup>.

Entretanto, isso não significa que será possível determinar o que é a felicidade efetivamente e, menos ainda, vincular às proposições fundamentais práticas a responsabilidade de delegar à felicidade o compromisso de justificar a moralidade. Do mesmo modo que a moralidade não fornece garantias para a realização da felicidade, mesmo que esta pareça assumir uma postura de conformidade com a lei, ela também não pode tomar a posição de um meio para a realização da vida feliz. Sendo assim, a lei moral *“não promete nenhuma felicidade; pois esta, em conformidade com conceitos de uma ordem natural em geral, não está necessariamente vinculada ao cumprimento da*

---

<sup>84</sup> CECCHINATO, Giorgia. A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant. *Studia Kantiana* 9 (2009). p.85.



*mesma lei*”<sup>85</sup>. Por conseguinte, a possibilidade de um vínculo entre moralidade e felicidade continua nas entrelinhas das afirmações kantianas, uma vez que para a análise da consciência moral existe a prerrogativa da felicidade. Em suma, como ser feliz não remete necessariamente a ser moral, mas, ao que tudo indica, para conquistar uma vida regrada segundo os preceitos morais é necessário que exista a possibilidade de um vínculo com a expectativa de uma vida feliz, então temos que avaliar qual conceito de felicidade corresponde ao exigido para a relação com a moralidade. Sendo assim, é importante investigar o que representa a felicidade para análise moral e os fundamentos apresentados por Kant para justificar essa relação.

## **2.1. O desejo de uma vida feliz: um problema para a moral.**

O fato de a felicidade ser um objeto de desejo próprio ao homem parece ser um problema em alguns momentos da argumentação moral kantiana. Contudo, se o homem reconhece a felicidade como um desejo lícito da sua natureza, qual é o papel que ela possui perante a lei moral? Se o objeto de desejo último para o homem for a felicidade, o que a lei moral representa para a vida humana? Quando Kant afirma, na *KpV*, que a felicidade pode auxiliar o cumprimento moral, ele destaca que o dever exigido pela lei não pode estar vinculado à busca por uma realização sensível. Desse modo, o filósofo assegura que a felicidade é requerida pelo homem, mas isso não é garantia de que este atue de acordo com aquilo que é exigido pela lei, uma vez que ser feliz não pressupõe a moralidade, assim como o agir moral não assegura a felicidade. Portanto, para conhecer a maneira como Kant apresenta a sua teoria moral é necessário observar como a lei age sobre o homem na busca por uma vida feliz. Sendo assim, para responder às interrogações apresentadas acima é imprescindível conhecer a forma como o homem assimila a lei da razão em sua vida. Com isso, o filósofo inicia a *GMS* destacando que o homem consegue reconhecer a existência de uma lei da razão pura prática, mas isso não significa que ele consiga adotar facilmente o comportamento ditado por ela, uma vez que o homem é um ser sensível e sujeito às inconstâncias da sua própria natureza.

O homem, com efeito, afectado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a ideia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para tornar eficaz in concreto no seu comportamento<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> KANT. *KpV* 457.

<sup>86</sup> KANT. *GMS*. BA IX.

Kant reconhece a dificuldade entre a razão e as exigências da natureza na busca pela felicidade, uma vez que é mais fácil ao homem seguir o caminho ditado pelos instintos a obedecer às dificuldades geradas pela razão. Isso revela porque, nesse momento, o filósofo acredita que a felicidade caracteriza um problema para a moral, pois mesmo sendo possível ao homem reconhecer a existência de uma lei fornecida pela razão, ainda assim, ele permanece oscilante quando vislumbra a possibilidade de o homem conquistar uma vida feliz.

Ora, se num ser dotado de razão e vontade a verdadeira finalidade da natureza fosse a sua conservação, o seu bem-estar, numa palavra a sua felicidade, muito mal teria ela tomado as suas disposições ao escolher a razão da criatura para executora destas suas intenções. Pois todas as acções que esse ser tem de realizar nesse propósito, bem como toda a regra do seu comportamento, lhe seriam indicadas com muito maior exactidão pelo instinto, e aquela finalidade obteria por meio dele muito maior segurança do que pela razão<sup>87</sup>.

A constatação de que a natureza coloca a felicidade como um empecilho para o cumprimento da lei moral pode parecer recorrente em vários momentos da obra kantiana. Contudo, essa aparente dificuldade para o princípio da moralidade é válida para aquela felicidade descrita no primeiro capítulo dessa pesquisa, a qual refere-se a busca pela satisfação de todas as inclinações em um ser particular. Todavia, quando pensamos em um ser que possui intrinsecamente a sua natureza um desejo legítimo por essa bem-aventurança é possível apontar para uma outra caracterização da felicidade em relação à moralidade. Nesse sentido trabalha Giorgia Cecchinato, quando objetiva mostrar que existe um outro sentido para a felicidade na filosofia prática kantiana<sup>88</sup> que não aquele descrito como negativo, ou seja, aquele que coloca a satisfação particular como prerrogativa para a ação. Sendo assim, a partir do fato de que a busca por uma vida feliz caracteriza um fim natural para todos os homens, a professora afirma que a felicidade remete a um *“fim para o qual todos os homens tendem universal e necessariamente”*<sup>89</sup> e, por isso, um fim comum almejado na própria constituição do ser humano. Dessa forma é possível observar que a obra kantiana permite a interpretação de dois momentos distintos para a felicidade, ou seja, uma em um sentido particular e outra em um sentido universal. O primeiro caracteriza a busca por uma vida feliz a partir das

---

<sup>87</sup> KANT. GMS. BA5.

<sup>88</sup> CECCHINATO, Giorgia. A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant. *Studia Kantiana* 9 (2009).

<sup>89</sup> CECCHINATO, Giorgia. A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant. *Studia Kantiana* 9 (2009). p. 81.

inclinações sensíveis e o segundo demonstra um desejo natural a todo homem. Por conseguinte, a felicidade assume, a partir desse momento, uma nova forma de interpretação em relação às condições exigidas pela lei moral para sua legitimação.

A primeira é aquela já mencionada por nós, ou seja, a felicidade derivada do amor de si, e que consiste na completa e permanente satisfação de todas as inclinações humanas, o que está fora de nosso alcance; a segunda é aquela que a felicidade é aquilo a que todos os homens aspiram naturalmente<sup>90</sup>.

É importante marcar que ao atribuir à felicidade o papel de compreender todas as satisfações humanas, a moral kantiana poderia ser interpretada de uma maneira que alimentaria no homem o deslumbre de uma realização futura e colocaria a prática moral em um segundo plano, porque ela descreve uma lei da razão que fornece os subsídios necessários para conquistar um fim desejado. Assim, a razão também perderia o seu mérito ao tentar garantir a legalidade da moral. Por isso, surge uma crítica à abordagem daquele homem que espera obter uma recompensa por suas ações moralmente praticadas, uma vez que ele deixa corromper aquilo que lhe foi orientado pela razão em benefício de um contentamento particular. Baseado nas suas inclinações o homem busca justificar esta posição de desacordo com a lei moral em função de um deleite natural.

A razão impõe as suas prescrições, sem nada aliás prometer às inclinações, irremitentemente, e também como que com desprezo e menoscabo daquelas pretensões tão tumultuosas e aparentemente tão justificadas (e que se não querem deixar eliminar por qualquer ordem). Daqui nasce uma dialética natural, quer dizer uma tendência para opor arrazoados e subtilezas às leis severas do dever, para pôr em dúvida a sua validade ou pelo menos a sua pureza e o seu rigor e para as fazer mais conformes, se possível, aos nossos desejos e inclinações, isto é, no fundo para corrompe-las e despojá-las de toda a sua dignidade, o que a própria razão prática vulgar acabará por condenar<sup>91</sup>.

O sentido de fim natural apresentado anteriormente não incide nessa justificativa que pretende burlar a legitimidade da lei moral, como que um artifício utilizado pelo homem para transgredir o dever imposto pela lei através de uma resposta que incide em um desejo natural. Pelo contrário, pontuar a importância da natureza exige a validade de um conjunto universal e, com isso, a observância de todos os homens agindo em conformidade para um mesmo fim e não para um fim particular. Sendo assim, a natureza é referência para constatar que existe um ponto comum que acompanha todos

<sup>90</sup> CECCHINATO, Giorgia. A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant. *Studia Kantiana* 9 (2009). p. 82.

<sup>91</sup> KANT. GMS. BA23/BA24.

os homens durante a sua existência, a saber: o desejo de encontrar a felicidade. Esse fim último é o que permite avaliá-los como seres racionais que cumprem com a lei moral e, por isso, que um dia vão poder tornar-se dignos da felicidade, ou seja, daquele fim ao qual todos eles almejam naturalmente. Portanto, passamos daquele conceito de felicidade como satisfação sensível para aquele que existe como fim universal e corrobora a legitimação moral.

O problema é que mesmo admitindo que a felicidade seja uma finalidade naturalmente necessária aos seres racionais finitos Kant afirma que a lei moral, como uma lei da razão pura, causa prejuízo à satisfação das inclinações, numa palavra à felicidade. Ou seja, ele não apenas distingue o princípio da moralidade do princípio da felicidade. Além disso, considera também que agir moralmente, isto é, agir de acordo com o único fundamento determinante da vontade moralmente válido para seres racionais finitos, compromete a felicidade destes seres<sup>92</sup>.

Sendo assim, como a nossa razão assume uma postura de reprovação diante das inclinações sensíveis – devido à fragilidade das leis morais perante a exigência da vida feliz –, devemos pensar uma maneira de a moralidade sustentar o caráter exigido pela lei como validação universal. É inquietante pensar na possibilidade de uma moral que orienta a nossa vontade unicamente segundo seus próprios requisitos e que possa ser, ao mesmo tempo, formulada como uma lei universal e válida para todos os seres dotados de razão. Dessa forma é necessário observar como a lei sustenta a determinação de uma única vontade que serve como base para as outras vontades, mas que não parece ser referência alguma a um desejo próprio do homem, ou seja, a busca pela felicidade. Sendo assim, mesmo que exista um sentido positivo para a felicidade na filosofia kantiana, ainda é importante destacar quais são os argumentos apresentados pelo filósofo para estruturar a relação entre ela e a moralidade. Portanto, a lei moral deve possuir parâmetros universais que permitam fazer referência, ainda que despretensiosamente, à possibilidade de um alcance para a felicidade, se esta estiver proporcionalmente vinculada à lei. A partir disso temos que analisar como Kant apresenta as justificativas de validação para o seu princípio moral e qual o papel que a felicidade vai desempenhar nesse acordo.

---

<sup>92</sup> DEJEANE, Solange. Felicidade e dignidade de ser feliz: o sumo bem como ideal dialético da razão prática pura. *Studia Kantiana* 11 (2011):56-77. p.58.

## 2.2. Os fundamentos de uma lei universal.

Para compreender o contexto de atribuições exigidas pela razão na legitimação da consciência moral é necessário conhecer cada um dos pontos utilizados por Kant para justificar a sua argumentação ao longo da formulação da sua filosofia prática. Por conseguinte, é importante reconhecer os diferentes princípios trabalhados pelo filósofo no decorrer das três obras utilizadas nessa pesquisa e observar as resoluções apresentadas por ele para legitimar a sua teoria moral. A doutrina kantiana descreve a importância de a obrigação moral estar estruturada no dever imposto pela razão, ou seja, que o vínculo entre a orientação da razão e a ação praticada pelo sujeito cumpram com a determinação da lei. Para o filósofo, a moral é uma lei redigida a partir da própria condição racional humana e por isso necessária para a ação. Mas, para ela conseguir superar os obstáculos impostos pelo mundo sensível são apresentados alguns princípios que auxiliam na compreensão e efetivação dessa legitimidade.

A *GMS* destaca os artifícios utilizados por Kant para elaborar e justificar os princípios da moralidade. Ela apresenta, pela primeira vez, o conceito de uma boa vontade, que caracteriza aquela vontade que é boa em si mesma<sup>93</sup>. O filósofo descreve, assim, uma vontade que só pode ser pensada a partir de seres racionais e, por isso, refere-se somente a uma ação incondicionalmente boa. Mas, o filósofo trabalha a vontade de uma outra maneira, ou seja, como o princípio da autonomia da vontade. Este princípio que assume um papel imprescindível para a justificação da relação entre a determinação da razão e a execução da ação, uma vez que permite o reconhecimento do próprio homem enquanto ser racional e atuante diante das obrigações exigidas pela lei moral. Com isso, é possível chegar à formulação do imperativo categórico, no qual Kant desempenha a tarefa de separar os princípios puros e empíricos que caracterizam a ação humana e, então, elaborar e apresentar a lei moral. A *KpV* também apresenta um argumento que corrobora o reconhecimento da lei moral. Nela Kant anuncia a ideia do *factum* da razão, mostrando como há no homem a possibilidade de concretização da lei racional, uma vez que existe a consciência moral.

A partir desses conceitos utilizados por Kant para esclarecer sua teoria moral, é importante observar que existe um ponto que mantém-se em destaque nas três obras, a saber: o mundo moral. Para poder afirmar a legitimidade da sua lei, Immanuel Kant

---

<sup>93</sup> KANT. *GMS*. p.101. Tradução Guido Antônio de Almeida.

apresenta a existência de um mundo moral, ou seja, a conformidade com a lei é alcançada em um mundo moral. Este mundo é descrito pelo filósofo como:

O mundo na medida em que está conforme a todas as leis morais (tal como pode sê-lo, segundo a liberdade dos seres racionais e tal como deve sê-lo, segundo as leis necessárias da moralidade). O mundo é assim pensado apenas como mundo inteligível, pois nele se faz abstração de todas as condições (ou fins) da moralidade e mesmo de todos os obstáculos que esta pode encontrar (fraqueza ou corrupção da natureza humana) <sup>94</sup>.

Esse mundo é criado por Kant para cumprir com as necessidades exigidas pela própria lei moral, uma vez que ele é apresentado como o mundo no qual não devem existir obstáculos para a efetivação da lei da razão. Caracterizando, portanto, um mundo que não compreende em si mesmo nenhum mundo sensível ou, como descreve Nietzsche: como um mundo que não cria para ele mesmo nenhum problema que possa levar ao erro <sup>95</sup>. Nesse sentido, o mundo criado por Kant cumpre com as regras impostas pela razão, o que parece permitir a crítica nietzschiana, pois, como a lei moral é uma ideia da razão responsável por orientar a ação humana, torna-se favorável criar um mundo com as condições necessárias para que essas ideias sejam cumpridas sem a possibilidade de surgir qualquer dificuldade a elas. Portanto, este mundo é criticado por Nietzsche por parecer ser uma criação kantiana para fortalecer seus próprios argumentos, uma vez que o mundo moral não permite oposição a ele. Nas palavras do filósofo:

A fim de criar espaço para seu ‘reino moral’, ele viu-se obrigado a estabelecer um mundo indemonstrável, um ‘Além’ lógico – para isso necessitava de uma crítica da razão pura! Em outras palavras: não teria necessidade dela, se para ele uma coisa não fosse mais importante que tudo, tornar o ‘mundo moral’ inatacável ou, melhor ainda, inapreensível pela razão – ele percebia muito bem como uma ordem moral do mundo é vulnerável à razão! <sup>96</sup>.

Dessa forma, como Nietzsche critica, será que Kant criou o mundo moral porque era consciente da fragilidade da sua teoria frente às inconstâncias do mundo sensível? Considerando que a argumentação kantiana do mundo inteligível é essencial para podermos esclarecer a possibilidade de efetivação da lei universal, pois esta lei está em

---

<sup>94</sup> KANT. KrV A808 B836.

<sup>95</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Prólogo §3.

<sup>96</sup> Idem.

debate constante com a questão da natureza humana, como acontece a superação moral perante o mundo sensível? O fato de a inclinação sensível não poder ser desvelada de maneira suficiente para cumprir com as condições requeridas pela razão é um enigma que nenhuma filosofia respondeu. Mas este conflito não parece impedir que a lei moral tenha a sua concretização e que seja claramente admitida por Kant, como destaca Oswaldo Giacoia Junior ao afirmar que, para a lei ser cumprida é necessário que ela valha sem qualquer ressalva.

Para Kant, o que constitui a característica essencial de toda lei – a legalidade da lei – são sua universalidade e sua necessidade, ou seja, a propriedade de valer sem exceção para todos os casos ou instâncias a que se aplica<sup>97</sup>.

Com isso, o filósofo afirma na *KrV* a realidade da lei moral, ou seja, admite “*que há, realmente, leis puras que determinam completamente a priori o fazer e o não fazer (sem ter em conta móveis empíricos, isto é, a felicidade)*”<sup>98</sup>. Mas, Kant não só admite a existência de leis puras da razão que orientam a ação humana incondicionalmente, como valida essas leis ao refutar a existência de um motivo intrínseco a elas na realização da ação. Na *GMS* o filósofo apresenta uma outra forma de argumentação e justifica que há uma autonomia da vontade baseada na razão e que atua sobre as influências da sensibilidade. Portanto, existe uma vontade que não é afetada por nenhuma motivação empírica e que cumpre com a orientação da razão. Com isso, o filósofo passa para a descrição de um ser dotado de razão, um ser que utiliza dessa racionalidade de maneira independente para a execução da sua própria ação. Essa independência a qual nenhuma experiência pode fornecer o motivo para a prática da lei. Dessa forma, é a própria razão que fornece as condições de legitimidade à lei, porque é imprescindível que enquanto uma lei da razão ela deva valer para todo ser dotado de razão.

Lei é de tão extensa significação que tem de valer não só para os homens mas para todos os seres racionais em geral, não só sob condições contingentes e com exceções, mas sim absoluta e necessariamente, torna-se então evidente que nenhuma experiência pode dar motivo para concluir sequer a possibilidade de tais leis apodícticas<sup>99</sup>.

Mas essa legitimidade aparentemente justificada na lei moral não coloca de lado o questionamento da validade de uma lei universal, ou seja, “*com que direito podemos*

<sup>97</sup> GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Nietzsche X Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever, p. 50/ 51.

<sup>98</sup> KANT. *KrV* A807 B835.

<sup>99</sup> KANT. *GMS*. BA29,30.

*nós tributar respeito ilimitado, como prescrição universal para toda a natureza racional, àquilo que só é válido talvez nas condições contingentes da humanidade?”*<sup>100</sup>

. Assim, como é possível pontuar a legitimidade da lei moral pela própria razão, sendo que esta estabelece a compreensão da legalidade da lei como universalmente válida, mas não garante a regularidade da ação unicamente conforme a lei? Para responder a questão acima é necessário fazer referência à afirmação kantiana apresentada na *KpV*, na qual ele assegura que a lei moral é verdadeiramente o único fundamento determinante da vontade<sup>101</sup>. Com isso, a lei moral está fundada na própria vontade humana de um ser racional que busca na razão seus parâmetros de orientação. Mas essa relação acontece a partir dos conceitos apresentados por Kant no decorrer das três obras citadas e na forma como eles conseguem reconhecer na razão uma maneira de concretização para a lei moral.

### **2.2.1. A boa vontade**

A filosofia prática kantiana afirma a existência de uma lei universal da razão operando como necessária e inquestionável, mas para ela ser efetiva é um dever que o homem atue de acordo com os imperativos morais determinados por ela. Para que isso aconteça é imprescindível que exista uma vontade agindo de acordo com as recomendações da razão. Em decorrência disso, o intuito de Kant ao escrever a *GMS*<sup>102</sup> é apresentar os fundamentos da sua filosofia moral e, com isso, demonstrar como a vontade assume o papel de destaque perante a efetivação da lei. É nesse sentido que o filósofo apresenta o conceito de boa vontade, ou seja, aquela vontade que é boa em si mesma. Portanto, uma vontade que supera as influências sensíveis na determinação da ação humana. Na obra, filósofo trilha um caminho de auto-afirmação da moral através de explicações compreendidas na própria razão humana. Com isso, a razão mostra a sua importância na filosofia prática kantiana para determinar os alicerces de todo o cumprimento moral. Em decorrência disso, o que surge no início desse novo movimento kantiano é a boa vontade com a função de compreender em si mesma os pré-requisitos defendidos pela razão na determinação da ação.

---

<sup>100</sup> KANT. *GMS*. BA29,30.

<sup>101</sup> KANT. *KpV* 387.

<sup>102</sup> Obra publicada em 1785, caracterizando a primeira obra de Kant dedicada à investigação da filosofia prática.



A razão nos foi dada como faculdade prática, isto é, como faculdade que deve exercer influência sobre a vontade, então o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma vontade, não só boa quiçá como meio para outra intenção, mas uma vontade boa em si mesma, para o que a razão era absolutamente necessária <sup>103</sup>.

Sendo assim, a razão assume o compromisso de determinar a vontade, pois, ela tem que ser responsável por moldá-la a partir das suas próprias regras, ou seja, ela mesma deve produzir uma vontade. Dessa forma, a boa vontade está intrinsecamente vinculada à razão, uma vez que ela não possui influências que possam desvirtuar aquilo que foi construído racionalmente. Consequentemente, ela é um conceito que caracteriza uma vontade puramente boa, o que leva Kant a afirmar que ela é o bem supremo e, por isso, possuidora das condições que permitem a realização da felicidade. Logo, a boa vontade é também uma forma de vislumbrar a realização da vida feliz, porque ela não possui em si mesma nenhum empecilho que possa contradizer aquele pressuposto imposto pela razão, pois, foi esta mesma que a produziu. Sendo assim, *“esta vontade não será na verdade o único bem nem o bem total, mas terá de ser contudo o bem supremo e a condição de tudo o mais, mesmo de toda a aspiração de felicidade”* <sup>104</sup>. Portanto, evidencia-se que mesmo existindo todo um trabalho voltado para conquistar uma vida feliz, não podemos esquecer o fato de que a vontade está diretamente vinculada com as prescrições da razão e isso é o que permite pensar a possibilidade de chegar à felicidade.

Contudo, Kant adverte que somente o homem possui uma vontade e é isso que permite a ele agir segundo representações. Como tudo é regido segundo leis, mas só o homem possui uma razão, logo, ele é o único capaz de direcionar a sua ação com base em representações daquilo que se apresenta como nocivo ou agradável a ele. Dessa forma, como a boa vontade é a caracterização da própria razão atuando sobre a ação humana, então, as escolhas derivadas dessa relação descrevem uma ação objetiva e subjetivamente necessária. Como a vontade está inserida em um contexto puramente racional, não há as intransigências oriundas da sensibilidade para exercer influência sobre as ações humanas, o que exclui a existência de qualquer aspecto contingente que possa afetar a sua caracterização como uma vontade boa em si mesma.

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma

---

<sup>103</sup> KANT. GMS. BA6, 7.

<sup>104</sup> KANT. GMS. BA6, 7/ BA8.

vontade. Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as acções de um tal ser, que são conhecidas como objectivamente necessárias, são também subjectivamente necessárias, isso é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom<sup>105</sup>.

Em decorrência do vínculo necessário entre a vontade e a razão, Kant exclui qualquer aspecto que possa exercer influência negativa para a descrição da boa vontade – esta que requer para si uma liberdade efetiva em relação às inclinações sensíveis. Dessa forma, o filósofo exclui totalmente a possibilidade da experiência estar vinculada com os fundamentos da boa vontade e caracteriza tudo que o é empírico como nocivo à determinação da ação humana. Sendo assim, o que o filósofo tenta nos mostrar é que a importância da boa vontade está justamente na total independência de tudo aquilo que possa ser afetado pela sensibilidade e que acabe prejudicando o mérito da razão ao estabelecer parâmetros de orientação para a ação humana e, como consequência, desacreditando o próprio princípio moral.

Tudo portanto o que é empírico é, como acrescento ao princípio da moralidade, não só inútil mas também altamente prejudicial à própria pureza dos costumes; pois o que constitui o valor particular de uma vontade absolutamente boa, valor superior a todo preço, é que o princípio da acção seja livre de todas as influências de motivos contingentes que só a experiência pode fornecer<sup>106</sup>.

Portanto, a boa vontade descreve um compromisso efetivo com a moralidade e caracteriza uma faculdade que busca determinar a si mesma a agir em concordância com a representação da lei. Com base nessa conformidade da vontade com as leis da razão surge um questionamento importante na exposição kantiana para a formulação da sua teoria moral, a saber: o homem é um ser racional e sensível; logo, se a prerrogativa da boa vontade exige que ela seja determinada exclusivamente pela razão, como é possível a um ser que possui duas capacidades distintas em sua constituição ser capaz de cumprir com as exigências dessa relação? Como a boa vontade é boa em si mesma, não há como pressupor que exista qualquer influência contrária a ela e que possa desarticular a sua conformidade com a lei moral, ou seja, nem mesmo a possibilidade do homem satisfazer todas as suas inclinações pode suscitar nela uma resposta que seja contrária à razão.

---

<sup>105</sup> KANT. GMS. BA36, 37.

<sup>106</sup> KANT. GMS. BA61.

A boa vontade é boa, não pelo que efetua ou consegue obter, não por sua aptidão para alcançar qualquer fim que nos tenhamos proposto, mas tão-somente pelo querer; isto é, em si, considerada por si mesma, deve ser tida numa estima incomparavelmente mais alta do que tudo o que jamais poderia ser levado a cabo por ela em favor de qualquer inclinação e até mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações<sup>107</sup>.

Assim sendo, a boa vontade está impreterivelmente vinculada à razão e às exigências da lei moral e, por isso, é descrita como aquela vontade que *“não pode ser má, portanto quando a sua máxima, ao transformar-se em lei universal, se não pode nunca contradizer”*<sup>108</sup>. Por conseguinte, a definição de boa vontade leva o filósofo alemão a assumir que, em uma vontade moralmente boa, a própria legitimação da lei caracteriza o motivo pelo qual ela atua sobre a ação para cumprir com o acordo moral, assim, o interesse moral é puramente amparado na razão. Contudo, é observado que esta legalidade da plena concordância da vontade humana com a lei moral não se realiza, pois, uma vontade nesses parâmetros caracterizada uma vontade puramente santa<sup>109</sup>, o que não pode ser possível para o âmbito humano. Portanto, uma vontade com essa grandeza não pode ser encontrada em nenhum ser racional que tenha vínculo com o mundo sensível, ou seja, não existe um homem capaz de chegar a uma abstração dessa magnitude durante toda sua vida.

### 2.2.2. A autonomia da vontade.

A obra *GMS* assume a proposta moral kantiana e apresenta uma argumentação puramente racional para justificar os seus princípios práticos. Nessa obra, o filósofo discorre a respeito do princípio da autonomia da vontade como uma capacidade da vontade de requerer para si mesma a responsabilidade por sua própria lei, independentemente de qualquer influência externa<sup>110</sup>. Assim, o que caracteriza a autonomia da vontade é a propriedade de desvencilhar-se de tudo aquilo que pode ser prejudicial à legislação legítima da razão. Desse modo, é possível observar a distinção kantiana presente na caracterização da vontade em duas frentes. Anteriormente, o filósofo apresentou um conceito de boa vontade que é passível de ser pensada, mas não conhecida na relação que compreende o homem enquanto ser sensível. Nesse sentido, deixamos de lado aquela vontade que assinala a razão pura para voltarmos à atenção

<sup>107</sup> KANT. *GMS*. p.105. Tradução Guido Antônio de Almeida.

<sup>108</sup> KANT. *GMS*. BA81.

<sup>109</sup> KANT. *GMS*. BA86.

<sup>110</sup> KANT. *GMS*. BA87, 88.

para o princípio da autonomia da vontade. Este que apresenta a reviravolta feita por Kant na relação entre moral e felicidade ao caracterizar a própria vontade humana como autônoma perante as inconstâncias do mundo sensível. Desse modo, a autonomia da vontade representa o princípio que compreende o homem enquanto ser racional e capaz de reconhecer em si mesmo um ser responsável por formular as regras para o seu comportamento, mas não um ser genuinamente racional. Sendo assim, o filósofo apresenta um conceito que avalia o homem em todas as suas competências, mas que evidência a capacidade racional humana de superar as inconstâncias sensíveis e formular suas próprias leis.

[a autonomia da vontade é um] conceito segundo o qual todo o ser racional deve considerar-se como legislador universal por todas as máximas da sua vontade para, deste ponto de vista, se julgar a si mesmo e às suas acções <sup>111</sup>.

Dessa forma, o que caracteriza a legitimidade da autonomia da vontade perante a moralidade é o fato de ela ser legisladora das suas leis. O que é atribuído à vontade não é a ideia de uma sujeição à lei moral, “*mas sim submetida de tal maneira que tem de ser considerada também como legisladora ela mesma, e exactamente por isso e só então submetida à lei (de que ela se pode olhar como autora)*” <sup>112</sup>. É a partir da construção da sua própria lei que o homem assume o caráter de fim em si mesmo, isto é, todo o ser provido de razão e vontade caracteriza um legislador de si mesmo. Em decorrência disso, o ser humano assume a condição de estabelecer leis universais para ele mesmo, pois é considerado o próprio autor de toda a lei a que possa estar submetido. Portanto, é a capacidade racional de formular as suas próprias máximas que permite ao homem cumprir com a legislação da vontade.

Com base na autonomia da vontade surge, na teoria kantiana, a ideia do reino dos fins, este que envolve um acordo ordenado entre vários seres racionais direcionados por uma lei comum <sup>113</sup>. A partir disso, o homem deve honrar a sua condição de ser racional e assumir a posição de legislador em um reino dos fins, possível através da sua liberdade da vontade, ou seja, a filosofia kantiana assume que a “*vontade livre e vontade submetida a leis morais são uma e mesma coisa*” <sup>114</sup>. Dessa forma, a ação executada conforme a lei moral é uma ação livre, porque ela não é motivada pela simples

---

<sup>111</sup> KANT. GMS. BA74.

<sup>112</sup> KANT. GMS. BA70, 71.

<sup>113</sup> KANT. GMS. BA74.

<sup>114</sup> KANT. GMS. BA99.

determinação sensível. Logo, todo ser racional, provido de uma vontade, é detentor de uma liberdade que lhe permite efetuar as suas ações no mundo em conformidade com a sua própria condição racional. Desse modo, o que define a autonomia da vontade é uma espécie de fundamento racional em sua própria natureza<sup>115</sup>. Entretanto, nesse ponto, é importante reafirmar a distinção entre a boa vontade e a autonomia da vontade:

A vontade absolutamente boa, cujo princípio tem que ser um imperativo categórico, indeterminada a respeito de todos os objectos, conterà pois somente a forma do querer em geral, e isto como autonomia; quer dizer: a aptidão da máxima de toda a boa vontade de se transformar a si mesma em lei universal é a única lei que a si mesma se impõe a vontade de todo o ser racional, sem subpor qualquer impulso ou interesse como fundamento<sup>116</sup>.

Ora, como é possível delegar à vontade um princípio norteador puramente racional? Considerando que ela está inserida em um contexto de influência sensível e não remete a uma origem conforme regras fornecidas *a priori* pela razão, então, como é possível reconhecer uma vontade autônoma perante a sensibilidade e legisladora de si mesma? Para compreender satisfatoriamente a relação entre razão e vontade é necessário utilizar do princípio de construção prático da lei, ou seja, observar como a vontade pode caminhar junto com a razão e tornar-se capaz de reconhecer as suas próprias leis.

O princípio de toda a legislação prática reside objectivamente na regra e na forma da universalidade que a torna capaz (segundo o primeiro princípio) de ser uma lei (sempre lei da natureza); subjectivamente, porém reside no fim; mas o sujeito de todos os fins é (conforme os segundo princípio) todo o ser racional como fim em si mesmo: daqui resulta o terceiro princípio prático da vontade como condição suprema da concordância desta vontade com a razão prática universal, quer dizer a ideia da vontade de todo o ser racional concebida como vontade legisladora<sup>117</sup>.

Sendo assim, de forma objetiva, a legislação moral reside na universalização da lei, mas, também, de maneira subjetiva, na ideia de um fim. Portanto, como o homem é um fim em si mesmo ele é capaz de determinar a sua própria vontade segundo as regras da razão e, por isso, reconhecer-se como legislador universal. A partir disso, Kant afirma, no primeiro parágrafo da *Terceira Secção* da *GMS*, que a vontade é uma “*espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a*

---

<sup>115</sup> KANT. *GMS*. BA80.

<sup>116</sup> KANT. *GMS*. BA94,95/ BA96.

<sup>117</sup> KANT. *GMS*. BA70,71.

*propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinem”*<sup>118</sup>. Assim, a liberdade assume o papel ativo perante a legitimidade da autonomia da vontade. É a partir da ideia de liberdade, diretamente vinculada com a autonomia da vontade, que o princípio universal da moralidade garante a sua legalidade e isso ocorre devido ao fato da determinação racional estar no alicerce de efetivação da moral, ou seja, na orientação da liberdade através de fundamentos fornecidos pela própria autonomia da vontade. Nesse momento, a argumentação apresentada por Kant em relação ao mundo inteligível assume a sua importância, tendo em vista que o filósofo afirma essa relação da liberdade e da autonomia da vontade justamente no contexto de um mundo moral, pois, é nele que a liberdade torna-se efetiva<sup>119</sup> e capaz de reconhecer a autonomia da vontade.

Quando nos pensamos livres, nos transpomos para o mundo inteligível como seus membros e reconhecemos a autonomia da vontade juntamente com a sua consequência – a moralidade; mas quando nos pensamos como obrigados, consideramo-nos como pertencentes ao mundo sensível e contudo ao mesmo tempo também ao mundo inteligível”<sup>120</sup>.

Sendo assim, o homem é reconhecido como um ser livre no momento em que se distingue dos outros seres como um ser de razão capaz de desempenhar a autonomia da vontade em um mundo inteligível, ou seja, a ideia da obrigatoriedade existe para o homem somente no mundo sensível, pois é neste que surgem os infortúnios para a efetivação da autonomia da vontade. Por conseguinte, existe na filosofia kantiana a necessidade de levantar a questão da regularidade da liberdade com a vontade. Dessa forma, se for impossível explicar a liberdade da vontade no homem, parece ser absurdo também que ele, enquanto ser sensível, possa reconhecer em si mesmo um interesse puro pela lei moral. Nesse contexto, surge o sentimento de respeito como efeito da legitimidade racional reconhecida pela vontade no cumprimento da lei moral.

Conhecemos a lei moral (como determinante para a nossa vontade, vale dizer, como obrigando e motivando a nossa vontade) com base no efeito que ela produz sobre a nossa sensibilidade, a saber, o sentimento de respeito, o que se singulariza entre todos porque é o único que pode, de alguma maneira ser conhecido a priori<sup>121</sup>.

---

<sup>118</sup> KANT. GMS. BA97,98.

<sup>119</sup> Considerando a afirmação kantiana em que a vontade livre e a vontade sujeita a lei moral caracterizam a mesma coisa. KANT.GMS. BA99.

<sup>120</sup> KANT. GMS. BA110,111.

<sup>121</sup> ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. *Analytica*, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999. p.73.

Na filosofia kantiana a liberdade é efetiva a partir do momento em que o homem é elevado a um mundo supra-sensível e consegue conceber-se como um ser de razão. Dessa forma, Kant apresenta aquele mundo como necessário para o acordo moral e descreve o homem em conformidade com a validade da lei moral nesse mundo, este que reconhece o movimento de superação exercido pelo homem a partir da superação da vontade enquanto pertencente ao mundo sensível. Dessa forma, a obrigação moral só assume esse caráter de dever em um mundo sensível e não em um mundo inteligível ordenado pela lei. Todavia, para que essa regra possa cumprir com suas exigências da razão é necessário afirmar que o homem é capaz de nutrir em si mesmo um sentimento moral e, por isso, compreender o dever requerido pela moralidade na determinação da ação. Sendo assim, a consciência moral é a disposição na determinação da vontade pela lei.

A moralidade é pois a relação das acções com a autonomia da vontade, isto é, com a legislação universal possível por meio das suas máximas. A acção que possa concordar com a autonomia da vontade é permitida; a que com ela não concorde é proibida. A vontade cujas máximas concordem necessariamente com as leis da autonomia, é uma vontade santa, absolutamente boa. A dependência em que uma vontade não absolutamente boa se acha em face do princípio da autonomia (da necessidade moral) é a obrigação. Esta não pode, portanto, referir-se a um ser santo. A necessidade objectiva de uma acção por obrigação chama-se dever <sup>122</sup>.

A *KpV* defende que o conhecimento prático é aquele que investiga quais são os fundamentos determinantes da vontade. Ao que tudo indica, a lei prática diz respeito somente à vontade pura e não deve considerar qualquer aspecto do mundo sensível. Ela é uma lei que procura investigar os princípios de orientação da vontade, mas sem ponderar o contexto empírico que por si mesmo acaba sendo um problema para o cumprimento moral. Mas, no discorrer da *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>123</sup>, Kant parece negar a existência de um princípio prático da razão quando recorre a um objeto sensível para determinar a vontade. Dessa forma, Kant afirma que com isso o princípio moral é fragilizado pela sensibilidade e essa, de forma alguma, pode ser suficiente para sustentar uma lei universal. Nesse sentido, o filósofo muda seu foco de argumentação no que se refere a vontade e, antes de fundar sua tese em uma vontade boa por si mesma, passa a afirmar a necessidade da vontade ser puramente racional, pois, somente esta pode sustentar a moralidade. Com isso, o fato de a razão pura poder ser prática

---

<sup>122</sup> KANT. GMS. BA86.

<sup>123</sup> KANT. Primeiro Livro da *KpV*.

torna-se determinante para a legislação de uma lei responsável por incitar uma vontade autônoma.

A razão em uma lei prática determina imediatamente a vontade, não mediante um sentimento de prazer e desprazer imiscuído nela ou mesmo nessa lei, e somente o fato de ela como razão pura poder ser prática possibilita-lhe ser legislativa <sup>124</sup>.

Consequentemente, para apontar para uma vontade livre é necessário que ela não estabeleça nenhum tipo de vínculo com a natureza sensível. Dessa maneira, a vontade tem que ser originariamente desprendida de qualquer influência exterior e movida somente pela simples forma universal da razão. Portanto, a forma legislativa da lei é reconhecida como o fundamento determinante da vontade livre e esta encontra na relação com a moralidade a base para justificar a sua sujeição à razão, ou seja, a afirmação da própria lei. Na vontade, todavia, não está contido nada além do que a simples consciência da legalidade da lei, sendo imediatamente reconhecida pela razão a partir da sua validade universal e isso acontece na medida em que a lei é a única coisa que pode fornecer uma base legítima para a aplicação da vontade como legisladora de si mesma.

Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal <sup>125</sup>.

A aplicação dos imperativos morais à vontade é o único princípio que assume a responsabilidade de legitimação da moral e dos deveres em conformidade com a lei universal. Dessa forma, a moralidade requer para si a independência da vontade de tudo o que possa desestabilizá-la, ou seja, ela busca o efetivo desprendimento de qualquer componente contrário a ela. Assim, a lei moral se opõe a qualquer inclinação que possa motivar a ação humana na direção oposta àquilo que ela exige como necessário perante a sua legislação. Consequentemente, ela anuncia a própria independência da razão prática pura a partir da estruturação da liberdade, pois esta é a condição que torna possível ao homem executar uma ação em harmonia com a lei moral. Sendo assim, os fundamentos determinantes da autonomia da vontade fundam-se sobre a própria representação da lei no sujeito, isto é, sobre a necessidade de efetivação do cumprimento da lei racional. Portanto, a vontade autônoma é avaliada como a legítima

---

<sup>124</sup> KANT. KpV 85.

<sup>125</sup> KANT. KpV 103.



causa para a ação humana cumprir com a obrigação moral, uma vez que sem ela seria possível pensar em um acordo com a razão, mas não a efetividade das disposições da ação conforme a lei.

### **2.2.3. O imperativo categórico.**

A filosofia moral kantiana possui como particularidade na estrutura das suas leis o fato de o homem ter por dever a obrigatoriedade da lei na execução da ação. A posição de Kant para esse compromisso é atribuída aos imperativos, ou seja, as regras formuladas pela razão que orientam a ação. Dessa forma, existem máximas que auxiliam o homem a agir no mundo. Essas máximas podem ou não serem determinadas exclusivamente pela razão, quando elas representam a validade universal da razão sobre as ações elas são descritas como imperativos. Esses imperativos dependem do dever, ou seja, do comprometimento do homem com as regras fornecidas pela razão à vontade de forma incondicional. Contudo, o ser humano é um ser extremamente instável e, por isso, incapaz de direcionar as suas escolhas somente com base nas condições impostas pela razão.

Todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever (sollen), e mostram assim a relação de uma lei objetiva da razão para uma vontade que segundo a sua constituição subjectiva não é por ela necessariamente determinada (uma obrigação). Eles dizem que seria bom praticar ou deixar de praticar qualquer coisa, mas dizem-no a uma vontade que nem sempre faz qualquer coisa só porque lhe é representado que seria bom fazê-la.<sup>126</sup>

Sendo assim, Kant apresenta a necessidade de existir regras para a vontade humana. Regras que possam orientar o homem na execução da ação, mas que não sejam vulneráveis às inconstâncias da natureza. A partir disso, ele começa a formular imperativos que possam servir como fundamento para a vontade na execução da ação em cumprimento com o dever.

Para um ente, cuja razão não é total e exclusivamente o fundamento determinante da vontade, essa regra constitui um imperativo, isto é, uma regra que caracteriza por um dever-ser, o qual expressa a necessidade objetiva da ação e significa que, se a razão determinasse totalmente a vontade, a ação ocorreria inevitavelmente segundo esse regra<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> KANT. GMS. BA38.

<sup>127</sup> KANT. KpV. p.69.

Os imperativos são normas para a ação humana, mas nem sempre eles são compreendidos pela vontade e podem ser atribuídos a um fim baseado na satisfação sensível. Desse modo, para cumprir com os pré-requisitos da lei moral, os imperativos devem tornar-se regras universalmente válidas, sem qualquer conexão com uma aspiração futura, a não ser com a simples forma do dever. Dessa forma, eles têm que assumir o papel de uma regra da razão para poderem ser determinados como imperativos da lei moral, demonstrando uma total independência “*de todo objeto da vontade e de todo sentimento de prazer como condição prévia*” <sup>128</sup>.

Em decorrência disso, para satisfazer a lei moral proposta por Kant, é preciso ter cautela e distinguir entre os imperativos hipotéticos e os imperativos categóricos. Estes representam uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem qualquer relação com um fim esperado; aqueles, por outro lado, representam à necessidade prática de uma ação possível para alcançar um objeto de desejo<sup>129</sup>. Sendo assim, é assegurado que somente os imperativos categóricos “*tem o carácter de uma lei prática, ao passo que todos os outros se podem chamar em verdade princípios da vontade, mas não leis*” <sup>130</sup>, ou seja, somente o imperativo categórico é capaz de cumprir com a obrigatoriedade exigida pela lei moral. Com isso, é importante considerar que o imperativo categórico assume, na *GMS*, o papel decisivo para a afirmação da legitimidade da lei moral, como afirma Guido Antônio de Almeida ao assegurar que é a partir da dedução desses princípios dos nossos juízos morais que Kant pode se “*certificar do direito que temos de atribuir a nossos juízos morais uma necessidade e validade universal*” <sup>131</sup>. Contudo, o filósofo demonstra, ao longo da *GMS*, seu comprometimento com a prova da real existência de uma lei moral que prescreva imperativos categóricos exclusivamente pela razão. O filósofo assume que não chegou

A provar a priori que um tal imperativo [o imperativo categórico] existe realmente, que há uma lei prática que ordene absolutamente por si e independente de todo o móbil, e que a obediência a esta lei é o dever<sup>132</sup>.

<sup>128</sup> ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. *Analytica*, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999. p.77.

<sup>129</sup> KANT. *GMS*. BA40.

<sup>130</sup> KANT. *GMS*. BA50.

<sup>131</sup> ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. *Analytica*, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999. p.58.

<sup>132</sup> KANT. *GMS*. BA60.

Essa inquietação é observada a partir da necessidade de questionar as interpretações feitas a respeito do que é o imperativo categórico kantiano e como o filósofo descreve o seu posicionamento perante a lei moral, uma vez que é preciso relacionar satisfatoriamente a lei que ordena sem qualquer preceito sensível e que se faz cumprir pelo puro dever e a lei que permite meios para determinado fim, ou seja, “*é ou não é uma lei necessária para todos os seres racionais a de julgar sempre as suas acções por máximas tais que eles possam querer que devam servir de leis universais?*”<sup>133</sup>. Assim, é legítima a investigação que pontua a ideia de um princípio de regras que pode valer sem qualquer atribuição a um vínculo empírico, ou seja, um imperativo que deve amparar toda a forma universal da lei. Desse modo, a obrigatoriedade do imperativo categórico deve estar fundada na razão e Kant afirma claramente que “*o imperativo categórico é portanto só um e único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*”<sup>134</sup>. Portanto, o imperativo categórico é uma lei do dever que não admite exceções, mas que exige sempre a obrigação moral como princípio norteador universal.

#### 2.2.4. O Factum da Razão

Com o objetivo de esclarecer a validade das suas hipóteses Kant apresenta diversas soluções para elucidar os problemas que encontra no decorrer da elaboração da sua filosofia prática. Na *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>135</sup> o filósofo delineia um novo caminho de explicação para a sua argumentação moral e apresenta a questão do *factum da razão* (Faktum der Vernunft) com base no reconhecimento da legitimidade racional. Este *factum* é derivado de uma razão pura, proveniente da lei prática, e por isso não pode fazer referência a nenhum fato empírico, mas anuncia prerrogativas originariamente legisladas pela razão<sup>136</sup>. Sendo assim, ele caracteriza a compreensão da legitimidade da lei enquanto uma lei racional reconhecida pela própria razão como um *factum* da razão, este que não depende de qualquer aspecto contingente para se assegurar.

Desse modo, o *factum da razão* requer para a realização da sua tarefa que a determinação da regra da razão pura possa “*pressupor-se simplesmente a si mesma,*

---

<sup>133</sup> KANT. GMS. BA62, 63.

<sup>134</sup> KANT. GMS. BA52, 53.

<sup>135</sup> Primeiro Livro da KpV.

<sup>136</sup> KANT. KpV 107.

porque a regra só é objetiva e universalmente válida se vale independentemente de condições subjetivas e contingentes”<sup>137</sup>. Mas, para estabelecer essa validade legislada por uma razão pura, que universaliza a regra independente de qualquer condição contingente, é necessário pressupor uma vontade que compreenda esse mesmo contexto racional. Esta vontade que caracteriza uma vontade determinada pela simples forma da lei e que, independente de qualquer inclinação, direciona a ação segundo a orientação da razão. Portanto, o princípio moral deve justificar uma vontade que satisfaça as condições de validação das máximas impostas pela razão e que possa assumir a forma legislativa da lei. Nesse sentido, Kant volta-se para a ideia de uma vontade independente de qualquer determinação sensível que possa reconhecer a forma da lei e assim caracterizar a descrição do *factum* da razão, uma vez que este caracteriza a consciência da lei moral enquanto uma lei que pode determinar-se a partir de uma vontade que cumpre com as orientações da razão.

Uma regra que determina a priori meramente a vontade com respeito à forma de suas máximas; e neste caso não é impossível pelo menos pensar uma lei – a qual serve meramente à forma subjetiva das proposições fundamentais – como fundamento determinante mediante a forma objetiva de uma lei em geral. Pode-se denominar a consciência desta lei fundamental um *factum* da razão<sup>138</sup>.

Desse modo, o *factum* da razão é apontado no texto da *Analítica da Razão Prática Pura* como o resultado de uma ligação direta entre a liberdade da vontade e o reconhecimento da lei racional, na verdade ele é caracterizado<sup>139</sup> como a própria consciência da liberdade<sup>140</sup>. Assim sendo, o *factum da razão* assume o papel de princípio da moralidade, porque ele é capaz de universalizar os fundamentos determinantes da vontade em uma mesma totalidade. Conseqüentemente, a lei moral fornece um *factum* da razão que “oferece indícios de um mundo inteligível puro e até o determina positivamente, permitindo-nos conhecer algo dele, a saber, a lei”<sup>141</sup>.

Portanto, é possível considerar que a lei moral conduz o homem a agir sobre os princípios da natureza a partir de uma razão pura que delega à vontade o poder de aplicar no mundo sensível o rigor da lei. Assim, a ação executada pelo homem, enquanto ser racional, cumpre com o acordo exigido pela própria razão. Dessa forma, a

<sup>137</sup> KANT. KpV 71.

<sup>138</sup> KANT. KpV 105.

<sup>139</sup> Nesta pesquisa não nos furtamos de embasamento suficiente para investigar as cinco caracterizações do *factum da razão* apontadas por Doutor Guido Antônio de Almeida no texto “Crítica, dedução e facto da razão”.

<sup>140</sup> KANT. KpV 139.

<sup>141</sup> KANT. KpV 143.

ideia da lei moral conduzir o homem para uma natureza inteligível encontra-se, por assim dizer, sob a forma de uma orientação. Como um modelo apresentado por Kant para as determinações da nossa vontade, confirmado através da comum observação do homem de si mesmo e do que deve acontecer. Não obstante, é pela razão que o homem se torna consciente da lei universal, a qual todas as máximas devem estar submetidas, como se existisse uma ordem natural que passa a existir ao mesmo tempo como determinante da vontade.

Logo, a lei tem que ser a ideia de uma natureza que não possa ser dada empiricamente, mas possível pela liberdade. Por conseguinte, tem que ser uma natureza supracensível, à qual conferimos realidade objetiva na possibilidade de uma perspectiva prática, porque enquanto um ente racional puro o homem a considera como objeto da sua vontade. Entretanto, o problema para Kant está no fato de que a razão pura pode, por um lado, conhecer o *a priori* dos objetos e, por outro, ser imediatamente um fundamento determinante da vontade. Desse modo, a razão é a causalidade do ente racional, com vistas efetividade dos objetos mediante o pensamento da validade universal de suas próprias máximas enquanto lei.

A lei moral é dada quase como um *factum* da razão pura, do qual somos conscientes *a priori* e que é apodicticamente certo, na suposição de que também na experiência não se podia descobrir nenhum exemplo em que ela fosse exatamente seguida<sup>142</sup>.

Sendo assim, a lei moral prova a sua efetividade através da liberdade, uma vez que é na ideia da liberdade que a moralidade se cumpre. O que demonstra que a lei não necessita, ela mesma, de nenhum fundamento que a justifique. Por conseguinte, ela prova não apenas a sua possibilidade, mas a sua efetividade a partir do reconhecimento de um ser racional que assume para si mesmo a obrigatoriedade da lei. Com isso, o significado que a razão proporciona à lei moral é prático, já que a própria ideia da lei de uma causalidade da vontade tem uma causa e um fundamento determinante. Assim sendo, chama-se vontade pura na medida em que o entendimento puro é reconhecido pela razão prática mediante a simples representação de uma lei. Desse modo, a realidade objetiva de uma vontade pura ou de uma razão prática pura é propiciada *a priori* na lei moral, como que com intervenção de um *factum da razão*, pois, é assim que se pode designar uma determinação da vontade que é inevitável e que não depende de nenhum princípio empírico.

---

<sup>142</sup> KANT. KpV 157.

### 3. A articulação kantiana entre moral e felicidade: o sumo bem e o sentimento de respeito.

No discorrer dos argumentos formulados por Immanuel Kant para justificar a sua teoria moral é observada a necessidade de demonstrar a existência de uma relação entre moral e felicidade que cumpra com as exigências impostas pela razão. Nesse contexto, o filósofo procurou delimitar parâmetros de esclarecimento para as suas resoluções e implicações, em uma análise que compreende o mundo sensível e o interior humano. Entretanto, como as objeções que permeiam a relação entre moral e felicidade incidem em uma conclusão negativa para o domínio da sensibilidade, é importante compreender a explicação kantiana para essa relação ser resolvida em um mundo inteligível. Essa analogia é anunciada pelo filósofo na obra *KrV* e, posteriormente, exige a sua especial atenção no texto da *Dialética da razão prática pura*<sup>143</sup>. Em ambos os momentos da escrita kantiana são possíveis perceber a importância da teoria do sumo bem como saída para o objetivo de unir o agir moral e a vida feliz. É nessa doutrina que ele apresenta a possibilidade de harmonizar moral e a felicidade em um mesmo plano. Mas, essa totalidade descrita na filosofia kantiana é compreendida somente no mundo inteligível, no qual o filósofo caracterizou como o próprio mundo moral. Desse modo, retomamos a importância de um mundo criado por Kant para explicar o princípio da moralidade, uma vez que mesmo sendo possível atribuir realidade objetiva à coexistência entre a ação moral e a vida feliz, ainda não está claro a resolução apresentada por ele como saída harmoniosa para essa relação.

O próprio Kant na articulação de seus argumentos para estruturar suas hipóteses parece oscilante em definir com exatidão qual contexto adequaria melhor suas ideias práticas. Como característica disso é possível apontar para a análise de João Carlos Brum Torres, no texto *Ética e Felicidade – ainda uma vez sobre o sumo bem*, no qual o autor aparenta contribuir para a afirmação de que existe uma oscilação no arranjo kantiano entre moral e felicidade. Nesse texto, o professor questiona claramente por que Kant assume uma posição intrigante perante a sua própria teoria, uma vez que em diferentes momentos da sua obra procura separar felicidade e moralidade e, ao mesmo tempo, busca aprofundar justificativas que possam unir esses princípios.

---

<sup>143</sup> Segundo Livro da obra *KpV*.

[por que Kant faz] o mais formidável esforço para seccionar radicalmente os conceitos de moralidade e felicidade, ao mesmo tempo não cessa de tentar reuni-los, não desiste de tentar restabelecer um nexos entre eles <sup>144</sup>.

Sendo assim, como é possível afirmar com precisão uma relação entre moral e felicidade e não acabar em um terreno conflitante? Como Kant trabalha a relação entre moral e felicidade no intuito de apresentar uma tese harmoniosa para sua filosofia? Existe realmente uma relação harmoniosa entre moral e felicidade na filosofia prática kantiana? Nesse sentido, Kant parece permanecer em um terreno instável ao tentar descrever um vínculo entre moral e felicidade no decorrer das três obras trabalhadas nessa pesquisa, pois, apresenta pontos positivos e negativos ao justificar essa relação. Na *GMS* ele procura distanciar esses conceitos, porque existe um prejuízo notório à moralidade quando relacionada a felicidade. Mas, na *KpV* busca reuni-los quando supera o conceito de felicidade sensível e inscreve essa noção sobre uma nova perspectiva. Contudo, é na *KrV* que o filósofo apresenta o início da sua argumentação para justificar a necessidade de uma aproximação entre moral e felicidade que seja suficiente para satisfazer a construção da teoria do sumo bem. Esta teoria que coloca como requisito principal para a sua sustentação a existência de uma relação harmoniosa entre a moral e a felicidade.

Designo por ideal do sumo bem a ideia de semelhante inteligência [razão suprema], na qual a vontade moralmente mais perfeita, ligada à suprema beatitude, é a causa de toda a felicidade no mundo, na medida em que esta felicidade está em exacta relação com a moralidade (com o mérito de ser feliz) <sup>145</sup>.

O sumo bem é a reunião da moral e da felicidade, na medida em que esta pode ser vinculada à moralidade como consequência do próprio cumprimento da lei. Sendo assim, a felicidade é pensada como o resultado esperado por um exercício de aprimoramento moral realizado pelo homem através da razão. Assim, de acordo com o que Kant sugere na *KrV*, a moral e a felicidade são apresentadas a partir de prerrogativas bastante delicadas, uma vez que para assumir uma relação perfeita entre elas é necessário que possam cumprir-se uma em conformidade da outra. Para que o sumo bem possa ser promovido, a moral assume o papel de garantia perante a realização da felicidade. Nesse aspecto, a lei deve permitir que o homem possa buscar encontrar a

---

<sup>144</sup> TORRES, João Carlos Brum. Ética e Felicidade – ainda uma vez sobre o sumo bem, p.3. Texto apresentado em Colóquio.

<sup>145</sup> KANT. *KrV* A810 B838.

vida feliz no momento em que esta satisfaz aquilo que a própria moral impõe como pré-requisito a ela, ou seja, o tornar-se digno de ser feliz.

Contudo, a questão que surge com a conformidade universal entre dois princípios heterogêneos é o terreno de assimilação entre eles, pois, isso não parece ser resolvido com uma resposta empírica. Sendo assim, quando Kant apresenta a relação harmoniosa entre moral e felicidade ele está abstraindo dessa estrutura qualquer edificação sensível - tendo em vista que esta não seria capaz de cumprir com as determinações de uma lei incondicionada e, por isso, contribuir para uma relação que depende exclusivamente dessa obrigação. Entretanto, ao que tudo indica, o filósofo estava preparado para as possíveis objeções feitas a sua filosofia moral no que remete às contradições internas diante da existência de inclinações empíricas presentes na relação entre moral e felicidade. Ele afirma, na *GMS*, que a lei moral está fundada em princípios específicos da razão e isso deve estruturar toda a sua noção de moralidade, uma vez que ela independe de princípios sensíveis ou metafísicos que justifiquem a sua legitimidade enquanto uma lei da razão, ela justifica-se como um princípio lógico.

Ora aqui vemos nós a filosofia posta de facto numa situação melindrosa, situação essa que deve ser firme, sem que possa encontrar nem no céu nem na terra qualquer coisa a que se agarre ou em que se apóie. Aqui deve ela provar a sua pureza como mantenedora das suas próprias leis<sup>146</sup>.

A moralidade consiste, portanto, na relação das ações efetuadas pelo sujeito em acordo com a legislação universal fornecida pela razão. Legislação esta que deve prevalecer em cada homem por meio da sua própria capacidade racional e, por isso, considerar-se como um ser capaz de compreender uma vontade autônoma. Com isso, Kant passa para a descrição de uma vontade moralmente determinada. Assim sendo, a vontade assume o papel de condição necessária para colocar o homem na posição de um fim em si mesmo, ou seja, é através dela que ele é capaz de exercer a sua função como legislador de si mesmo. É assim que o homem moral realiza a conformidade necessária para caracterizar a ação conforme a lei da razão. Mas, com esta prerrogativa, como é possível delinear um caminho de validação seguro para a própria lei moral ou ainda, como aborda o próprio Kant:

---

<sup>146</sup> KANT. *GMS*. BA60/ BA61.



Por que é que a validade universal da nossa máxima, considerada como lei, tem de ser a condição limitativa das nossas acções, e sobre que é que fundamos o valor que atribuímos a tal modo de agir, valor que deve ser tão grande que não pode haver em parte alguma nenhum interesse mais alto, e como é que acontece que o homem só assim julga sentir o seu valor pessoal, perante o qual o de um estado agradável ou desagradável deve ser considerado nulo<sup>147</sup>.

Sendo assim, como o filósofo determina a existência de máximas universais regidas pela razão, é importante observar que elas caracterizam um limite para a ação humana, porque estabelecem regras que privam o homem da satisfação das inclinações próprias a sua natureza enquanto um ser sensível. Nesse sentido, Kant apresenta a questão do valor (*Wert*) intrínseco a essas máximas responsáveis por induzir o homem a agir com tamanho desprendimento da sensibilidade. Valor este criticado por Nietzsche quando afirma que Kant pretende estabelecer parâmetros de igualdade para todos os homens a partir de um mesmo pressuposto moral<sup>148</sup>. Com isso, o problema de cumprir com a exigência moral é destaque devido a sua obrigatoriedade estender-se a toda a ação humana e na forma como ela determina um valor moral que deve incorporar-se a todo ser racional. Na *KrV*, devido a penúria da própria moralidade ao precisar justificativas para a sua efetivação na realização da ação humana; na *GMS*, com a aproximação da moral e da felicidade sobre o mesmo pré-requisito do dever e, na *KpV*, ao afirmar que a busca pela vida feliz é uma aspiração humana. Dessa forma, existe a ideia de um valor presente na ação moral que justifica todo o trabalho de determinação racional ao estabelecer a felicidade como um empecilho ao princípio da moralidade.

Contudo, um dos pontos que converge nas três obras é a tese de que “*ser feliz é necessariamente a aspiração de todo ente racional*”<sup>149</sup>. No entanto, se a felicidade for tomada como fundamento causador de influência para a vontade na realização da ação humana, então, temos que concluir que nos deparamos com o próprio bem-estar requerido pela natureza e que todos podem deleitar-se com a máxima de serem felizes. Todavia, o objetivo apresentado por Kant na *KpV* não está relacionado com a defesa de uma auto satisfação humana, mas sim com uma regra que permite representar a felicidade como um objeto de desejo de todo ser racional e, por isso, distinto de qualquer princípio particular. Dessa forma, não é a análise de uma satisfação sensível

---

<sup>147</sup> KANT. *GMS*. BA104.

<sup>148</sup> “*Sob que condições inventou-se o homem aqueles juízos de valor, bom e mau? E que valor têm eles mesmos? Obstruíram ou favoreceram até agora o prosperar da humanidade? São um signo de estado de indigência, de empobrecimento, de degeneração da vida? Ou, inversamente, denuncia-se neles a plenitude, a força, a vontade de vida, seu ânimo, sua confiança, seu futuro?*”. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: um escrito polêmico*. Prólogo §3.

<sup>149</sup> KANT. *KpV* 85.

que passa a valer na determinação da ação, mas a configuração universal de uma lei que permite a representação de uma vida feliz para todo o ser humano. É dessa maneira que a razão estabelece a validade legítima da lei para a felicidade ao inscrevê-la como o fundamento último de uma vontade universal.

Logo, a lei de promover a felicidade de outros não surge da pressuposição de que aquela seja o objeto para o arbítrio de cada um, mas simplesmente do fato de que a forma da universalidade, que a razão necessita como condição para dar a uma máxima do amor de si a validade objetiva de uma lei, torna-se o fundamento determinante da vontade<sup>150</sup>.

Entretanto, como a moralidade ordena a cada ser racional a mais estreita obediência para com o cumprimento da lei ela não deve recair em contradição, porque o que esta precisa para converter as suas próprias obrigações em conformidade com as ações de um ente racional é da razão. Com isso, o que determina a vontade desse ser de razão, de acordo com as próprias regras dessa mesma condição racional a qual está submetido, não deveria apresentar dificuldades para ser assimilada. Mas, é importante notar como Kant transforma a sua linha argumentativa ao longo das obras pesquisadas e faz objeções a ele mesmo no decorrer das formulações apresentadas. Um exemplo desse artifício trazido pelo filósofo para a sua teoria moral é a perspectiva oferecida por ele em relação a suas próprias ideias, pois, quando afirma na *GMS* que a busca pela felicidade apresenta-se como um dever para o homem e, posteriormente, na *KpV* que essa atitude de reivindicar a realização de uma vida feliz seria uma bobagem, uma vez que ao caracterizar uma obrigação como imposta quando ela é necessariamente requerida torna-se uma tolice<sup>151</sup>, demonstra um dos pontos que o filósofo utiliza para percorrer o horizonte de possibilidades e interpretações distintas na validação da sua filosofia prática. É preciso observar que essa escrita kantiana parece revelar um estratagema do próprio filósofo para deixar brechas que possibilitam o questionamento da sua teoria, o que permite a estruturação dos seus argumentos de forma precisa.

Portanto, é necessário cautela quando apontamos as objeções à possibilidade de uma relação entre moral e felicidade na filosofia kantiana, porque quando o filósofo parece apontar para uma incoerência, na verdade, pode estar caracterizando as sutilezas do seu arranjo argumentativo. Sendo assim, ao analisar novamente as passagens citadas anteriormente na *GMS* e *KpV* é observado que Kant afirma a felicidade como um dever a partir da resolução de um fim natural ao qual todo homem almeja. Nesse sentido, é

---

<sup>150</sup> KANT. *KpV* 117.

<sup>151</sup> KANT. *KpV* 125.

estranho que um desejo próprio ao homem deva caracterizar uma obrigação, mas isso revela a dificuldade de cumprir com a felicidade ao moldes da sua teoria moral. Ao pensar que o homem é um ser de razão que consegue compreender a sua própria condição racional e cumprir com as regras da lei moral, deixamos de precisar o fato de que esse mesmo homem possui um lado sensível e, por isso, está constantemente sujeito às transgressões que se apresentam à sensibilidade contra a efetivação da lei moral. A partir disso, Kant apresentou uma nova forma de realização para a felicidade, ou seja, aquela que caracteriza um desejo natural ao homem e que se inscreve de forma universal a partir da esperança dele poder encontrá-la em um mundo futuro. Contudo, é extremamente difícil ao homem cumprir com as condições empíricas da felicidade, pois, ela é reconhecida como a concretização de um objeto último ao desejo humano e, por isso, não consegue compreender todas as atribuições da experiência que possam parecer desejáveis.

Satisfazer ao mandamento categórico da moralidade está todo o tempo em poder de cada um; satisfazer ao preceito empiricamente condicionado da felicidade, raramente, e nem de longe é possível a qualquer um, sequer com vistas a um único objeto<sup>152</sup>.

É conveniente observar que a oposição entre o cumprimento moral e a realização da vida feliz depende da conformidade do próprio sujeito com as prescrições da razão. Mesmo que a felicidade seja um objeto de contentamento próprio ao homem ela não possui nenhuma garantia efetiva de realização. Sendo assim, é evidente que Kant precisa superar a articulação que caracteriza a relação entre a felicidade como satisfação sensível e a felicidade como um fim natural. Nesse contexto, precisa reconhecer a efetividade da lei moral. Dessa forma, há uma resistência à determinação da razão pela inclinação sensível. Portanto, como Kant descreve o homem nessa transição entre a obrigação moral e a realização das satisfações? Ao que tudo indica, a maior resistência do homem perante as atribuições da razão na imposição de uma conformidade da ação com a lei incide justamente no fato de que ele não consegue desvencilhar-se da sensibilidade, o que é compreensível devido a sua própria condição enquanto ser sensível.

Se uma criatura racional pudesse alguma vez chegar a praticar todas as leis morais inteiramente de bom grado, isso equivaleria a que não se encontrasse nela sequer a

---

<sup>152</sup> KANT. KpV 123.

possibilidade de um apetite que o estimulasse a desviar-se delas; (...) Mas a esse grau de disposição moral nenhuma criatura consegue elevar-se<sup>153</sup>.

Assim sendo, é observado que o próprio Kant coloca em debate a validade do comprometimento moral assumido pelo homem racional. Consequentemente, o filósofo busca uma nova saída para a argumentação da sua teoria e coloca em pauta a questão do sentimento de respeito despertado pela lei. Dessa forma, o nível de cumprimento moral ao qual o homem deve chegar próximo no decorrer de toda a sua vida pode ser estabelecido a partir da ideia do respeito pela lei moral e como consequência da sua consciência racional. Com isso, a disposição com a qual o homem se autodetermina a agir moralmente está fundada na observação da lei e na condição que o impele a desempenhá-la segundo as prescrições do dever. Entretanto, isso não ocorre de maneira impensada, como uma mera inclinação, mas através de um compromisso do homem consigo e do completo sentimento de bom grado demonstrado por ele diante da lei. Portanto, o estado em que o homem encontra-se através do comprometimento que assume com ele mesmo é o que compreende aquele descrito pelo nível do respeito moral. Dessa forma, o sentimento de respeito reflete o caráter da virtude no homem, isto é, a disposição da vontade em conformidade com as obrigações da moral. A partir da noção de uma relação de obrigatoriedade do homem para com a lei moral é possível pensar no que impulsiona de fato esse vínculo virtuoso no ser humano e Kant questiona:

Qual é a origem digna de ti e onde se encontra a raiz de tua nobre linhagem, que altivamente rejeita todo o parentesco com inclinações e de cuja raiz descender constitui a condição indispensável daquele valor que unicamente os homens podem dar a si mesmo?<sup>154</sup>.

Como indica a filosofia kantiana, aquela disposição implacável de comprometimento moral do sujeito para consigo mesmo pode estar relacionada com a sua própria personalidade, ou seja, a partir do desprendimento do homem das inclinações sensíveis surge uma independência reivindicada pela liberdade para que ele possa agir de acordo com aquilo a que a razão o impele. Sendo assim, é observado que o homem se posiciona frente às disposições empíricas através de uma ação livre. Esta que caracteriza a capacidade de um ser racional que reconhece nas leis da razão a sua forma de desprendimento das inclinações do mundo sensível. Todavia, ao pensar no conceito de sumo bem é necessário considerar que a lei moral é intrínseca a ele como uma das

---

<sup>153</sup> KANT. KpV 293.

<sup>154</sup> KANT. KpV 303.

condições supremas para a sua possibilidade. Com isso, retomamos a necessidade de investigar a relação harmoniosa entre a moral e a felicidade, uma vez que temos de poder descrever uma forma de sustentar a moral kantiana sem recorrer ao aspecto empírico, mas como um princípio capaz de manter a possibilidade de realização da felicidade. Sendo assim, mesmo que esta não seja suficiente para pressupor o sumo bem, ainda assim é uma das condições que permite a sua realização e, por isso, requer conformidade com a lei moral.

Na medida em que virtude e felicidade constituem em conjunto a posse do sumo bem em uma pessoa, mas que com isso também a felicidade, distribuída bem exatamente em proporção à moralidade (enquanto valor da pessoa e do seu merecimento de ser feliz), constitui o sumo bem de um mundo possível, assim este <sumo bem> significa o todo, o bem consumado, no qual, contudo, a virtude é sempre como condição o bem supremo, porque ele não tem ulteriormente nenhuma condição acima de si, enquanto a felicidade, sem dúvida, é sempre algo agradável ao que a possui mas não algo que é por si só, absolutamente e sob todos os aspectos, bom, porém pressupõe sempre como condição a conduta legal moral<sup>155</sup>.

Nesse sentido, Kant afirma na *KpV* que o sumo bem é a única doutrina capaz de reunir harmoniosamente a moral e a felicidade, pois, compreende esses princípios a partir da sua própria constituição. Sendo assim, para que o ideal de sumo bem possa ser realizado é necessário que exista uma moral reconhecida como condição primeira para que ele possa ser pensado, na medida em que garante à felicidade a possibilidade de realizar-se como o mérito conquistado pelo homem de tornar-se digno de ser feliz. Assim, o sumo bem compreende uma totalidade, um todo que permite pensar a união entre moral e felicidade. Contudo, no desenrolar da *KpV* ainda está presente o problema de como o sumo bem é praticamente possível<sup>156</sup>, uma vez que é necessário a existência de uma conformidade entre dois princípios heterogêneos para que ele possa efetivamente realizar-se. Em decorrência disso, o sumo bem só é verdadeiramente possível a partir da aplicação da vontade humana, na qual a moral e a felicidade precisamente podem ser descritas uma em concordância com a outra, pois, o trabalho autônomo da vontade permite o cumprimento moral e, por isso, o tornar-se digno da felicidade. Assim, os dois princípios que o estruturam não podem ser admitidos separadamente pela razão, ou seja, a possibilidade de um depende da conjectura do outro. Assim sendo, o acesso efetivo ao sumo bem – que detém esta conexão necessária

---

<sup>155</sup> KANT. *KpV* 393.

<sup>156</sup> KANT. *KpV* 401.

entre moral e felicidade – é um objeto de determinação necessário a toda vontade humana e interconecta-se com a lei moral.

Portanto, se o sumo bem for impossível segundo regras práticas da razão, então, também, a lei moral, que sustenta a realização do mesmo, acaba sendo fantasiosa. Por conseguinte, a própria lei moral torna-se ela mesma impossível de comprovação. Sendo assim, a realização do sumo bem deve confirmar-se como um fim necessário de uma vontade impulsionada por uma razão que ordena a lei e que a apresenta como seu objeto. Dessa forma, a comprovação do sumo bem no mundo é o objeto de uma vontade condicionada pela lei moral. Entretanto, aquela teoria só pode ser possível de realização a partir da hipótese de uma vida futura, na qual o sumo bem assume a condição de fim último realizado a partir da união entre moral e felicidade.

A lei moral ordena-me fazer do sumo bem possível no mundo o objeto último de toda a conduta. Mas eu não posso esperar efetuar isso senão pela concordância de minha vontade com a de um santo e benévolo Autor do mundo; e conquanto no conceito de sumo bem como um todo, no qual a máxima felicidade é representada como vinculada na mais exata proporção com a máxima medida de perfeição moral (possível em criaturas), a minha felicidade própria esteja também incluída, não é, contudo, ela mas a lei moral ( a qual, muito antes, limita rigorosamente sob condições a minha ilimitada aspiração por ela) o fundamento determinante da vontade que é dirigida à promoção do sumo bem<sup>157</sup>.

O sumo bem é a reunião harmoniosa entre a lei moral e a felicidade. Contudo, esta não é a responsável por mover a ação conforme as prescrições da razão, mas sim, a lei é o fundamento da vontade que permite a realização do sumo bem. Sendo assim, quando o homem exerce a vontade com base na conformidade com a razão, ele está cumprindo com uma das condições necessárias do sumo bem. Contudo, isso não objetiva a realização da felicidade como um fim último ao qual o homem pretende chegar, pois, o anseio da concretização do sumo bem pelo homem é o que permite a motivação moral. Dessa forma, o efeito da lei moral é a disposição da ação conforme a ela, ou seja, o homem deve agir de acordo com aquilo que os imperativos morais lhe determinam e, dessa forma, tornar-se um fundamento necessário para a pressuposição da tese do sumo bem. Contudo, se for comprovado que a efetivação da moralidade não pode ser legítima, então o sumo bem perde a sua validação, pois a lei moral deve ser prerrogativa para estruturar a tese, assim como a felicidade, enquanto segundo elemento da sua composição.

---

<sup>157</sup> KANT. KpV 461.

Em relação ao primeiro elemento do sumo bem, ou seja, o concernente á moralidade dá-nos simplesmente um mandamento, e a possibilidade de pôr em dúvida esse componente equivaleria a pôr em dúvida a própria lei moral. Mas, no que concerne ao segundo elemento daquele objeto, ou seja, à felicidade exaustivamente conforme com aquele merecimento, a possibilidade, em verdade, de em geral conceder-la não carece absolutamente de um mandamento, pois a própria razão teórica nada tem contra ela: somente o modo como devemos representar uma tal harmonia das leis naturais com as da liberdade comporta algo acerca do qual uma escolha é procedente<sup>158</sup>.

Portanto, o sumo bem exige como primeira condição para a sua efetivação que a moralidade possa se constituir e, posteriormente, a felicidade, como segundo elemento de sua formação, assume o compromisso de elevar-se ao moralmente determinado. Contudo, isso incide em um solo instável no que se refere à conformidade entre o princípio moral e o da felicidade, uma vez que o sumo bem não pode ser garantia efetiva do compromisso da felicidade com as exigências impostas pela moralidade, assim como a lei moral não pode servir de artifício para o homem cumprir com o dever.

### **3.1.A aspiração à felicidade em uma natureza finita.**

Na *KrV* Kant afirma que a felicidade não é avaliada pela razão como o bem perfeito porque ela não possui vínculo com a moralidade<sup>159</sup>. Com isso, o filósofo afirma a necessidade de a vida feliz estar atrelada à conduta moral, uma vez que é a partir dessa conexão que a felicidade pode ser analisada como possível ao homem moral kantiano. Sendo assim, para que a razão considere a felicidade como o bem perfeito ela deve estar associada com o mérito de ser feliz. Entretanto, a ação moral não apresenta garantias de que o homem que cumpra com o dever possa conquistar efetivamente uma vida feliz. Dessa forma, Kant não assegura que aquele que se comportou de acordo com a lei moral possa desfrutar da felicidade. Contudo, existe uma outra possibilidade defendida pelo filósofo, a saber: a da esperança (*Hoffnung*) de encontrar a vida feliz. Sendo assim, ele argumenta que aquele que buscou tornar-se digno da felicidade deve ter a esperança de um dia poder alcançá-la. Desse modo, a razão reconhece a relação entre moral e felicidade somente enquanto mérito conquistado pelo homem através da sua boa conduta. Portanto, para o homem moral kantiano poder pensar a possibilidade de desfrutar a felicidade ele deve cumprir com o comportamento afirmado pela lei moral, ou seja, deve tornar-se digno de poder alimentar essa esperança de um dia encontrar a vida feliz. Contudo, a moralidade não é garantia para a felicidade.

---

<sup>158</sup> KANT. KpV 515.

<sup>159</sup> KANT. KrV. A813 B841.

A felicidade, isoladamente, está longe de ser para a nossa razão o bem perfeito. A razão não a aprova (por mais que a inclinação a possa desejar) se não estiver ligada com o mérito de ser feliz, isto é, com a boa conduta moral. Por outro lado, a moralidade, por si só, e com ela o mérito para ser feliz, também não é ainda o bem perfeito. Para o bem ser perfeito, é necessário, que aquele que não se comportou de maneira a tornar-se indigno da felicidade, possa ter esperança de participar nela <sup>160</sup>.

Nesse sentido, como o filósofo trabalha a questão da felicidade em conformidade com a lei moral? Considerando que é necessária para o homem a máxima de tornar-se digno da felicidade, como é possível sustentar a esperança de um dia alcançá-la? Em decorrência disso, Kant afirma que a boa conduta não pode ser um meio para a realização de um fim, mas revela que a esperança é o que alimenta o homem na busca pela vida feliz. Dessa forma, com a conexão necessária entre a moral e a felicidade o homem passa a ter a esperança de um dia chegar a conquistar a vida feliz. Contudo, essa relação só será possível em um mundo futuro, no qual seja permitido uma relação conforme aqueles moldes de determinação.

Portanto, o paradoxo kantiano entre moral e felicidade permanece insolúvel perante o fato de que o cumprimento da lei segundo o dever não apresenta garantias do encontro do homem com a felicidade, ou seja, o cumprimento da regra moral não é segurança para o encontro da vida feliz. A simples predisposição do homem, enquanto natureza racional - sem qualquer outra pretensão que se coloque acima dessa disposição moral permitida pela razão - não pode afirmar com exatidão que ele possa reconhecer um vínculo necessário entre a obrigação exigida pela lei moral e o compromisso de tornar-se digno da felicidade. No entanto, esta predisposição deve ser necessária para estruturar as regras da vontade, pois é a partir delas que Kant embasa toda a ideia de superação dos motivos que suscitam a inclinação sensível humana. Assim, o homem, analisado como ser racional, torna-se digno de participar da felicidade em um reino dos fins.

Como, para pensar a possibilidade de o homem tornar-se digno de esperar à felicidade é indispensável fazer referência ao conceito de um mundo inteligível, ou seja, analisar como a possibilidade de uma vida futura pode permitir ao homem alimentar essa esperança de atingir a felicidade, então é necessário pensar aquele momento em que a razão é determinante para a definição dos próprios limites humanos - o que só é possível em um mundo que não sofra com as influências da sensibilidade. Este

---

<sup>160</sup> KANT. KrV. A813 B841.



desprendimento do mundo sensível deve ser acatado pelo homem como medida necessária para assumir a sua própria consciência enquanto um ser de razão e, a partir disso, pensar a sua condição de ser atuante e efetivamente livre. Dessa forma, Kant descreve o mundo inteligível como uma crença imprescindível à razão para que o homem possa cumprir com a lei moral, ou seja, *“é absolutamente necessário que alguma coisa aconteça, a saber, que eu obedeça, em todos os pontos, à lei moral”*<sup>161</sup>. Dessa forma, o mundo inteligível descrito por Kant é uma ideia da razão, mas uma ideia necessária para que o homem possa pensar na possibilidade de realizar a conformidade entre a ação moral e a vida feliz. Esta totalidade que só é possível em um mundo que compreenda em si mesmo as atribuições requeridas pela razão para que o princípio da moralidade e o da felicidade possam coexistirem harmoniosamente.

De resto a ideia de um mundo inteligível puro, como um conjunto de todas as inteligências, ao qual pertencemos nós mesmos como seres racionais (posto que, por outro lado, sejamos ao mesmo tempo membros do mundo sensível), continua a ser uma ideia utilizável e lícita em vista de uma crença racional, ainda que todo o saber acabe na fronteira desse mundo, para por meio do magnífico ideal de um reino universal dos fins em si mesmos (dos seres racionais), ao qual podemos pertencer como membros logo que nos conduzamos cuidadosamente segundo máximas da liberdade como se elas fossem leis da natureza, produzir em nós um vivo interesse pela lei moral<sup>162</sup>.

Sendo assim, o mundo inteligível compreende uma crença racional que permite transpor os limites da sensibilidade e fomentar no homem o interesse pela lei. Contudo, mesmo sendo uma ideia da razão que admite a esperança de um dia o homem realizar a felicidade é necessário questionar: o que motiva essa esperança? Ou seja, o que é que permite ao homem atribuir a um mundo futuro a esperança de um dia encontrar a vida feliz a partir de um ideal moral? Nesse contexto é possível observar a colocação feita por João Carlos Brum Torres ao destacar a questão da justiça. Segundo a argumentação apresentada pelo professor, a filosofia moral kantiana oferece o ideal do sumo bem como um recurso que compreende a noção de justiça, pois, a felicidade é contextualizada como um direito adquirido pelo homem enquanto um ser que cumpre com o dever moral<sup>163</sup>. Sendo assim, a esperança de chegar a desfrutar de uma vida feliz a partir da prerrogativa de tornar-se digno desse deleite é necessária para a realização do

---

<sup>161</sup> KANT. KrV. A828 B856.

<sup>162</sup> KANT. GMS. BA127, 128.

<sup>163</sup> *“Se deve entender a felicidade não como um recompensa mas como um direito cuja reivindicação é concebida ao virtuoso em juízo feito sob a égide da imparcialidade inerente ao conceito de justiça”*. TORRES, João Carlos Brum. Ética e felicidade ainda uma vez sobre o sumo bem. Julho 2012.

ideal do sumo bem como um direito adquirido por aquele homem que se manteve virtuoso. Portanto, existe na assimilação da esperança de encontrar a felicidade em um mundo futuro a existência de uma espécie de justiça feita àqueles que cumpriram com os princípios morais determinados pela razão.

### 3.2. A moralidade indica como tornar-se digno da felicidade.

A filosofia kantiana assume a necessidade do princípio da moralidade demonstrar um vínculo entre moral e felicidade, para isso ser afirmado é importante observar como Kant descreve essa relação de forma coerente. Ele apresenta na *KrV* dois pontos essenciais para desenvolver a questão de como tornar-se digno da felicidade. Primeiro, ele aponta para a questão principal que norteia o interesse da razão: “*se faço o que devo fazer, que me é permitido esperar?*”<sup>164</sup>. E em segundo lugar, coloca em pauta se a partir da moralidade é possível depreender necessariamente a esperança de alcançar a felicidade: “*Se me comportar de modo a não ser indigno da felicidade, devo também esperar alcançá-la?*”<sup>165</sup>. Nesse momento dos argumentos kantianos há indícios de uma forte preocupação para sustentar a noção de poder ser digno de esperar chegar à felicidade ou, ao menos, poder pensar no fato de que aquele que não se tornou indigno da felicidade possa fomentar a esperança de um dia poder alcançá-la. Portanto, com base na conduta humana, o filósofo também assume a existência de uma ligação necessária entre moral e felicidade.

A adesão incondicional dessa relação entre moral e felicidade é o que levou o filósofo a afirmar que a razão assume um papel decisivo perante o seu uso prático e teórico. É a partir da razão que Kant reconhece o fato de o homem poder esperar ser digno da felicidade, porque deve existir uma ligação necessária entre o agir conforme a lei moral e a possibilidade de desfrutar de uma vida feliz. Essa reunião acontece por meio da razão, ou seja, a realização da ligação entre moral e felicidade é uma ideia a razão.

Da mesma maneira que os princípios morais são necessários, segundo a razão considerada no seu uso prático, também é necessário admitir segundo a razão, no seu uso teórico, que cada qual tem motivo para esperar a felicidade na medida precisa em que dela se tornou digno pela conduta e que, portanto, o sistema da moralidade está inseparavelmente ligado ao da felicidade, mas somente na ideia da razão pura<sup>166</sup>.

<sup>164</sup> KANT. *KrV* A805 B833.

<sup>165</sup> KANT. *KrV* A809 B837.

<sup>166</sup> KANT. *KrV* A809 B837.

Discorrendo a respeito dessa necessidade do homem de tornar-se digno da felicidade, por meio da sua conduta, e esperar atingir a satisfação da sua existência em uma vida futura, Kant parece mudar seu foco de abordagem quando trabalha sua argumentação na *GMS*. O filósofo aponta nessa obra para uma boa vontade como condição suprema capaz de tornar o homem digno da felicidade, “*a boa vontade parece constituir a condição indispensável do próprio facto se sermos dignos da felicidade*”<sup>167</sup>, tendo em vista que, a boa vontade não depende de qualquer valor agregado a ela, mas do simples fato do querer ser motivado pela simples representação da lei. Contudo, esse grau de abstração perante as inclinações sensíveis não pode ser observado em um ser sensível<sup>168</sup>.

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações<sup>169</sup>.

Ora, mas o fato de ser digno da felicidade pode impulsionar satisfatoriamente a ação conforme a lei moral? Segundo o que Kant afirma, “*o simples facto de ser digno da felicidade, mesmo sem motivo de participar dessa felicidade, pode por si só interessar*”<sup>170</sup>. Assim sendo, existe a possibilidade de pensar uma utilidade para o mundo sensível na lei moral a partir da aplicação de uma ideia à ação, ou seja, a partir daquilo que a razão prescreve à vontade é possível determinar a atuação do homem no mundo. Desse modo, é permitido servir-se da natureza do mundo sensível como uma espécie de reflexo do mundo inteligível, isto é, com base naquilo que o homem toma como dever em um mundo supra-sensível, ele demonstra no seu comportamento em um mundo empírico. Portanto, com base na conformidade entre a sua ação e as prescrições da razão é que o homem realiza seu papel de legislador no mundo.

Não derivamos a ordem do mundo e a sua unidade sistemática de uma inteligência suprema, mas da ideia de uma causa supremamente sábia extraímos a regra pela qual a razão deve proceder, para sua maior satisfação, à ligação de causas e efeitos no mundo<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> KANT. *GMS*. BA2,3.

<sup>168</sup> Como apresentado no Capítulo 2 em 2.2.1.

<sup>169</sup> KANT. *GMS*. BA4.

<sup>170</sup> KANT. *GMS*. BA104.

<sup>171</sup> KANT. *KrV*. A673 B701.

É possível considerar a virtude, enquanto o mérito de ser feliz, como a condição suprema de tudo o que possa parecer agradável, ou seja, ela pode caracterizar toda a aspiração humana pela felicidade. Mas isso não coloca a virtude na posição de um bem completo e consumado, porque sendo ela um componente de afecção da capacidade humana como ente racional finito, ela precisa estar agregada à ideia do homem poder esperar desfrutar de uma vida feliz em um mundo futuro. Sendo assim, para a virtude requerer para si esta caracterização é necessário que ela também compreenda a possibilidade de realização da felicidade. Portanto, é a disposição moral que permanece essencialmente vinculada à consciência da determinação da vontade imediatamente pela lei em um trabalho de desenvolvimento moral de um ser racional que espera atingir a felicidade. Por conseguinte, Kant afirma que *“somente o progresso ao infinito, de degraus mais baixos aos mais altos da perfeição moral, é possível a um ente racional mas finito”*<sup>172</sup>.

O homem só poderá ser digno de caracterizar-se como virtuoso se ele colocar-se de fato no caminho prescrito pelas leis morais. A partir disso é possível observar que existe uma vontade que impulsiona o homem para a conduta moral, uma vez que esta constitui a condição que o leva a colocar-se na posição de ser moral e, por isso, merecedor da participação na felicidade. Sendo assim, é observado que a moralidade jamais pode ser meio para a realização da felicidade, isto é, uma condição que tem como resultado a vida feliz. Pelo contrário, ela afeta o homem somente enquanto orientação para sua condição racional de tornar-se digno para desfrutar da felicidade em um mundo futuro. Logo, *“a moral tampouco é propriamente a doutrina de como nos fazemos felizes mas de como devemos tornar-nos dignos da felicidade”*<sup>173</sup>.

Portanto, a lei moral fornece imperativos formulados pela razão e que orientam a ação humana. Essas ideias racionais são preceitos necessários para o homem caracterizar-se como um ser moral e, por isso, digno da felicidade aos moldes da filosofia kantiana. Dessa forma, Kant afirma que o mundo inteligível é uma ideia, mas uma ideia justificada em argumentos puramente racionais. É um mundo que não permite ao homem qualquer forma de conhecimento, mas somente enquanto possibilidade de ser pensado<sup>174</sup> como orientação para a superação da determinação sensível. Este mundo

---

<sup>172</sup> KANT. KpV 347.

<sup>173</sup> KANT. KpV 463.

<sup>174</sup> *“Para conhecer um objecto é necessário poder provar a sua possibilidade (seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja a priori pela razão). Mas posso pensar no que quiser, desde que não entre em contradição comigo mesmo, isto é, desde que o meu conceito seja um pensamento*

representa alguma coisa que subsiste depois de o homem ter excluído dos princípios determinantes da vontade tudo o que pertencia ao mundo da sensibilidade. Sendo assim, Kant mostra que a sensibilidade não compreende todo o possível de pensamento para o homem, mas que existe algo mais que, porém, não pode ser conhecido.

### 3.2.1. A distinção entre lei moral e lei pragmática.

Um problema recorrente enfrentado por Kant na determinação do princípio da moralidade é a inconstância que permeia a relação entre moral e felicidade. Como apresentado no primeiro capítulo dessa pesquisa, um dos principais infortúnios que a felicidade causa à legitimidade moral é o fato de poder torná-la um meio para a realização da vida feliz. Nesse contexto é que Kant apresenta, no texto *O Cânone da Razão Pura*<sup>175</sup>, uma importante distinção na estrutura da sua filosofia prática. Alteração esta que mostra justamente a questão que abala os alicerces da moralidade, uma vez que pode comprometer toda a credibilidade da lei ao tratá-la como o motivo para a realização da felicidade. É a diferença entre a lei prática e a lei pragmática que aparece nos primeiros escritos kantianos para explicar a confusão na interpretação da sua filosofia prática quando analisa a moral como um meio para conquistar a vida feliz. Na *KrV* o autor apresenta a doutrina da prudência como:

A unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a felicidade, e a concordância dos meios para a alcançar constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta<sup>176</sup>.

Sendo assim, Kant revela que a razão pode fornecer leis que auxiliam a realização da felicidade. Estas leis são definidas como leis pragmáticas porque constituem regras executadas pelo homem com o objetivo único de alcançar a satisfação das suas inclinações. Contextualizando, portanto, uma orientação da razão ao exercer influência na determinação dos meios que permitem ao homem atingir a felicidade almejada. Por outro lado, as condições das leis práticas são afirmadas a partir do fato de que nelas o *“fim é dado completamente a priori pela razão e que comandam, não de modo*

---

*possível, embora não possa responder que, no conjunto de todas as possibilidades, a esse conceito corresponda ou não também um objecto. Para atribuir, porém, a um tal conceito validade objectiva (possibilidade real, pois a primeira era simplesmente lógica) é exigido mais. Mas essa qualquer coisa de mais não necessita de ser procurada nas fontes teóricas do conhecimento, pode também encontrar-se nas fontes práticas”.* KANT. *KrV*. \* B XXVI.

<sup>175</sup> *KrV*.

<sup>176</sup> KANT. *KrV* A800 B828.

*empiricamente condicionado, mas absoluto, seriam produtos da razão pura. Ora tais são as leis morais*”<sup>177</sup>. Sendo assim, as leis morais são determinadas pela razão de forma absoluta e independente de qualquer objeto de desejo e, por isso, podem caracterizar leis práticas puras porque possuem um fim fornecido a priori pela razão.

Sendo assim, os principais pontos conflitantes entre elas fundam-se no aspecto empírico e no vislumbre da felicidade, posto que a lei pragmática seja a conformidade da sensibilidade ao determinar o fim ao qual se propõe a cumprir, um fim direcionado para a realização da felicidade. A lei prática, distintamente, busca abstrair-se do lado empírico para manter a legitimidade de uma lei da razão e não se atém a inclinações que devem levar a realização da felicidade. Pelo contrário, o desejo de uma vida feliz não pode ser trabalhado como um objetivo para o cumprimento moral, mas sim como algo que pode vir a acontecer caso o homem torne-se digno de poder alcançá-la. O esclarecimento dessa distinção assume uma melhor compreensão nas palavras do próprio Kant:

Designo por lei pragmática (regra de prudência) a lei prática que tem por motivo a felicidade; e por moral (ou lei dos costumes), se existe alguma, a lei que não tem outro móbil que não seja indicar-nos como podemos tornar-nos dignos da felicidade. A primeira aconselha o que se deve fazer se queremos participar na felicidade; a segunda ordena a maneira como nos devemos comportar para unicamente nos tornarmos dignos da felicidade. A primeira funda-se em princípios empíricos; pois, a não ser pela experiência, não posso saber quais são as inclinações que querem ser satisfeitas, nem quais são as causas naturais que podem operar essa satisfação. A segunda faz abstração de inclinações e meios naturais de as satisfazer e considera apenas a liberdade de um ser racional em geral e as condições necessárias pelas quais somente essa liberdade concorda, segundo princípios, com a distribuição da felicidade e, por conseqüência, pode pelo menos repousar em simples ideias da razão pura e ser conhecida a priori<sup>178</sup>.

Na *GMS* Kant reitera a descrição das leis morais, enfatizando o seu aspecto prático puro. Assim, ele as descreve como um princípio totalmente distinto de qualquer atribuição empírica. Dessa forma, a lei moral caracteriza unicamente uma lei razão prática pura capaz de fornecer ao homem uma lei *a priori*.

As leis morais com seus princípios, em todo conhecimento prático, distinguem-se portanto em tudo o mais em que exista qualquer coisa de empírico, e não só se distinguem essencialmente, como também toda Filosofia moral assenta inteiramente na sua parte pura, e, aplicada ao homem, não recebe um mínimo que seja do conhecimento do homem (Antropologia), mas fornece-lhe como ser racional leis a priori<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> KANT. KrV A800 B828.

<sup>178</sup> KANT. KrV A806 B834.

<sup>179</sup> KANT. GMS. BA IX.

Afirmção que coloca os estudantes da filosofia kantiana novamente em uma situação delicada, uma vez que no mesmo *Prefácio* da obra citada, em que o filósofo grifa a importância da lei moral distinguir-se do aspecto empírico revela, um pouco mais adiante, como ele retoma a possibilidade de um vínculo com os dados empíricos. Sendo assim, Kant afirma a existência de uma parte da lei moral estar voltada para a experiência, uma vez que ela é a responsável por determinar leis para a vontade enquanto ela é parte da natureza sensível.

Tanto a filosofia natural como a filosofia moral podem cada uma ter a sua parte empírica, porque aquela tem de determinar as leis da natureza como objecto da experiência, esta porém as da vontade do homem enquanto ela é afectada pela natureza”<sup>180</sup>.

Assim sendo, parece que o homem não consegue um desprendimento efetivo de todo o lado empírico na execução da ação exclusivamente por meio do cumprimento da lei moral. Portanto, a distinção entre a lei prática e a lei pragmática é necessária para esclarecer qual o papel que a felicidade ocupa nas suas prerrogativas, como também para ilustrar em que medida a moral pode estar vinculada com uma experiência possível. A partir disso, Kant assume a distinção entre duas proposições fundamentais para demonstrar que existe uma conformidade na ação humana com vistas a satisfazer a sua condição empírica, mas que este acordo jamais pode caracterizar uma lei prática pura. Com isso, é possível definir as proposições que fundam as máximas e as que ditam a lei inquestionável. As primeiras são proposições subjetivas e apontam para uma vontade particular, enquanto condição válida para direcionar uma ação para um fim visado pelo sujeito; as segundas, de forma distinta, compreendem a vontade de todo o ser racional e, por isso, podem ser classificadas como leis objetivas. Sendo assim, as máximas da prudência apenas aconselham o homem a agir de maneira a satisfazer um fim esperado e, por outro lado, a lei moral ordena incondicionalmente, sem qualquer pretensão futura, mas pela simples forma do dever.

---

<sup>180</sup> KANT. GMS. BA V.

### 3.3. A existência de um sábio criador e de uma vida futura.

A argumentação teleológica apresentada na filosofia prática kantiana parece compreender toda a relação entre moral e felicidade. Esta analogia é possível a partir da pressuposição de um mundo inteligível e de um sábio criador. Entretanto, pela aparente proximidade entre as leis morais e os mandamentos cristãos, pode haver uma interpretação errônea da posição kantiana perante a construção do princípio da moralidade. A possibilidade de reconhecer uma similaridade na determinação das prescrições morais com a ideia de uma imposição feita com base em promessas e ameaças requer uma investigação de qual é o papel da teleologia na formulação da teoria moral apresentada por Kant. O que assinala um problema para a explicação kantiana é a atribuição de uma necessidade moral que se afirma como uma lei da razão. Sendo assim, é importante cautela na afirmação desse possível vínculo entre moral e teleologia. Ora, quando colocamos nesses termos parece haver uma necessidade da moral em requerer desses conceitos o poder para firmar-se diante das suas próprias formulações. Contudo, segundo o que nos mostra Kant, foi a necessidade das leis morais que acarretou na descrição de um sábio criador e não a existência deste que apontou para a formulação daquelas.

Com efeito, foi precisamente a necessidade prática interna destas leis que nos levou ao pressuposto de uma causa subsistente por si mesma ou de um sábio governador do mundo para dar efeito a essas leis e, por consequência, não as podemos considerar contingentes e derivadas da simples vontade, sobretudo de uma vontade da qual não teríamos absolutamente nenhum conceito se não o tivéssemos formado conforme a essas leis. Por mais longe que a razão prática tenha o direito de nos conduzir, não consideramos as acções obrigatórias por serem mandamentos de Deus; pelo contrário, considera-las-emos mandamentos divinos porque nos sentimos interiormente obrigados a elas <sup>181</sup>.

É preciso observar que a moralidade está vinculada a um sistema, mas não a própria felicidade, pois, para que exista um vínculo efetivo entre estes dois conceitos é necessário que a felicidade seja distribuída em medida proporcional com as exigências morais. Entretanto, essa conformidade requerida para a realização de uma vida feliz só será possível em um mundo futuro, sob a orientação de um sábio criador. Sendo assim, a razão é obrigada a admitir a existência de um ser superior e de uma vida em um mundo futuro. É necessário considerar estes pontos ou, como afirma Kant na *KrV*,

---

<sup>181</sup> KANT. *KrV* A818 B846/ A819 B847.



analisar as leis morais como vãs quimeras<sup>182</sup>, pois a consequência necessária que a razão vincula a essas leis, sem estes pressupostos, está condenada a desaparecer. Consequentemente, as leis morais são consideradas como mandamentos, pois, unem *a priori* às suas regras determinadas consequências apropriadas e, ademais, compreendem em si mesmas promessas e ameaças. Mas, quando colocamos em debate a questão da aproximação entre as leis morais e os mandamentos divinos é preciso enfatizar os esclarecimentos fornecidos pelo filósofo alemão para não cairmos no erro, pois

como o preceito moral é ao mesmo tempo minha máxima (como a razão ordena que seja), acreditarei infalivelmente na existência de Deus e numa vida futura e estou seguro de que nada pode tornar essa fé vacilante, porque assim seriam derrubados os meus próprios princípios morais, a que não posso renunciar sem aos meus próprios olhos me tornar digno de desprezo<sup>183</sup>.

Como indica a filosofia kantiana, somente a ideia da razão determina a perfeição moral e esta obrigatoriedade está aplicada à atuação da vontade como livre, o que permite ao homem assumir a existência de um ser superior e de uma vida futura. Portanto, a moralidade é coerente com a ideia da perfeição de uma vontade divina atuante, uma vez que ela prescreve uma conformidade para a vontade humana. Com isso, é a partir da possibilidade de o homem determinar conceitos através da sua capacidade racional que se assimila a ideia de uma vontade superior, tendo em vista que é a necessidade de uma padronização da vontade humana em subordinação a um mesmo princípio que aponta para o imperativo de uma vontade universal. Sendo assim, a possibilidade de pensar a ideia de um ser superior funda-se, na teoria moral kantiana, através da própria conformidade requerida pela lei moral para a vontade humana. Logo, a ideia de perfeição que deve ser atingida pelo homem e a elevação a um ser superior são atribuídas aos próprios conceitos da razão, considerando que, esta permite pensar a condição de perfeição elucidada pela lei moral.

Assim, afirmo que o conceito de uma inteligência suprema é uma simples ideia, isto é, que a sua realidade objectiva não consiste na referência directa a um objecto (porque nesse sentido não poderíamos justificar a sua validade objectiva); é apenas o esquema de um conceito de uma coisa em geral, ordenado de acordo com as condições da máxima unidade racional e servindo unicamente para conservar a maior unidade sistemática no uso empírico da nossa razão, na medida em que, de certa maneira, o objecto da experiência se deriva do objecto imaginário dessa ideia, como de seu fundamento ou causa. Em tal caso, diz-se, por exemplo, que as coisas do

---

<sup>182</sup> KANT. KrV. A811 B839.

<sup>183</sup> KANT. KrV A828 B856.

mundo têm de ser consideradas como se derivassem a sua existência de uma inteligência suprema<sup>184</sup>.

Em decorrência dessa exigência de perfeição moral é que a tese do sumo bem pode ser admitida, uma vez que esta só poderá ser efetiva a partir da conformidade necessária entre a ação humana e a lei moral. Sendo assim, quando o homem utiliza como base de comparação para si a ideia de perfeição suprema, ele pode embasar a sua ação de maneira coerente com aquilo que é prescrito pela lei da razão. Mas como o homem é um ser capaz de efetuar uma ação segundo a representação da lei a que se impõe, ele se torna o próprio autor dessa legislação e da conformidade com essas mesmas prescrições que, enquanto um ser de razão é capaz de formular para orientar a sua própria vontade. Sendo assim, é possível observar que, na teoria kantiana, o homem – ser racional – é o próprio legislador das leis que determinam a sua vontade, esta que reporta-se a uma vontade suprema a partir da necessidade de comprovar uma conformidade entre as ações humanas, mas que está baseada no próprio homem enquanto parâmetro de orientação de uma vontade particular. Portanto, o homem é o ser que, mediante entendimento e vontade, é a causa das coisas no mundo.

A lei moral é santa (inflexível) e exige santidade moral, embora toda a perfeição moral que o homem pode alcançar seja sempre somente virtude, isto é, disposição conforme à lei por respeito a esta<sup>185</sup>.

Dessa forma, é importante observar que a pureza das leis morais é recomendada nessa vida como norma, uma vez que elas servem de regra para conduzir a ação humana para uma elevação futura. Portanto, a progressão humana em conformidade com elas é necessária para a vida sensível e é o que permite a aspiração da felicidade. Mas, é evidente que esta não vai ser alcançada nesse mundo, considerando que ela depende da atuação do homem em acordo com a moralidade, contudo, mesmo assim torna-se objeto de esperança para um ser que projeta em um mundo futuro a possibilidade de desfrutar dessa satisfação.

Desse modo, o princípio da moralidade kantiana não está embasado em um contexto teleológico, mas somente na autonomia da própria razão enquanto capaz de determinar o homem a agir em conformidade com as atribuições de dever. Assim sendo, ela não torna o conhecimento de um ser supremo ou de uma vontade superior o alicerce

---

<sup>184</sup> KANT. KrV. A670 B698.

<sup>185</sup> KANT. KpV 457.

que embasa a obrigatoriedade da lei, mas sim o alcance do homem racional à condição de cumpridor das leis as quais ele mesmo é capaz de se prescrever. Com isso, a razão permite admitir o homem à realização da ideia do sumo bem por meio do compromisso efetivo que ele assume perante as suas prescrições e, conseqüentemente, a condição de dignidade exigida para corroborar com a esperança de atingir a felicidade. Portanto, é através da representação do dever afirmado pela condição racional humana que o homem pode ser fiel às obrigações morais, pois, reporta-se através da razão à ideia de um ser superior que compreende em si todas as atribuições requeridas pela lei moral. A partir disso, o homem pode pensar-se como um ser racional e atuante no mundo sensível através daquela ideia que serve como padrão de orientação para a ação.

### **3.3.1. A condição fantasiosa da lei moral.**

A filosofia prática kantiana afirma que a lei moral é uma lei do puro dever e esse comprometimento é reconhecido pela vontade através de determinações da razão. Sendo assim, existem imperativos que devem ser cumpridos na execução da ação humana e que assinalam uma obrigação necessária. Dessa forma, a razão é a responsável por representar no homem aquilo que lhe parece desejável ou não e essa escolha aponta para a superação do aspecto sensível. Nesse contexto, é importante investigar o ponto que Kant confere à razão – na *KrV* - o trabalho de fornecer “*leis, que são imperativos, isto é, leis objectivas da liberdade e que exprimem o que deve acontecer, embora nunca aconteça*”<sup>186</sup>. Para que essas leis da liberdade possam ser legítimas é necessário compreender que é a razão a responsável pela determinação da lei moral, mas que o cumprimento dessa função parece estar comprometido com a própria ideia de liberdade, porque a lei moral é determinada pela razão através da liberdade como independência do aspecto sensível. Contudo é preciso que a liberdade da vontade atue conforme a lei. Este ponto revela um problema ao descrevermos a concretização da lei moral, pois, se o homem consegue desprender-se das determinações da sensibilidade por meio de representações que lhe parecem úteis ou nocivas, este desprendimento é requerido pela razão, mas esta, ao promover a liberdade, não garante que a liberdade da vontade efetue a realização do cumprimento moral, somente indique as possibilidades do que deve acontecer. Com isso, surge a questão: o que garante a prática da lei moral? Kant destaca

---

<sup>186</sup> KANT. *KrV* A802 B830.

a penúria da razão para encontrar um efeito que satisfaça aos fins do homem na adequação com o princípio da moralidade.

É necessário que toda a nossa maneira de viver esteja subordinada a máximas morais; mas é ao mesmo tempo impossível que isto aconteça, se a razão não unir à lei moral, que é uma simples ideia, uma causa eficiente, que determine, conforme a nossa conduta relativamente a essa lei, um resultado que corresponda precisamente, seja nesta vida, seja numa outra, os nossos fins supremos <sup>187</sup>.

É importante observar o movimento argumentativo kantiano, pois, no *Prefácio* da *GMS* ele apresenta de forma distinta a sua postura em relação a lei moral. Enquanto na *KrV* ele é categórico ao afirmar a impossibilidade da moralidade ser estruturada sozinha, no *Prefácio* da *GMS* ele pondera o fato da moral não ser efetiva e caracteriza as leis morais “*como leis segundo as quais tudo deve acontecer, mas ponderando também as condições sob as quais muitas vezes não acontece o que devia acontecer*” <sup>188</sup>. Com esses dois pontos discordantes na filosofia kantiana é possível delinear um caminho de questionamento no que refere-se a efetividade da lei moral. No texto da *Análítica da razão Prática Pura* <sup>189</sup>, por exemplo, o filósofo parece retomar o problema que revela inconstâncias na confirmação da lei moral, uma vez que ela não pode ser efetiva no mundo sensível.

Parece absurdo querer encontrar no mundo sensorial um caso que – já que ele, nessa medida, está sempre submetido somente à lei da natureza – contudo permita a aplicação a si de uma lei da liberdade, e ao qual a ideia supra-sensível do moralmente bom, que deve ser aí apresentada in concreto, possa vir a ser aplicada <sup>190</sup>.

Portanto, parece haver indícios, na filosofia kantiana, da necessidade de uma busca da razão pela legitimação da moral, uma vez que a lei, como uma ideia da razão, encontra dificuldade para realizar no homem o seu compromisso, isto é, o cumprimento moral, porque ele não é realizado objetivamente. Entretanto, é possível apontar uma saída para o problema da realização da moralidade, segundo Oswaldo Giacoia Junior, “*Kant considera que um sentimento sui generis, o respeito ou veneração pela lei moral, é o único princípio e única força capaz de fazer face às motivações sensíveis*” <sup>191</sup>.

<sup>187</sup> KANT. *KrV* A812 B 840.

<sup>188</sup> KANT. *GMS*. BA V, VI.

<sup>189</sup> *KrV*.

<sup>190</sup> KANT. *KpV* 235.

<sup>191</sup> GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. . *Nietzsche X Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever*, p. 74.

Entretanto, como um sentimento pode servir de fundamento para a ação cumprir com o dever exigido pela lei moral? O próprio Kant parece nos advertir quanto ao fato de que os sentimentos não são suficientes para determinar a vontade conforme àquilo que é exigido pelo princípio da moralidade, ou seja, de forma incondicional e universal para todo ser racional.

Pois o dever deve ser uma necessidade da ação praticamente incondicionada; ele tem de valer, pois, para todos os seres racionais (os únicos aos quais se pode de todo aplicar imperativos) e *só por isso* tem de ser também uma lei para toda a vontade humana. O que, ao contrário é derivado da particular predisposição natural da humanidade, o que é derivado de certos sentimentos e pendor e até mesmo, eventualmente, de uma direção particular que seria a própria da razão humana e não teria de valer necessariamente para a vontade de todo o ser racional - <tudo isso> pode, é verdade, vir a dar uma máxima para nós, mas não uma lei<sup>192</sup>.

Assim, como a lei moral pode ser suficiente para motivar o arbítrio? Se a obrigação exigida pela lei não é suficiente para o homem cumprir com as suas prescrições, então, surge a possibilidade de afirmar somente a existência de máximas que corroboram a ação segundo a lei. Nesse sentido, o sentimento de respeito descrito por Giacoia pode ser suficiente como princípio de motivação para a ação humana na tentativa de superar os empecilhos da sensibilidade? Dessa forma, o sentimento de respeito é o único sentimento despretensioso intrínseco ao homem e que pode contribuir para a realização do sumo bem porque é o único que permite a realização moral. Portanto, um sentimento que pode auxiliar a prática moral e, com isso, a felicidade.

### 3.4. A lei moral: uma lei racional.

A filosofia prática kantiana confere à lei moral o mérito de ser puramente racional, mas para essa prerrogativa ser verdadeira é necessário ressaltar que a vontade deve ser determinada pela razão. Nesse âmbito é que vamos expor os diferentes movimentos argumentativos traçados pelo filósofo, a fim de compreender porque Kant afirma que a lei moral é uma lei puramente racional. O contexto explicativo que justifica a moralidade é transformado ao longo das três obras analisadas nessa pesquisa, o que permite a observação de diversas interpretações relatando a forma como Kant estrutura a sua lei moral. Na *KrV* o filósofo parece indicar que o fundamento racional da moral é o uso da liberdade enquanto aplicada ao homem, ou seja, ele admite a existência de uma lei universal pura que não necessita de nenhum móbil empírico que a sustente

---

<sup>192</sup> KANT. GMS p.231. Tradução Guido Antônio de Almeida.

na execução da ação, mas somente a conformidade da ação com a lei. Dessa forma, o filósofo afirma que existem leis morais que determinam de maneira incondicional a ação humana através da sua liberdade enquanto ser racional.

Há, realmente, leis morais puras que determinam completamente a priori o fazer e o não fazer (sem ter em conta os móveis empíricos, isto é, a felicidade), ou seja, o uso da liberdade de um ser racional em geral e que estas leis comandam de uma maneira absoluta (não meramente hipotética, como o pressuposto de outros fins empíricos) e portanto são, a todos os títulos, absolutas <sup>193</sup>.

Sendo assim, Kant afirma a existência de uma lei puramente racional que independe de qualquer inclinação sensível que a influencie, descreve uma liberdade sustentada pela própria determinação da razão. Mas essa declaração da legitimidade da liberdade em relação à razão não indica, necessariamente, que ela possa ser realizada pela ação humana em um contexto sensível. Com isso, o filósofo precisa pensar como o homem pode direcionar a sua ação em conformidade com o interesse moral, uma vez que mesmo existindo nele uma propensão legítima para a inclinação a um mérito puramente racional, ele ainda não assume o papel definitivo de influência perante as intenções. Dessa forma, Kant parece apontar uma relutância do homem perante o compromisso moral, uma vez que é possível observar que ele reconhece a moralidade e até mesmo pode ter um interesse por ela, mas não consegue desprender-se da inclinação sensível. Portanto, esse interesse racional não corresponde a uma inclinação dominante na ação, o que remete a uma incoerência, pois, a lei moral exige obrigatoriedade.

O espírito humano (como creio que aconteça necessariamente a todo ser racional) toma um interesse natural pela moralidade, embora esse interesse não seja inteiro, nem praticamente preponderante <sup>194</sup>.

A *GMS* inicia pontualmente o trabalho de argumentação racional kantiano quando busca apresentar os princípios da moralidade. Nessa obra, o autor começa a mostrar que o que direciona verdadeiramente a vontade humana para a ação moral é a representação da lei em um ser racional e esta é a caracterização da própria lei moral. Sendo assim, depois de questionar qual é o grau de interesse que a lei moral desperta no homem, agora Kant passa a observar a representação da lei. Por conseguinte, o filósofo adverte que os parâmetros de orientação da lei só podem ser alcançados por um ser de razão, no qual a vontade é determinada por ela.

---

<sup>193</sup> KANT. KrV 807 B835.

<sup>194</sup> KANT. nota: KrV A830 B858.

Representação da lei em si mesma, que em verdade só no ser racional se realiza, enquanto é ela, e não o esperado efeito, que determina a vontade, pode constituir o bem excelente a que chamamos moral, o que se encontra já presente na própria pessoa que age segundo esta lei, mas se não deve esperar somente do efeito da acção<sup>195</sup>.

Desse modo, deve estar contido no próprio homem, enquanto ser racional, a representação da lei moral na determinação da vontade. Mas, mesmo Kant abordando uma efetividade para a moral, por meio da sua obrigação no exercício da vontade, há indícios de uma outra linha explicativa no sistema moral kantiano. Uma explicação que ressalta a importância do sentimento de respeito na assimilação da questão moral. Nesse contexto, parece que o reconhecimento da lei pelo homem acontece devido a um sentimento de respeito que exerce influência sobre a vontade para o cumprimento das regras morais. Portanto, a vontade subordinada à lei moral e à observância dessa autoridade pelo homem é caracterizada como um sentimento de respeito. Este que é apontado, por Kant, na *Primeria Secção* da *GMS*, como um efeito da lei moral e não causa.

Aquilo que eu reconheço imediatamente como lei para mim, reconheço-o com um sentimento de respeito que não significa senão a consciência da subordinação da minha vontade a uma lei, sem intervenção de outras influências sobre a minha sensibilidade. A determinação imediata da vontade pela lei e a consciência desta determinação é que se chama respeito, de modo que se deve ver o efeito da lei sobre o sujeito e não a sua causa<sup>196</sup>.

Nesse momento, Kant parece analisar o sentimento de respeito como um artifício que incita a própria vontade a cumprir com a lei. Desse modo, ele permite observar que a vontade é capaz de reconhecer-se como uma instância desatrelada de qualquer aspecto sensível e, por isso, passível de efetivação a partir de um sentimento que compreende em si a forma da obrigatoriedade da lei moral. O sentimento de respeito que não está atrelado a nenhum tipo de temor, pelo contrário, a teoria moral kantiana demonstra que o dever atribuído à lei moral não reside no medo, mas em oposição a ele<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> KANT. *GMS*. BA16.

<sup>196</sup> KANT. *GMS*. nota: BA16.

<sup>197</sup> Segundo Kant “*ser verdadeiro por dever é uma coisa totalmente diferente de sê-lo por medo das conseqüências prejudiciais; enquanto do primeiro caso o conceito da acção em si mesma contém já para mim uma lei, no segundo tenho antes que olhar à minha volta para descobrir que efeitos poderão para mim estar ligados à acção*”. KANT. *GMS*. BA19.

Ora a razão exige-me respeito por uma tal legislação, da qual em verdade presentemente não vejo em que se funde (problema que o filósofo pode investigar), mas de que pelo menos compreendo que é uma apreciação do valor que de longe ultrapassa o de tudo aquilo que a inclinação louva, e que a necessidade das minhas acções por puro respeito á lei prática é o que constitui o dever, perante o qual tem de ceder qualquer outro motivo, porque ele é a condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo<sup>198</sup>.

Para Kant, mesmo a razão humana comum possui a capacidade de reconhecer o que se deve fazer e saber, assim sendo, o conhecimento daquilo que cada homem deve exercer e saber é intrínseco a ele<sup>199</sup>. Assim, no discorrer de seus escritos, ele indica distintas abordagens para o papel que a razão assume perante as ações humanas. Na *GMS* a razão é responsável por si mesma e, independente de qualquer princípio empírico, ordena o que deve acontecer. Em consequência disso, o filósofo afirma que *“todos os conceitos morais têm a sua sede e origem completamente a priori na razão”*<sup>200</sup>. Portanto, é a razão que prescreve ao homem os seus princípios morais e o orienta a agir conforme a eles. Portanto, a teoria moral kantiana, que se manifesta com base em leis morais puras, deve valer para todo ser racional e é do conceito universal de um ser racional que é deduzida. Contudo, nesse momento é possível questionar qual é o princípio que move realmente a ação humana? Segundo o que Kant afirma na *KpV*, o que genuinamente move a ação humana é uma espécie de sentimento de respeito - não é nem o medo nem a inclinação - mas somente a admiração por uma lei universal que impulsiona a ação a um caráter moral. Portanto, o homem reconhece em si mesmo a capacidade pela qual se distingue de todas as outras coisas, e até de si mesmo, na medida em que é afetado por objetos. Essa faculdade é a própria razão direcionando o comportamento humano.

[um ser racional deve] considerar-se a si mesmo e reconhecer leis do uso das suas forças, e portanto de todas as suas acções: o primeiro, enquanto pertence ao mundo sensível, sob leis naturais (heteronomia); o segundo, como pertencente ao mundo inteligível, sob leis que, independentes da natureza, não são empíricas, mas fundadas somente na razão<sup>201</sup>.

Contudo, nesse ponto da argumentação kantiana existe um impasse que retrata as possíveis interpretações assumidas pelos estudiosos da filosofia kantiana ao tentarem

---

<sup>198</sup> KANT. *GMS*. BA20,21.

<sup>199</sup> KANT. *GMS*. BA22.

<sup>200</sup> KANT. *GMS*. BA34,35.

<sup>201</sup> KANT. *GMS*. BA109.



caracterizar a posição do sentimento de respeito diante da legitimidade da lei moral. Dessa forma, a apresentação de ideias divergentes com relação ao que esse sentimento representa para a filosofia kantiana pode descrever uma transição errônea quanto a forma como a obrigação moral é apreendida pelo homem. Portanto, para podermos analisar esse ponto tumultuado no princípio moral defendido por Kant, vamos apresentar distintas linhas interpretativas para a definição do sentimento de respeito presente na teoria prática kantiana, a saber: [i] o sentimento de respeito como mola propulsora para a ação moral e [ii] o sentimento de respeito com um efeito da lei moral.

A primeira interpretação descreve a posição de Zeljko Loparic, o qual afirma a existência do sentimento de respeito como uma causa motivadora perante o cumprimento da lei moral. Nesse sentido, o professor assume que a vontade é impulsionada pelo sentimento de respeito na execução da ação conforme ao princípio da moralidade. Sendo assim, existe uma conexão necessária entre o *factum* da razão e o sentimento de respeito porque aquele, enquanto a razão é capaz de reconhecer em si mesma a legitimidade da lei, produz um sentimento responsável por orientar a vontade a agir segundo o compromisso exigido pela moral.

Quanto ao domínio de interpretação de todas essas leis [lei moral], ele [juízo a priori moral prático] é gerado, direta ou indiretamente, a partir da vigência da lei moral, isto é, do fato da razão, fato inseparável do sentimento de respeito pela moralidade que, por sua vez, é o motivo subjetivo que impulsiona a vontade na execução das ações livres<sup>202</sup>.

A segunda interpretação, de Guido Antonio de Almeida, afirma que o sentimento de respeito é um sentimento produzido pela própria razão. Sendo assim, ele é compreendido como o resultado produzido pela subordinação da vontade à lei moral<sup>203</sup>.

<sup>202</sup> LOPARIC, Zeljko. As duas metafísicas de Kant. Kants e Prints – Vol.2, n.5, 2003. p.6-7.

<sup>203</sup> Apresentamos a posição defendida por Kant em uma nota da obra GMS. “Poderiam lançar-me à cara que, por trás da palavra respeito, eu estaria tão-somente buscando refúgio num sentimento obscuro em vez de dar, com um conceito da razão, uma orientação clara nessa questão. Todavia, ainda que o respeito seja um sentimento, nem por isso ele é um sentimento recebido por influência, mas um sentimento autoproduzido através de um conceito da razão e, por isso, especificamente distinto de todos os sentimentos da primeira espécie, que podem ser reproduzidos à inclinação ou ao medo. O que reconheço imediatamente como lei para mim, reconheço-o com respeito, o qual significa meramente a consciência da subordinação de minha vontade a lei, sem mediação de outras influências sobre o meu sentido. A determinação imediata da vontade pela lei e a consciência da mesma chama-se respeito, de tal sorte que este é considerado como efeito da lei sobre o sujeito e não como causa da mesma. O respeito é propriamente a representação de um valor que faz derrogação ao amor-de-mim-mesmo. Logo, é algo que não é considerado nem como objeto da inclinação, nem do medo, muito embora tenha com ambos algo de análogo. O objetivo do respeito é, portanto, unicamente a lei e, na verdade, aquela que impomos a nós mesmos e, no entanto, como necessária em si. Enquanto lei, estamos submetidos a ela sem consultar o amor de si; enquanto imposta a nós por nós mesmos ela é, no entanto, uma consequência de nossa vontade e tem, do primeiro ponto de vista, análoga com o medo, do segundo, com a inclinação. Todo

Sendo assim, o sentimento de respeito surge justamente para corroborar a validação da lei moral sobre a vontade. Portanto, um efeito que observa a própria obrigatoriedade moral na determinação da ação.

Conhecemos a lei moral (como determinante para a nossa vontade, vale dizer, como obrigando e motivando a nossa vontade) com base no efeito que ela produz sobre a nossa sensibilidade, a saber, o sentimento de respeito, que se singulariza entre todos porque é o único que pode, de alguma maneira ser conhecido *a priori*<sup>204</sup>.

Nessa mesma linha de interpretação é possível apresentar a explicação Julio Esteve, que caracteriza a relação entre o sentimento de respeito e a lei moral como a constatação da obediência da vontade à lei moral. Ele defende a tese conforme a qual o sentimento de respeito não pode exercer nenhuma função motivadora ou propulsora para a realização da ação moral. Pelo contrário, ele afirma que essa interpretação diverge de toda a incondicionalidade requerida pela lei moral na determinação da ação. Sendo assim, o sentimento de respeito é o simples efeito decorrente da subordinação da inclinação sensível à vontade que cumpre com o puro dever imposto pela lei.

Temos de admitir, contudo, que essa tentativa de converter o respeito num móvel para a moralidade incorre numa contradição com as próprias declarações feitas por Kant. Pois, se o sentimento de respeito não precede à determinação da vontade pela lei, sendo antes vivenciado pelo sujeito por ocasião dessa determinação, então o respeito não pode ser o responsável pela limitação da influência das inclinações. Pelo contrário, ele é justamente o resultado da limitação das inclinações no momento em que a vontade, reconhecendo o valor da lei moral, faz dela uma máxima para si, humilhando as pretensões das inclinações. Assim, já que é a vivência que se tem quando as inclinações são enfraquecidas por um valor mais alto superior, o respeito pressupõe que as inclinações já tenham sido enfraquecidas<sup>205</sup>.

Ora, para que o homem, considerado ao mesmo tempo como ser racional e sujeito à influência dos sentidos possa querer somente aquilo que a razão lhe prescreve como obrigação é preciso que a própria razão o inspire a cultivar uma motivação com relação ao cumprimento moral. Por conseguinte, tem que existir uma atuação da razão na

---

*respeito por uma pessoa propriamente apenas respeito pela lei (da probidade etc.), da qual aquela nos dá o exemplo. Porque também consideramos como dever a ampliação de nossos talentos, também nos representamos numa pessoa talentosa como que o exemplo de uma lei (a de se tornar semelhante a ela nisso) e é isso que constitui o nosso respeito. Todo o chamado interesse moral consiste unicamente no respeito pela lei". KANT. GMS. Tradução Guido Antônio de Almeida. Nota Ak 401.*

<sup>204</sup> ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. *Analytica*, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999. p.73.

<sup>205</sup> ESTEVES, Julio. A teoria kantiana do respeito pela lei moral e da determinação da vontade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 32(2):75-89, 2009. p. 81.

determinação das ações humanas em conformidade com os seus próprios princípios do dever. Contudo, a validade da moralidade está em atuar no homem com base em uma legitimidade universal, uma vez que passa a existir a partir da própria vontade humana enquanto aproxima-se das determinações do dever moral.

A necessidade prática de agir segundo esse princípio, isto é, o dever, não assenta absolutamente em sentimentos, impulsos e inclinações, mas meramente na relação dos seres racionais uns com os outros, na qual a vontade de um ser racional tem de ser considerada ao mesmo tempo como legislante, porque, de outro modo, não poderia pensá-los como fins em si mesmos<sup>206</sup>.

Dessa forma, enquanto verdadeiro legislador de si mesmo, o homem sustenta aquilo que vai motivá-lo a agir conforme a lei da razão. Entretanto, Kant mostra que é a partir do momento em que o homem racional se assume como membro do mundo inteligível que ele conquista a sua verdadeira liberdade, ou seja, quando ele eleva-se a esse lugar de domínio da razão há a realização da autonomia da vontade. É esse contexto que torna possível a conformidade da vontade com a lei moral, pois o querer racional assume seu verdadeiro papel perante a ação moral.

Dever moral é, pois, um próprio querer necessário seu como membro de um mundo inteligível, e só é pensado por ele como dever na medida em que ele se considera ao mesmo tempo como membro do mundo sensível<sup>207</sup>.

Portanto, é possível apontar para um homem ligado às leis morais a partir da própria obrigação para com elas, por outro lado, é questionável a aceitação de um sujeito ligado a elas somente pela legislação moral. Muito embora esta legislação possa ser universal e que o homem seja orientado a agir conforme a sua própria vontade e em cumprimento de um dever universal, ainda assim, a lei não parece ser o fator último determinante da vontade. A *KpV* assume que para o homem ser considerado parte legítima do conhecimento prático é necessário que demonstre uma atuação efetiva da vontade perante a ação. Com isso, a avaliação de que alguma coisa é ou não um objeto da razão prática pura está fundada na possibilidade dela exigir para si aquela ação ou não, ou seja, “a possibilidade moral tem que preceder a ação; pois neste caso não é o objeto e sim a lei da vontade o fundamento determinante da ação”<sup>208</sup>. Por conseguinte, a regra que orienta a ação humana para representar a lei da razão prática pura só pode

<sup>206</sup> KANT. GMS p.263. Tradução Guido Antônio de Almeida.

<sup>207</sup> KANT. GMS. BA113.

<sup>208</sup> KANT. *KpV* 197.

estar vinculada à capacidade humana de se questionar, isto é, o homem perguntar a si mesmo se é capaz de realizar uma ação em conformidade com uma lei universal ou não. O que demonstra que o homem tem que se dispor a cumprir a ação moral mediante a atuação da sua própria vontade, entretanto *“se a máxima da ação não é constituída de modo tal que resida à prova na forma de uma lei natural em geral ela é moralmente impossível”*<sup>209</sup>. Com isso, como Kant determina a obrigatoriedade da vontade no homem de acordo com a lei moral?

A forma como a lei prática requer a responsabilidade de determinar a vontade - o que é um requisito necessário para a realização da moral - é assumido por Kant como um problema insolúvel para a razão humana e análoga à questão de como poderia ser possível determinar a própria vontade como livre<sup>210</sup>. Conseqüentemente, não é possível indicar *a priori* o fundamento a partir do qual a lei moral produz um motivo que conduz a ação, mas na medida em que requer para si a propriedade de mover uma ação, deve então orientar o homem a agir segundo suas determinações. Assim sendo, ela precisa ser atuante na motivação do que alimenta o ânimo humano. Com isso, retomamos a questão do sentimento de respeito, uma vez que este toma para si a lei moral a partir de *“um sentimento produzido por um fundamento intelectual, e esse sentimento é o único que conhecemos de modo inteiramente a priori e de cuja necessidade podemos ter perspicácia”*<sup>211</sup>. Desse modo, se o que existe de fato para o compromisso moral é a existência de uma motivação que alimenta no interior humano o sentimento moral e o impele a agir segundo a lei, o que conhecemos verdadeiramente é o sentimento de respeito que a moralidade desperta no homem, mas enquanto um efeito decorrente da obrigação moral.

Nesse contexto, a moralidade pode ser interpretada como colocando o homem em uma condição de humilhação, pois, todo o homem, na medida em que se compara a ela, observa a constante propensão sensível enraizada na sua constituição natural de procurar a satisfação. Aquilo cuja representação, enquanto fundamento determinante da nossa vontade, pode ser diagnosticado como uma humilhação para a autoconsciência humana - evidenciando a dificuldade que enfrenta a natureza humana em se superar. Por outro lado, demonstra que pode assumir um aspecto positivo, uma vez que é o

---

<sup>209</sup> KANT. KpV 241.

<sup>210</sup> KANT. KpV 251.

<sup>211</sup> KANT. KpV 255.

fundamento determinante para despertar no homem o sentimento de respeito à lei. Dessa forma, a lei moral é válida como o próprio fundamento do respeito.

Esse sentimento de um sujeito racional afetado por inclinações chama-se em verdade humilhação (desdém intelectual), porém em relação ao fundamento positivo da mesma, a lei, chama-se ao mesmo tempo respeito pela lei <sup>212</sup>.

O sentimento de satisfação que constitui toda a base das inclinações sensíveis é, na verdade, a condição daquela sensação que chamamos respeito, mas a causa da determinação desse sentimento está fundada na razão prática pura e por isso esta sensação não pode, em virtude de sua origem, estar vinculada a alguma consequência nociva, uma vez que Kant considera que *“o respeito pela lei não é um motivo para a moralidade mas é a própria moralidade”* <sup>213</sup>. Conseqüentemente, temos que analisar que o sentimento de respeito é produzido unicamente pela razão, como consequência de uma lei determinada por essa mesma razão, *“portanto o respeito pela lei moral é considerado o único e ao mesmo tempo indubitável motivo moral, do mesmo modo que este sentimento não se dirige a algum objeto senão a partir desse fundamento”* <sup>214</sup>. Assim, o sentimento de respeito é caracterizado como um sentimento que não reporta-se meramente ao uso prático, mas que é a própria representação da lei moral segundo a sua forma e não em decorrência de um objeto da mesma. No entanto, este sentimento produz no homem um interesse pela observância da lei que caracteriza o interesse moral, mas também é chamado de sentimento de respeito à capacidade de tomar anseio pela lei ou respeito pela moralidade.

Respeito e não deleite ou gozo da felicidade é, portanto, algo para o que não é possível nenhum sentimento posto como fundamento antecedente da razão (porque este seria sempre estético e patológico); enquanto consciência da imediata necessidade da vontade pela lei, ele não é nem sequer um analogo do sentimento de prazer, enquanto, em relação com a faculdade de apetição, ele produz exatamente o mesmo resultado mas a partir de outras fontes. Mas unicamente através deste modo de representação pode-se alcançar o que se procura, a saber, que ações não ocorram apenas em concordância com o dever (em consequência de sentimentos agradáveis) e, sim, por dever, o que tem de ser o verdadeiro fim de toda a cultura moral <sup>215</sup>.

A lei moral é reconhecida pelo homem sem a necessidade de prometer algo como certo ou ameaçador, ela exige somente um respeito desinteressado. Desse modo, pode existir a verdadeira disposição moral imediatamente consagrada à lei e o homem

---

<sup>212</sup> KANT. KpV 261.

<sup>213</sup> KANT. KpV 265.

<sup>214</sup> KANT. KpV 273.

<sup>215</sup> KANT. KpV 417.

racional pode tornar-se digno da felicidade. Com isso, o ideal do sumo bem pode realizar-se, pois, remete ao valor moral de uma pessoa e a possibilidade de desfrutar de uma vida feliz. A partir disso, Kant quer provar que cada um pode fazer com que esta propriedade do ânimo humano, esta receptividade de um interesse moral pelo sentimento de respeito é válida. Por conseguinte, a força motriz da virtude, se for trabalhada corretamente no coração humano, é o motivo mais poderoso e, no que depende da duração e exatidão no cumprimento de máximas morais, o único motivo para o bem<sup>216</sup>.

Portanto a moralidade tem que ter tanto mais força sobre o coração humano quanto mais pura ela for apresentado. Do que, pois, segue-se que, se a lei moral e a imagem da santidade e virtude deverem exercer por toda a parte alguma influencia sobre a nossa alma, a moralidade somente poderá exercê-la na medida em que ela for posta pura, sem mescla de intuítos do próprio bem-estar, como motivo no coração, porque é no sofrimento que ela se mostra do modo mais eminente<sup>217</sup>.

Dessa forma, a moralidade requer o cumprimento das suas leis por puro dever e não através de uma predileção casual que não pode e não deve nunca imaginar. Entretanto, colocar tudo em parâmetros do dever e tornar-se consciente de que se pode fazê-lo porque a nossa própria razão reconhece isso como seu mandamento e diz que deve ser feito, significa considerar a existência de um desprendimento absoluto do mundo sensível. Porém, esta espécie de desprendimento não parece ser possível, a não ser como uma avaliação do próprio homem enquanto juiz de si, o que é observado enquanto legislador de si mesmo.

Se o homem nada teme mais fortemente que, no exame interno de consciência, considerar-se desprezível e reprovável a seus próprios olhos, pode ora enxertar-se toda disposição moral boa; porque este é melhor, mesmo o único guarda para preservar o ânimo da intrusão de impulsos ignóbeis e perniciosos<sup>218</sup>.

Portanto, Kant conclui que a lei moral revela a própria capacidade racional humana, uma vez que isso permite ao homem conhecer as suas particularidades e projetar-se para o vislumbre de uma condição ilimitada. Demonstrando que a sua filosofia moral não está atrelada unicamente à ideia de universalização da condição humana, mas ao próprio homem, enquanto um ser capaz de agir sobre si mesmo em um sistema moral. Desse modo, é o homem que analisa a sua ação em conformidade com os imperativos morais para, posteriormente, poder esperar ser digno de desfrutar de uma

---

<sup>216</sup> KANT. KpV 537.

<sup>217</sup> KANT. KpV 551.

<sup>218</sup> KANT. KpV 569.

vida feliz em um mundo futuro. Sendo assim, é a partir do próprio reconhecimento do homem, da sua predisposição racional que orienta a si mesmo a cumprir com a obrigação da lei.

#### 4. Considerações finais.

As afirmações kantianas a respeito da moral e da felicidade demonstram uma mudança na perspectiva do filósofo ao longo da elaboração da sua filosofia prática. No texto *O Cânone da Razão Pura* é evidente a afirmação de um vínculo entre a moralidade e a felicidade, uma vez que deve existir um objeto de afecção para o cumprimento moral, caso contrário é colocada em pauta a própria validade da moral ao não parecer ser suficiente para impulsionar a ação somente através de máximas da razão. A *GMS* também parece confirmar essa necessidade, mas baseada em outra linha argumentativa. Enquanto que no primeiro texto Kant apresenta a esperança de um dia chegar à felicidade por meio do trabalho de tornar-se digno desse deleite, na segunda obra, contudo, existe uma alteração que coloca esta relação de compromisso com a lei moral e do vislumbre de uma vida feliz em um confronto estabelecido através da determinação da vontade. Com isso, a vontade assume o papel de conduzir o homem ao compromisso moral e a felicidade é colocada em um segundo plano, no qual representa até mesmo um empecilho para a efetivação da lei moral.

Kant apresenta no texto *O Cânone da Razão Pura* a resposta para a possibilidade de uma relação entre a moral e a felicidade. A existência de uma saída através do argumento da tese do sumo bem torna possível a argumentação de uma doutrina que reúne a moralidade e a felicidade, devido ao fato de que ela exige em si mesma a harmonia entre ambas como pilares para a estruturação da sua realização em um mundo futuro. Por outro lado, a *GMS* deixa de lado qualquer remissão ao vindouro e parte para a necessidade de estabelecer uma tendência para o comprometimento moral. Essa predisposição mostra-se através de imperativos determinados pela razão e que devem direcionar a vontade humana de forma incondicional. Desse modo, Kant avalia como a vontade cumpre com os imperativos apresentados pela lei e como isso apresenta-se na ação humana.

A *KpV* mostra que a liberdade é a condição para a lei moral. Entretanto, como a razão deve orientar a vontade, torna-se um problema pensar em uma vontade livre e independente do nosso querer. Assim, a autonomia da vontade defendida na *GMS* é retomada no texto da *Analítica da Razão Prática Pura* na formulação do *factum da razão*, quando se reconhece a importância do princípio da autonomia da vontade para a própria justificação da consciência moral. Dessa forma, Kant parece estar afirmando “a efetividade [da lei moral] é atestada pelo fato/feito da razão, isto é, pelo efeito que a



*razão produz sobre a nossa sensibilidade moral*”<sup>219</sup>. O que resulta na afirmação kantiana de que os dois pontos trabalhados acima compreendem que a felicidade e a moralidade são princípios que tendem a se repelirem, uma vez que um é princípio da razão prática pura e o outro é um princípio prático material. Portanto, este é um princípio que está atrelado ao empiricamente desejado, enquanto aquele, para sustentar o seu pré-requisito de lei universal, não pode depender de qualquer inclinação sensível.

Mas esta renúncia na *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>220</sup> perante a conformidade entre moral e felicidade permanece somente enquanto tomamos os dois princípios como excludentes, pois, ao passar para o texto da *Dialética da Razão Prática Pura*<sup>221</sup> é possível perceber o surgimento do retorno à possibilidade da coexistência harmoniosa entre esses dois princípios. Sendo assim, Kant retoma na *Dialética da Razão Prática Pura*<sup>222</sup>, a tese da doutrina do sumo bem abordada na *KrV*, na qual o autor aponta a importância de um vínculo necessário entre moral e felicidade. O *Cânone da Razão Prática Pura*<sup>223</sup> demonstra a existência de uma relação entre esses dois princípios heterogêneos a partir da tese do sumo bem e expõe a possibilidade de assumir a ideia da felicidade em um mundo inteligível. Com isso, é plausível a fuga das inclinações sensíveis tão questionadas na *GMS* e no texto da *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>224</sup>, pois a argumentação kantiana trabalha a interpretação do conceito de felicidade de formas distintas, a saber: como satisfação das inclinações sensíveis e como último objeto de desejo para o homem.

Nesse contexto, parece ser possível apontar para uma conformidade argumentativa nas ideias kantianas entre o *Cânone da Razão Pura*<sup>225</sup> e a *Dialética da Razão Prática Pura*<sup>226</sup>, assim como, também, a presente similaridade entre a *GMS* e a *Analítica da Razão Prática Pura*<sup>227</sup>. Ora, mesmo observando que os argumentos utilizados por Kant para estruturar suas teorias caracterizem movimentos explicativos distintos, como apresenta a análise defendida pelo professor João Carlos Brum torres em *Ética e felicidade: ainda uma vez sobre o sumo bem*, eles mantêm um sistema argumentativo que permeia toda obra do filósofo. Entretanto, antes de apresentar a

<sup>219</sup> LOPARIC, Zeljko. O fato da razão – uma interpretação semântica. p. 39.

<sup>220</sup> KpV.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> KrV.

<sup>224</sup> KpV.

<sup>225</sup> KrV.

<sup>226</sup> KpV.

<sup>227</sup> Idem.

compreensão da filosofia kantiana é necessário reportar-se à ideia de conformidade entre moral e felicidade e assinalar a concepção de totalidade que as envolve, ou seja, quando esses dois princípios são capazes de mostrar harmonia através da tese do sumo bem, pois é nesse ponto que a razão *“procura a totalidade incondicionada do objeto”*<sup>228</sup>.

O princípio da moralidade kantiano não retrata o homem moral em um contexto de sacrifício, pelo contrário, ele está nessa condição por ser o próprio legislador das leis que cumpre. Dessa forma, o homem executa a sua ação a partir da autonomia da vontade e por respeito a essas mesmas leis mantém-se convicto em seu dever moral. Sendo assim, a possibilidade da felicidade assume o papel de alimentar no homem a esperança de um dia desfrutar a plenitude de uma vida feliz, mas de forma alguma considerando essa vida a partir de um deleite. Pelo contrário, o homem racional, descrito na teoria prática kantiana assume a consciência moral e a partir do momento em que ele coloca a sua vontade em um contexto de conformidade com a lei, passa a postura de um ser que pode esperar ser digno de encontrar a felicidade em um mundo futuro. Dessa forma, a felicidade adota parâmetros elevados de caracterização e destaca-se como objeto último de desejo próprio da natureza humana, permitindo, assim, um vínculo com a moralidade, mas de forma alguma pode ser realizada no mundo sensível.

Mas para a ação moral cumprir-se é preciso representar no homem o impulso para agir conforme a lei. Segundo a postura kantiana na *GMS* a vontade assume puramente a forma da lei universal agindo no homem. Com isso, Kant afirma na *Terceira Secção* da *GMS* que a moralidade é consequência da autonomia da vontade<sup>229</sup> e descreve esta autonomia como uma vontade que requer para si mesma a responsabilidade de legislar sua própria lei. Portanto, a partir da atuação de um ser racional, a moralidade é avaliada como uma legislação autônoma que orienta a ação de acordo com as regras legítimas da razão. Esta que atua no homem através da própria capacidade humana de representar o querer e o dever de tornar-se digno da felicidade. Sendo assim, o sentimento de respeito surge como o efeito produzido pela conformidade da ação com a lei moral e mesmo sendo contingente, ainda assim o *“objecto do respeito é portanto simplesmente a lei, quero dizer aquela lei que nos impomos a nós mesmos, e no entanto como necessária em si mesma”*<sup>230</sup>.

---

<sup>228</sup> KANT. KpV 383.

<sup>229</sup> KANT. *GMS*. BA110,111.

<sup>230</sup> KANT. nota: *GMS*. BA16.

Para explicar a importância do sentimento de respeito em Kant tomamos as interpretações de distintos comentadores da filosofia prática kantiana com o intuito de apresentar como a leitura de um conceito pode alterar a posição do filósofo perante os estudiosos da sua teoria. Segundo o que Julio Esteves pontua ao expor o significado do sentimento de respeito na filosofia de Kant, ele nada mais pode caracterizar senão um efeito da lei moral, uma vez que a lei, enquanto uma lei do dever incondicional, não precisa recorrer a nenhum sentimento para que possa orientar a ação a cumprir com as obrigações da razão.

Em suma, o respeito é inicialmente concebido por Kant como um efeito ou subproduto da determinação da vontade pela lei moral, e, por conseguinte, não pode ser o móvel para ações morais ou motivar a vontade a se determinar moralmente. Pois, quando o respeito aparece, a vontade já se determinou moralmente, ou seja, já reconheceu a validade da lei moral e subordinou-se a ela. O respeito nada mais é que o lado sensível da consciência da imediata determinação da vontade pela lei<sup>231</sup>.

Sendo assim, como a lei é reconhecida como uma lei da razão e a felicidade é um desejo legítimo a todo ser humano, qual é, enfim, a relação que existe entre esses dois princípios heterogêneos? Depois de analisarmos os diversos pontos kantianos na defesa da sua teoria moral, voltamos à questão inicial que envolve as especulações feitas à filosofia de Immanuel Kant, a saber: o homem moral kantiano pode ser feliz? Acreditamos que sim, em função de duas razões distintas. Se considerarmos a *KrV*, na qual o filósofo caracteriza a felicidade como a satisfação de todas as inclinações<sup>232</sup>, é possível observar que mesmo afirmando na *GMS* que a felicidade nesses termos é extremamente prejudicial à lei moral<sup>233</sup> ou, até mesmo, caracteriza o verdadeiro problema que assombra a possibilidade de efetivação do princípio da moralidade, ainda assim, existem máximas para a felicidade. Dessa forma, Kant afirma que existem regras que permitem ao homem agir segundo as suas pretensões finitas, mas que caracterizam a busca pela felicidade descrita como passageira e inconstante. Contudo, não compreendem aqueles imperativos determinados pela razão e que fundamentam o princípio moral, somente orientações que permitem ao homem satisfazer a sua pretensão sensível. Portanto, Kant caracteriza uma forma de felicidade que é assimilada facilmente pelo homem, mas que, de forma alguma, pode ser vinculada à lei moral.

---

<sup>231</sup> ESTEVES, Julio. A teoria kantiana do respeito pela lei moral e da determinação da vontade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 32(2):75-89, 2009. p. 80.

<sup>232</sup> KANT. *KrV*. A806 B834.

<sup>233</sup> KANT. *GMS*. BA 91, 92.

Nesse sentido, o filósofo mostra como ela é negativa para a moral e a descarta como um princípio que pode ser trabalhado harmoniosamente com o princípio da moralidade.

Por outro lado, quando observamos que Kant admite o fato de o homem ter por dever a busca pela felicidade, estamos trabalhando aquele conceito descrito como um fim natural e próprio a todo ser racional. Aquela felicidade que compreende um fim necessário à própria constituição humana, um fim que é objeto de desejo a todo homem e que é possível, segundo a teoria moral kantiana, em um reino dos fins. Por conseguinte, em um mundo futuro, no qual o homem é digno de desfrutar de todos esses fins desejados por ele durante toda a sua existência a partir da boa conduta que o tornou digno de esperar a felicidade. Sendo assim, quando o homem trabalha para a efetivação do ideal do sumo bem, ele está, ao mesmo tempo, executando ações morais que permitem a ele desfrutar de uma vida feliz.

Assim sendo, retomando a questão apresentada no terceiro capítulo dessa pesquisa, a qual sugere a existência de uma inconstância na resolução da filosofia prática kantiana ao descrever a relação entre moral e felicidade, é importante observar que o próprio filósofo utiliza dessa aparente incongruência para justificar as suas hipóteses. Portanto, mesmo que a leitura de Kant pareça permitir uma interpretação divergente das suas ideias, com o passar do tempo, os argumentos apresentados revelam que existe uma sistematicidade em sua teoria. Esta que abre caminho para inúmeras dúvidas ao longo da obra de Kant, mas que no final apresenta a legitimidade necessária para fundamentar os seus conceitos e compreender a filosofia prática kantiana.

## 5. Bibliografia.

ALLISON, Henry. **Kant's theory of freedom**. Cambridge University Press. New York, 1990.

ALMEIDA, Guido Antônio de. **Crítica, dedução e facto da razão**. Analytica, volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999.

ALMEIDA, Guido Antônio de. **Liberdade e Moralidade Segundo Kant**. Analytica, volume 2. número 1. Rio de Janeiro, 1997.

BORGES, Maria de Lourdes. **Felicidade e beneficência em Kant**. Síntese, Belo Horizonte, v.30, n.97, 2003.

CECCHINATO, Giorgia. **A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant**. Studia Kantiana 9 (2009).

DEJEANE, Solange. **Felicidade e dignidade de ser feliz: o sumo bem como ideal dialético da razão prática pura**. Studia Kantiana 11 (2011):56-77.

ESTEVES, Julio. **A teoria kantiana do respeito pela lei moral e da determinação da vontade**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 32(2):75-89, 2009.

FIGUEIREDO, Vinicius de. **Kant & a Crítica da Razão Pura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2010.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. **Nietzsche X Kant: uma disputa permanente a respeito de liberdade, autonomia e dever**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do saber, 2012.

HULSHOF, Monique. **A 'coisa em si' entre teoria e prática: uma exigência crítica**. 2011. 197 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rohden e Antonio Marques. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Edições 70. Lisboa, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução nova com introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.

KANT, Immanuel. **Kritik der praktischen Vernunft. Grundlegung zur Metaphysik der Sitten**. – II. Aufl. – 1991 (Suhrkamp-Taschenbuch Wissenschaft; 56).

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2ª ed. ver., 2008.

KRASSUSKI, Jair Antônio. **Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo**.

LEBRUN, Gerard. **Kant e o fim da metafísica**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPARIC, Zeljko. **As duas metafísicas de Kant**. Kants e Prints – Vol.2, n.5, 2003.

LOPARIC, Zeljko. **O FATO DA RAZÃO – uma Interpretação Semântica**. Anatyica. volume 4. número 1. Rio de Janeiro, 1999.

NADAI, Bruno. **A moralidade no mundo: o sumo bem e a filosofia da história kantiana**. Cadernos de filosofia alemã, nº20. pp 55-80.

NADAI, Bruno. **Progresso e moral na filosofia da história de Kant**. 2011.306 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: um escrito polêmico**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo**. Trad. J. Guinsburg. Coord. Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PASCAL, Georges. **O Pensamento de Kant**. Vozes, 3 ed. Petrópolis 1990.

PIMENTA, Pedro P. G. **Reflexão e Moral em Kant**. Azougue Editorial. Rio de Janeiro, 2004.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. Edições Loyola. São Paulo, 2002.

TORRES, João Carlos Brum. **Ética e felicidade ainda uma vez sobre o sumo bem**. Julho 2012.

VÁLERIO, Rohden. **Interesse da razão e liberdade**. São Paulo, Editora Ática, 1981.

WEBER, Thadeu. **Ética e Filosofia: Hegel e o formalismo kantiano**. Coleção filosofia -87, EDIPUS. Porto Alegre, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ÉTICA E POLÍTICA

Por decisão do Colegiado do Programa o aluno deverá atender as solicitações da banca, quando houver, e anexar este ao final da dissertação como versão definitiva aprovada pelo orientador, que neste momento estará representando a Banca Examinadora.

Curitiba, 28 de agosto de 2015.

Prof. Dr. Vinicius de Figueiredo

Assinatura: 